

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANGELA MARI LABATUT

**Nas linhas da cegueira:** um estudo antropológico sobre trajetórias de pessoas  
cegas

Maringá

2017

ANGELA MARI LABATUT

**Nas linhas da cegueira:** um estudo antropológico sobre trajetórias de pessoas  
cegas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: **Sociedade e Políticas Públicas**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Sebeika Rapchan

Coorientador: Prof. Dr. Fagner Carniel

Maringá

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

L114n Labatut, Angela Mari  
Nas linhas da cegueira: um estudo antropológico sobre trajetórias de pessoas cegas / Angela Mari Labatut. -- Maringá, 2017.  
101 f. : il., figs.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Sebeika Rapchan.  
Coorientador: Prof. Dr. Fagner Carniel.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

1. Cegueira. 2. Trajetória - Deficiente visual. 3. Vida - Deficiente visual. 4. Antropologia. I. Rapchan, Eliane Sebeika, orient. II. Carniel, Fagner, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

CDD 21.ed.301  
302.5

ANGELA MARI LABATUT

**Nas linhas da cegueira:** um estudo antropológico sobre trajetórias de pessoas cegas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Sebeika Rapchan  
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Fagner Carniel  
Universidade Estadual de Maringá

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zuleika de Paula Bueno  
Universidade Estadual de Maringá

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olivia von der Weid  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

## AGRADECIMENTOS

Na vida pessoal...

Primeiramente, a minha mãezinha, que partiu durante a construção deste trabalho, mas eu sei, com toda certeza, que estaria muito orgulhosa de mim.

Aos meus filhos queridos (Louise e Matheus), incentivadores incondicionais, parceiros de longas conversas intelectuais; pacientes com uma mãe pouco convencional.

Ao meu companheiro Khalil, que sempre torceu por mim mais do que pelo seu time de futebol e, mesmo triste por minhas longas ausências, entendeu meus motivos.

Na vida profissional...

Aos amigos e amigas do CAP, os que estão e os que já se foram, que sempre me motivaram. Sofreram comigo, comemoraram comigo. Sou muito agradecida pelas palavras, pelos olhares, pela compreensão.

No Programa de Mestrado....

Não tenho como agradecer a contribuição teórica e pessoal que obtive. Primeiramente, ao meu coorientador, Fagner Carniel, que descrevo como uma pessoa que dá prazer em estar perto, quem primeiramente se dispôs a ler o projeto de “uma pedagoga que queria falar sobre cegos” e me recebeu de maneira tão afetuosa que me deu coragem de seguir adiante. Sua contribuição no meu trabalho foi generosa, pontual e consistente.

Eliane Sebeika, minha orientadora – linda em todos os sentidos: conhecimento, educação, simpatia e muita paciência com minha pequenez teórica. Deveriam existir mais pessoas como vocês: Fagner e Eliane.

Aos meus professores só posso dizer: que pena que os conheci só agora. A Ciências Sociais me conquistou de corpo e alma!

Aos protagonistas deste trabalho, pessoas especiais, não por serem deficientes visuais ou cegas, mas por terem me proporcionado tanta alegria em minha trajetória profissional: muito obrigada por me darem a oportunidade de conhece-los e conhece-las e falar sobre/de/com vocês.

*Sou de verdade e plena.  
Aceitei viver plenamente tudo de bom e de  
ruim que a vida me ofereceu.  
E, apesar de não enxergar, assumi o  
compromisso de manter os meus olhos bem  
abertos e sou infinitamente grata por ter tido a  
coragem de ser a melhor pessoa que puder  
ser, baseado nas minhas qualidades e defeitos  
reais.  
Isso, estar ativa, deu-me um respeito imenso  
pelos erros e acertos de pessoas que, como eu,  
embora imperfeitas, estão conscientes e  
participativas na esteira do mundo.  
Desejo a todos e todas esta coragem, este  
entendimento.  
Esta força de amor que nos capacita para  
assumir nossos destinos, nossas luzes e lutar  
para o esclarecimento das nossas sombras e  
despertamento de nossas consciências.*

*Joyce Jobis Guerra*

## **Nas linhas da cegueira:** um estudo antropológico sobre trajetórias de pessoas cegas

### **RESUMO**

A cegueira acontece no mundo. Esta dissertação apresenta trajetórias de pessoas cegas, mostradas na forma de histórias. Essas histórias, por sua vez, orientaram cada etapa de construção deste trabalho. Através de uma abordagem antropológica e partindo das mediações proporcionadas por minha experiência profissional, buscou-se mostrar como as pessoas cegas sentem sua cegueira. O objetivo central foi investigar o modo pelo qual a experiência da cegueira vem sendo percebida e significada por pessoas cegas que circulam e vivenciam a sociabilidade nos mais variados espaços, bem como analisar a distância que há entre as percepções dos cegos e as dos normovisuais em relação a essa deficiência. Para tanto, foram realizadas entrevistas presenciais e virtuais e coleta de dados em grupos de *WhatsApp* e *Facebook*. O material coletado possibilitou reflexões que são apresentadas aqui. As histórias de vida são contadas através de personagens e aparecem no texto como eixos do debate teórico.

**Palavras-chave:** Cegueira. Trajetória. Vida. Antropologia.

**In the lines of blindness:** an anthropologic study about the trajctories of blind people

**ABSTRACT**

The blindness hapens in the whole world. This dissertation presents some trajectories of blind people, presented in the way of histories. These histories, by their turn, orientate each step of the construction of this work. Throught an anthropologic approach and starting from mediation provided by my professional experience, we try to show how the blind people feel their blindness. The central aim was to investigate the way by which the experience of the blindness has been perceived and realized by blind people who live and circulate in a sociability in very differents places, as well analyse the distance that there is between the blind people perceptions and of the normovisuals related to this deficiency. Therefore, was made personal and virtual interviews and collect of data as well in groups such as Whatsapp and facebook. The material collected gave us the possibiity for some reflextions and therefore are presented here. The histories of life are told through the characters and appears in the text as axes of theoric debae.

**Keywords:** Blindness. Trajectory. Life. Anthropology.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	The Man Born Blind (O Homem Cego de Nascimento).....	29
Figura 2	Mendiga Cega em <i>New York</i> .....	45
Figura 3	<i>Blind Woman Mourning</i> (Mulher Cega de Luto).....	59
Figura 4	“Saem de cena os atletas. Chegam os super-heróis. Sejam bem-vindos!” .....	73

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>CONSTRUINDO CAMINHOS</b> .....	27
<b>3</b>	<b>LIVRAR-SE DA CEGUEIRA</b> .....	30
3.1	SÍTIOS VIRTUAIS DE RELACIONAMENTO.....	31
3.2	ÁUREA.....	33
3.3	“VOU TE TRATAR COMO OS OUTROS!”.....	35
3.4	“CHEGA DE MULETA, PEGUE A BENGALA!”.....	36
3.5	LEVANDO O PAI PARA O TRABALHO.....	37
3.6	TRABALHO.....	39
3.7	A SEGUIREM OS OUTROS.....	40
<b>4</b>	<b>AGINDO NO MUNDO</b> .....	46
4.1	“NÃO VÁ! NÃO PODE! VOCÊ NÃO TEM CONDIÇÕES DE FAZER ISSO!”..	48
4.2	“NÃO IMAGINO VOCÊ FAZENDO UMA COISA DESSAS!”.....	49
4.3	“MÃE, EU ESTOU AQUI!”.....	50
4.4	“COMO OS CADEIRANTES FAZEM SEXO?”.....	51
4.5	AMORES MISTOS.....	52
4.6	MILITÂNCIA.....	53
4.7	“A CEGUEIRA É MINHA!”.....	54
4.8	LUTA.....	55
4.9	ELES QUEREM SE DIVERTIR.....	56
<b>5</b>	<b>O CORPO CEGO</b> .....	60
5.1	COITADISMO.....	63
5.2	“OLHA LÁ!”.....	64
5.3	“VOCÊ SABE HEBRAICO?”.....	67
5.4	ESTRANHOS.....	68
5.5	“ELA FALOU COMIGO!”.....	69
5.6	“E NÃO DÁ PARA SERMOS TODOS IGUAIS, SE NÃO FORMOS TODOS DIFERENTES!”.....	70
<b>6</b>	<b>FORA DA LINHA</b> .....	74
6.1	PARALIMPÍADA.....	76

6.2	“SE VIRANDO...”	78
6.3	NO CINEMA	79
6.4	“NÃO! EU QUERO A MAMÃE!”	81
6.5	LEMBRANÇAS	82
6.6	“A CONVERSA É LONGA, NÉ?”	84
6.7	SOBRE COMPRAS E ACESSIBILIDADE: “MENOS CONFETE E MAIS RESPEITO, É O DE QUE PRECISAMOS!”	86
6.8	CAPACITISMO	87
6.9	MESA DE BAR	88
6.10	“INCLUSÃO ATITUDINAL É SIMPLES, TÃO SIMPLES!”	90
6.11	AUTONOMIA	91
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>95</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>99</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Sempre fui professora de pessoas com deficiência visual. Digo “sempre” porque, mesmo tendo desenvolvido outras atividades profissionais, foi assim que passei a me reconhecer desde que ingressei na Educação Especial. Há mais de trinta anos convivo com cegueira e baixa visão<sup>1</sup> em várias situações profissionais e pessoais. Acompanhei a trajetória de indivíduos cegos, desde a infância até tornarem-se adultos; vivenciei as dificuldades na inclusão escolar, nas relações familiares e em muitas outras situações. Por isso mesmo, acredito que a cegueira ocupa parte significativa de minha experiência no mundo, não porque seja cega ou tenha alguém próximo a mim que conviva pessoalmente com essa perda sensorial, mas porque trabalhar com pessoas cegas me transformou no ser humano que sou.

Minha introdução no universo da cegueira aconteceu em 1981 quando a única professora que atuava nessa área, em Maringá, resolveu mudar de município e alguém achou que eu “levava jeito” para o cargo. E aqui já anuncio a forte vinculação que há, no âmbito do senso comum, entre a imagem do professor que trabalha com cegos e a do filantropo, um ajudador, ou seja, alguém que esteja pronto a dedicar-se às pessoas que supostamente possuem “grandes comprometerimentos”. Trata-se, porém, de resquício da visão assistencialista atribuída à cegueira desde a Idade Média e que apresenta, no Brasil, uma história marcada por segregação, consolidada no formato “instituto”, adotado no Período Imperial (1822-1889).

Em 1854 é criado o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Brasil”, hoje Instituto Benjamin Constant. Este, estabelecido aos moldes do Instituto dos Jovens Cegos de Paris, teve José Álvares de Azevedo como seu grande idealizador, ele próprio um jovem cego que estudara em Paris e, ao retornar ao Brasil, começara a dar aulas particulares para outros jovens cegos. Entre seus alunos estava a jovem chamada Adélia Maria Sigaud, filha de um médico do Império. Diante das potencialidades mostradas pelo jovem Álvares de Azevedo, autoridades do governo imperial, lideradas pelo pai de Adélia, levaram-no até a presença do Imperador D. Pedro II e este autorizou a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, dando início à educação de pessoas cegas no Brasil. (ALMEIDA, 2014).

Somente em 1926 é criado o segundo Instituto de Cegos, em Belo Horizonte. Nas décadas seguintes surgiram outros institutos em São Paulo, Porto Alegre, Pernambuco,

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para designar uma diminuição da acuidade visual ou no campo visual que não possa ser corrigida com auxílios ópticos e comprometa a atividade visual.

Salvador e, em 1944, o Instituto Paranaense de Cegos, em Curitiba (FRANCO; DIAS, 2007, p. 75). Não há como negar a importância de tais institutos na vida das pessoas cegas.

E não poderíamos deixar de mencionar uma mulher maravilhosa, com quem tive o prazer de estar em uma visita que fiz a São Paulo: Dorina Nowill. Cega aos 17 anos, foi uma grande incentivadora da leitura e escrita pelo Sistema Braille e em 1946 cria a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje denominada Fundação Dorina Nowill (ALMEIDA, 2014).

A questão que pretendemos discutir neste trabalho não diz respeito aos modelos educacionais atuais e nem especificamente às políticas públicas relacionadas à pessoa com deficiência, mas sim à forma como as pessoas cegas se percebem e vivenciam sua cegueira nos mais variados espaços na sociedade. A construção social da cegueira diz respeito a uma dada moralidade sobre a cegueira, construída em torno de padrões e relações de poder, com destaque para a forte marca da cegueira enquanto condição de dependência, de incapacidade. Daí derivam duas compreensões a respeito: em primeiro lugar, “educar as pessoas cegas” passa a ser entendido como “sacerdócio”; ou então, em segundo lugar, como algo que possa ser realizado pelos profissionais que atuam em “determinado segmento”, um trabalho que exige “mais abnegação” e “menos rigor/profissionalismo”. Ambos os aspectos surgiram dos relatos que colhi e não posso negar que aparecem também no meu cotidiano profissional. Há professores que atuam junto aos cegos de modo displicente, por acreditarem que seu trabalho pedagógico seja menos significativo. Isso sugere uma dada “construção social” da cegueira, como um estado de coisas insolúvel, inelutável, para o qual só caberia “administrar caridosamente”, sem desenvolver cognitivamente, humanizar.

O forte sentimento de piedade demonstrado em relação à pessoa cega sempre me incomodou. Nestes anos em que trabalhei na inclusão escolar de crianças, jovens e adultos com deficiência, vivenciei fortes barreiras de acessibilidade ao ensino formal, principalmente até a década de 1980, quando ainda havia grande resistência em incluir uma criança cega na escola dos “normais” e era bem forte o discurso dos professores de “não terem estudado para ensinar esse tipo de aluno”. Agora, já no século XXI, muitas ações inclusivas têm sido implementadas, via políticas públicas e legislações, que fomentam formas de acessibilidade; ações práticas, como a disponibilidade de livros acessíveis (em Braille ou MecDaisy<sup>2</sup>) para

---

<sup>2</sup> *MecDaisy* é uma ferramenta tecnológica que permite a produção de livros em formato digital e acessível. Possibilita a geração de livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado, apresentando facilidade de navegação pelo texto.

alunos da Educação Básica, pisos táteis em alguns locais públicos, ou a audiodescrição<sup>3</sup>. No entanto, apesar de tantas legislações, personagens em novelas, projetos inclusivos – tais ações ainda parecem ter o tom de “[...] atitudes que nós, normais temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a elas são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar”. (GOFFMAN, 2012, p. 14-15).

A situação de exclusão social e a desigualdade de oportunidades ainda são muito presentes na realidade brasileira. Por este motivo pensei inicialmente, em analisar a trajetória dos alunos cegos que chegaram até a academia, alunos da Universidade Estadual de Maringá. E foi este o projeto apresentado para a seleção de mestrado. Contudo, à medida que comecei meu trabalho e, principalmente, nas longas narrativas de “minhas histórias”, ouvidas pacientemente pelos meus orientadores, foram surgindo outras demandas, outras questões. Os encontros de orientação e meu deslocamento da Pedagogia para as Ciências Sociais possibilitaram vislumbrar o que acabaria se tornando o foco central de minha pesquisa; ou seja, investigar o modo pelo qual a experiência da cegueira vem sendo percebida e significada por pessoas cegas que circulam e vivenciam a sociabilidade nos mais variados espaços.

Minha formação de pedagoga e minha trajetória profissional junto a programas da Educação Especial, na área da deficiência visual, me possibilitaram o acesso inicial ao público que gostaria de investigar. Dessa forma, contactei algumas pessoas cegas que conhecia e fiz observações e entrevistas com atletas do time de Goalball<sup>4</sup> de Maringá.

Enquanto fazia as entrevistas presenciais, tive acesso a alguns grupos de WhatsApp que debatiam questões referentes à deficiência visual e passei a utilizar também esta fonte de pesquisa, como será descrito de forma mais detalhada no Seção 2.

Em cada momento da pesquisa, entrei em contato com variadas histórias de vida singulares e debates referentes à cotidianidade da pessoa com deficiência visual. Tais histórias permitiram acessar aspectos importantes relacionados ao modo como essas individualidades se reconhecem e também como se sentem em relação aos não-cegos.

À medida que o campo de pesquisa foi se construindo, fui percebendo que faço parte do contexto de vida da maior parte das pessoas que entrevistei. Ou, ainda, que suas histórias me sensibilizam profundamente. Essas pessoas traziam situações, questões e experiências

---

<sup>3</sup> A audiodescrição consiste em uma narrativa presente em filmes, peças de teatro, apresentações de dança, ópera, museus, etc., que faz a descrição dos dados visuais para que a pessoa cega consiga ter acesso a todas as informações apresentadas que dependam da visão.

<sup>4</sup> *Goalball* é uma modalidade esportiva para pessoas com deficiência visual, criada pelo austríaco Hanz Lorezen e o alemão Sepp Reindle em 1946. O objetivo inicial era reabilitar soldados que ficaram cegos na Segunda Guerra. Disponível em: <http://www.fpdd.org/pt/goalball>. Acesso em: 10 ago. 2016.

com as quais me identificava e que permearam parcela significativa de minha vida. Tomando a colocação de Jeanne Favret-Saad, ao falar de seu trabalho etnográfico com a feitiçaria, “[...] não pude fazer outra coisa a não ser aceitar deixar-me afetar [...]” por todas essas histórias. (SIQUEIRA, 2005, p. 155).

Os relatos das trajetórias de vida das pessoas com deficiência visual foram apontando para questões que eram realmente importantes na discussão da própria deficiência. Não haviam perguntas prontas esperando por uma resposta, mas sim, um espaço de diálogo sobre a relação destes indivíduos com o mundo. E este mundo foi se configurando em vários espaços de sociabilidade: o trabalho, a escola, a família, as relações pessoais, a cidade.

Ao conversar com as pessoas que entrevistei e falar quem era, fui reconhecida como “informada” – nos termos em que Goffman (2012) define aqueles que se identificam com o indivíduo estigmatizado por, de alguma forma, fazer parte do grupo por eles representado. E assim fui muito bem recebida. Após escutar várias histórias de vida, relatadas de maneira espontânea, permeadas de muita sensibilidade, porém marcadas por denúncias de alijamento social, surgiu o impasse. Como organizaria esses relatos para não perderem sua autenticidade e, ao mesmo tempo, preservar-lhes o anonimato? Ao ler registros de trabalhos de campo, ficava incomodada com a forma como indivíduos geralmente aparecem no texto acadêmico: “Sujeito 1, Sujeito 2”, “Entrevistados A. , F. e E.”. Essa forma não parecia corresponder à maneira como sentia as pessoas com quem conversei nem como pretendia tratá-las.

Assim como ocorreu durante a construção do campo de pesquisa, a elaboração de uma forma para a escrita foi surgindo à medida que aqueles relatos foram sendo transcritos. Dessa maneira, optei por criar personagens para representar as informações e situações colhidas. Estas personagens não representam pessoas individualmente, mas sim fatos, acontecimentos, depoimentos a respeito das questões que são significativas para o grupo pesquisado.

Aliás, um dado personagem pode representar mais de um entrevistado e este pode aparecer como personagens diferentes. Desse modo, torna-se possível representar, ao mesmo tempo, o que é particular e o que é coletivo na vivência da cegueira. Como destaca Wagner Silva (2006), o “campo” se constrói na interação entre várias vias – os dados que obtemos diretamente, as leituras que fazemos e também a pessoa do pesquisador.

Minha aproximação das Ciências Sociais e, mais especificamente, da Antropologia, contribuiu para pensar a cegueira como uma espécie de encontro com um “outro”. Nesse caso, a deficiência emerge como um significante social positivo e não apenas como a “falta” de um atributo físico, sua negação. Assim, a alteridade constrói-se no reconhecimento da completude

e integridade de um **outro**, como socialmente reconhecido, tanto pelo senso comum quanto pela academia, portando apenas a ausência eventual de um atributo: a visão.

Tal possibilidade posta pela adoção dessa postura antropológica anuncia a necessidade de refletirmos sobre a deficiência a partir da dificuldade que nós, aqueles que não a possuem, temos em nos relacionar socialmente com ela. Isso implicou em pensar a cegueira a partir da perspectiva inversa, a limitação dos não-cegos. A dificuldade em entender as possibilidades humanas da pessoa cega, por parte dos que veem, se funda no grande valor dado à capacidade sensorial da visão, considerada como responsável pelo recebimento da maior parte de nossas informações do mundo. Tim Ingold (2015, p. 87) sinaliza isso com clareza, ao destacar a necessidade de entendermos o corpo inteiro como caminho perceptivo e que a primazia de audição e visão seria uma construção social, “[...] pois é certamente através de nossos pés, em contato com o chão, que estamos mais fundamental e continuamente ‘em contato’ com o nosso entorno”.

Assim, a Antropologia, que tem como um de seus objetivos o de proporcionar o “alargamento da razão” (SILVA, 2006) através do conhecimento de várias culturas e formas de vivenciar os fatos, utilizando-se do exercício de construção e reflexão sobre a alteridade, viabilizou um modo relevante de olhar a cegueira, através do seu potencial de oferecer reflexões a partir de deslocamentos de pontos de vista sobre o mundo.

Entretanto, ao escolher discutir a cegueira pela perspectiva da Antropologia, descobri o quanto era necessário “treinar” o olhar. Transitar no mundo das Ciências Sociais possibilitou, assim, adotar um olhar diferenciado frente a um objeto tão corriqueiro para mim. Quando comecei a ler sobre Antropologia, fui percebendo como ela poderia contribuir para se estudar a cegueira do modo como eu pretendia. Mariza Peirano (1992), falando sobre a construção da ideia de humanidade, a partir da Antropologia, destaca a importância dada à diferença, ao contraste entre os vários conceitos e pontos de vista. Estar junto aos “nativos”, participar de suas vidas cotidianas, permite a aproximação necessária para ora sentir-se como eles se sentem, ora distanciar-se.

Mais do que observar fatos, a Etnografia exige que sejamos tocados pelos fatos, de modo a emancipá-los da restrita condição de eventos, tornando-os motivações para a reflexão, de tal modo que sejam confrontados com a teoria antropológica.

Como trazer a questão da cegueira para um olhar antropológico foi, durante toda a pesquisa, o grande desafio a ser vencido, pois as teorias antropológicas partem de chaves que pensam os indivíduos normais. Dessa forma, à medida que os relatos foram se construindo, a



pesquisa apontava para novas chaves de análise da deficiência, enquanto uma forma de estar no mundo e não à parte dele.

Foi assim que cheguei a questões que não eram exclusivamente de meu interesse, mas das pessoas cegas. Nesse sentido, as afirmações de Peirano (1992) sobre o processo de descoberta antropológica oferecem caminhos estimulantes:

[...] uma descoberta que é um ‘diálogo’, não entre indivíduos – pesquisador e nativo – mas, sim, entre a teoria acumulada da disciplina e o confronto com uma realidade que traz novos desafios para ser entendida e interpretada; um exercício de ‘estranhamento’ existencial e teórico, que passa por vivências múltiplas e pelo pressuposto da universalidade da experiência humana. Este estranhamento o antropólogo aprendeu a reconhecer, no início, longe de casa. (PEIRANO, 1992, p. 9).

No meu caso, tudo isso está perto, é meu próprio cotidiano, compõe quase uma autobiografia transpassada pelo olhar antropológico e à luz de teorias inicialmente estranhas a mim. A riqueza do trabalho proposto reside justamente aí. Pois, segundo a autora, é no diálogo entre a teoria acadêmica e a teoria nativa que se constrói o saber antropológico.

O processo que está me tornando uma pesquisadora demandou um deslocamento – não físico – mas sim a mudança de perspectiva, a adoção de uma nova lente, proporcionada pela fusão de conteúdos obtidos a partir das disciplinas cursadas no programa de mestrado, de minha formação e experiência profissional, e de minha própria biografia. Meu envolvimento com o campo já existia e permanecerá após a conclusão do trabalho de pesquisa.

O processo de familiarização com meu objeto de pesquisa não precisou acontecer. Em todos os espaços – físicos ou virtuais – onde coletei relatos, fui prontamente recebida após anunciar quem era e minha proximidade com a temática em tela. Mais do que aceitação das pessoas com quem conversei, muitas vezes recebi agradecimentos por simplesmente me importar com as questões relacionadas à cegueira. Assim, é importante deixar bem claro que não há, neste trabalho a pretensão de trazer verdades absolutas ou generalizações, mas sim, perspectivas, sentimentos. Roberto Da Matta, ao tratar da pesquisa em Ciências Sociais, da complexidade na relação entre os fenômenos observados e a teoria do pesquisador, destaca: “[...] quando apresento a minha teoria ao meu objeto eu não estou só me abrindo para uma relativização dos meus parâmetros epistemológicos, - como também fazendo nascer um plano de debate [...]” (DA MATTA, 1981, p. 26). Nesse diálogo entre pesquisador e pesquisado não deve haver hierarquia, mas abertura à diversidade humana. A questão principal é o interesse

pela vida social da pessoa, no meu caso, do indivíduo cego, seus dilemas, suas expectativas, sua sociabilidade.

Outro aspecto importante a considerar, com respeito à aproximação entre pesquisado e pesquisador, é a já consolidada postura da Antropologia a respeito dos benefícios e percalços dessa proximidade. Gilberto Velho (1981) ressalta que a ideia de imparcialidade e objetividade na pesquisa não é “dogma” nem consenso no mundo acadêmico. A aproximação é aspecto valorizado e necessário na pesquisa antropológica. Daí minha aproximação com a temática ser bem marcante. No entanto, como explica Gilberto Velho (1981, p. 126), apesar da proximidade, pode haver um distanciamento psicológico e social, pois “[...] o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido”. Trabalhar com pessoas cegas, enquanto professora, não garante que eu conheça a forma como estes indivíduos se sentem e seja capaz de representá-la ou analisá-la. Como afirma Gilberto Velho (1981, p. 127), isso “[...] não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações”. Indo além, Gilberto Velho alerta para a impossibilidade de o pesquisador, por mais empenho que tenha, mostrar a realidade em todas as suas dimensões. Nesse caso, a proximidade com o objeto de pesquisa, e com as outras pessoas envolvidas, pode gerar maior exposição quanto aos resultados. “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações”. (VELHO, 1981, p. 133).

Na década de 1980, quando ingressei como professora na área da deficiência visual, ocorriam movimentações significativas em relação à construção social e política do conceito de deficiência. Nesse período aconteceu o primeiro Encontro de Pessoas Com Deficiência em Brasília, despertando para a necessidade de mobilização por parte desse grupo. O encontro foi muito significativo para o movimento das pessoas com deficiência. Até aquele momento, o conceito de deficiência estava vinculado a um modelo médico (DINIZ, 2007). Tal modelo dava caráter individual à deficiência e era fortemente vinculado à abordagem de reabilitação, na qual a pessoa com deficiência ocupava postura passiva. Ao escrever isso, me vem à mente as muitas pessoas que conheci ao longo de minha trajetória profissional e que foram impactadas por essa postura; sentindo-se totalmente “sem vida própria”, muitas achavam que tal condição lhes era imposta pela falta da visão. Acreditavam que não podiam ser felizes ou completas porque seu problema médico não era resolvido, por sua doença não ter cura. Pensavam estar fadadas ao infortúnio.

Santos (1995) destaca que o movimento de integração das pessoas com deficiência, norteado por um contexto de “igualdade e direito de oportunidades”, conforma um novo direcionamento de ações sociais e políticas no Brasil e no mundo. Entre elas podemos destacar o evento, promovido pela ONU em 1981, denominado Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), com o tema “Participação Plena e Igualdade”. A proposta, bastante ousada para a época, foi um marco importante na discussão pública sobre a questão da deficiência por várias razões.

Primeiramente por apresentar, pela primeira vez, a palavra “pessoa”, e também por despertar a sociedade para a discussão a respeito da deficiência, distanciada da exclusividade da abordagem médica. Contudo, naquele momento histórico, havia apenas uma proposta de integrar. Além disso, os movimentos de pessoas com deficiência apenas começavam a se organizar e eram, ainda, muito tímidos. As ações no sentido de mudar a forma de a sociedade perceber a pessoa com deficiência eram, em sua grande maioria, produzidas em gabinetes e sem a participação direta e efetiva desse segmento social.

Um depoimento retirado do site “Bengala Legal”, datado do ano de 2002, ilustra a discrepância entre o modo como o cego se sente e os resultados limitados dos esforços em favor de sua integração social e política.

A cegueira não machuca, não dói, não limita tão radicalmente como pensam os que enxergam quando fecham os olhos por um minuto imaginando serem cegos, também não é doença. Acostuma-se com ela e o dia a dia é tão comum que esqueço da cegueira e acabo por ver do jeito que ‘vejo’ sem lembrar que não é visão! (QUEIROZ, 2002, p. 1).

O “ser cego” ainda hoje possui denotação social de incapacidade, dependência e tristeza, do ponto de vista de quem não é cego. Em contrapartida, o sentimento de exclusão social é muito presente nos relatos das pessoas que vivenciam a cegueira em seus corpos e se manifesta em questões cotidianas, emprego, relacionamentos. Nos relatos coletados nesta pesquisa também há forte denúncia da situação de marginalidade social em que o cego ainda se encontra ou a que é relegado – todavia não há infelicidade latente por estar privado da visão desde o nascimento ou a partir de um momento de sua vida.

Martins (2009) aponta para o forte estigma associado às construções culturais sobre a cegueira e a repercussão que isto tem na vida da pessoa cega. Eis o que afirma Goffman (2012, p. 11-12).

A sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas.

Entretanto, e apesar de tudo o que foi enunciado anteriormente, a cegueira, assim como a deficiência de forma geral, é tema pouco presente nas Ciências Sociais. Gustavo M. Piccolo e Enicéia G. Mendes (2016) realizaram pesquisa bibliográfica sobre a produção acadêmica a respeito do tema deficiência em programas de Sociologia e Ciências Sociais, entre 1990-2010 em 23 Instituições de Ensino Superior (IESs), e num total de 5691 títulos pesquisados, tão somente 9 dissertações e 1 tese abordavam o tema. A pesquisa se iniciara pelo acesso à página da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), elencando os cursos de Mestrado e Doutorado e suas produções digitalizadas no período correspondente. Ao tratar da quase inexistência de trabalhos acadêmicos os autores afirmam:

É como se a Sociologia ainda não tivesse descoberto a opressão gestada pela deficiência, tal qual percebe com o racismo, o sexismo e as fobias sexuais e étnicas. Qual a razão em se ignorar uma parcela tão volumosa e massivamente oprimida da população? A resposta é mais simples do que se possa imaginar. A deficiência é vista essencialmente pelos sociólogos como tema autoexplicativo e consolidado, cuja base se dá na senda de lineamentos estranhos a seu *corpus* teórico. (PICCOLO; MENDES, 2013, p. 465).

Em geral, a concepção de cegueira e do impacto que ela causa nos cegos tem sido discutida pela sociedade nos debates educacionais e também nas discussões relacionadas à acessibilidade em termos de consequência ou sequela e até sobre formas de superar o grande infortúnio. No imaginário dos indivíduos não-cegos – professores, empregadores, colegas de sala nas universidades, que se deparam com a questão da cegueira, ela é ainda encarada sob uma ampla gama de visões estereotipadas sobre suas limitações, que vão desde afirmações como “O cego é dependente!” até a supervalorização de certos aspectos subjetivos: “Os cegos são muito sensíveis!”. No entanto, o entendimento de que a cegueira física não é, na verdade, o que ocasiona sua menos-valia<sup>5</sup> social é imprescindível para se perceber o grande impacto da exclusão social e da forte reação de indiferença em relação a essas pessoas, perceptível desde os estigmas que quotidianamente lhes são atribuídos até às estruturas e valores que convergem para sua exclusão em áreas tão fundamentais como ensino e emprego.

---

<sup>5</sup> A expressão é utilizada aqui para caracterizar, em termos psicológicos e sociais, a depreciação do indivíduo por ter uma deficiência; o prejulgamento negativo em relação às suas possibilidades de ser um indivíduo completo.

Segundo o último Censo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), dentre os que declararam ter deficiência visual, mais de 506 mil informaram ser cegas, enquanto mais de 6,5 milhões vivenciam essa deficiência de forma severa e outros 29 milhões possuem alguma dificuldade permanente para enxergar, ainda que usando óculos ou lentes. Tão grande contingente de pessoas com deficiência visual ainda não “aparece” na sociedade de forma significativa. Constituem minoria sociológica, embora não demográfica. Ou seja, ainda que sejam poucas as pessoas cegas em ruas, escolas, ambientes de trabalho, bares, praias, é significativa a parcela da população que apresenta dificuldades para enxergar. Todas, por sua vez, são precariamente representados na sociedade.

Quando caminho com uma pessoa cega nas ruas, em ambientes de lazer, ainda chamamos a atenção. Quando meu colega cego chega ao colégio onde trabalhamos, ainda causa admiração. Ademais, com frequência ele escuta relatos bem intencionados, do tipo: “Quando vejo você chegando, feliz, cantando, meu dia fica melhor, pois penso que, se ele que é cego está tão feliz, porque eu (que não sou) devo estar triste?”.

Diferentemente de outros movimentos de luta e reivindicação de direitos, os discursos sobre a necessidade de mudança dos valores sociais relacionados à percepção da deficiência, à valorização do indivíduo ligado a ela e respeito à sua identidade apresentam características específicas. Apesar de, à semelhança destes outros grupos historicamente marginalizados, as pessoas com deficiência enfrentarem várias formas de opressão, nas políticas públicas suas reivindicações aparecem como ações desarticuladas de suas reais necessidades supostamente ali representadas. Suas pautas acabam em lógicas assistencialistas que não levam à superação de barreiras ou do preconceito, justamente por não incorporarem as próprias experiências e perspectivas das pessoas para as quais são direcionadas.

Somente ouvindo as pessoas com deficiência visual e as implicações dela na cidadania desses indivíduos, serão possíveis ações eficientes na planificação do espaço urbano, nos mecanismos de acessibilidade a serviços ou mesmo na inclusão escolar. Mudar esse cenário exige análise criteriosa da necessidade específica de cada deficiência e, mais ainda, da especificidade de cada grupo. O fato do indivíduo cego ser considerado incapaz e limitado faz com que sua representatividade coletiva seja comprometida. Os setores responsáveis pela inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho se deparam com a dificuldade de aceitação do candidato cego, havendo preferência por indivíduos surdos ou cadeirantes.

Martins (2011) explica que a presença de atitudes paternalistas dos poderes públicos e da sociedade em geral com relação à deficiência, orientadas por atitudes de condescendência, mascara a forte opressão social sofrida pela pessoa com deficiência. Ilustram esta afirmação

as experiências de inclusão de alunos cegos, que acompanhei ao longo de minha trajetória profissional, em cursos superiores de instituições particulares. Muitas oferecem bolsas de estudo (devidamente subsidiadas pelo MEC) a alunos com deficiência, fazendo grande alarde desta “atitude bondosa” e, contraditoriamente, ignorando a presença de outros mais em seu corpo discente. Suas práticas pedagógicas não os contemplam e não há oferta de suportes à acessibilidade física, nem ao currículo. Por fim, ao serem confrontadas, atribuem o fracasso ao próprio aluno com deficiência. Afinal, a instituição supostamente já teria feito sua parte.

Adriano Henrique Nuernberg (2009), falando sobre o acesso da pessoa cega ao Ensino Superior, denuncia que as barreiras atitudinais, ou seja, a descrença de que o aluno cego tenha possibilidade de aprender como os outros, gera forte preconceito que irá desencadear atitudes de superproteção ou simplesmente de total desconsideração às necessidades desse aluno. Numa perspectiva um pouco distinta, as instituições públicas, em sua grande maioria, possuem núcleos de atendimento aos alunos com deficiência e estão, de certa forma, buscando saídas para minimizar esta situação de descaso.

Ao “defeito físico” original são agregados outros tantos que irão configurar o conceito de deficiência, indo muito além do não poder ver, ouvir ou andar. Geralmente são praticadas generalizações quanto ao comportamento e às possibilidades das pessoas com deficiência, gerando várias situações sociais que irão afetar as relações desses indivíduos na vida social. E em alguns casos são acrescentados aspectos compensatórios ao discurso: “Ele é cego, mas é tão bonzinho!”. Goffman ilustra bem esta questão na passagem a seguir:

Alguns podem hesitar em tocar ou guiar o cego, enquanto que outros generalizam a deficiência de visão sob a forma de uma *gestalt* de incapacidade, de tal modo que o indivíduo grita com o cego como se ele fosse surdo ou tenta erguê-lo como se ele fosse aleijado. Aqueles que estão diante de um cego podem ter uma gama enorme de crenças ligadas ao estereótipo. Por exemplo, podem pensar que estão sujeitos a um tipo único de avaliação, supondo que o indivíduo cego recorre a canais específicos de informação não disponíveis para os outros. (GOFFMAN, 2012, p. 15).

A década de 1990 foi caracterizada por muitas conferências, declarações e decretos que propuseram novos rumos na elaboração dos conceitos de deficiência e igualdade, entre eles a Conferência Mundial de Educação Para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais (BRASIL, 1994). Esta última trouxe, com maior consistência, o debate a respeito do conceito de “inclusão”, já tão desgastado hoje, apresentando-o de forma geral e referindo-se à

necessidade de a sociedade adaptar-se para que todos tenham condições de fazer parte dela, de forma igualitária, tendo suas necessidades respeitadas.

Sempre me lembro dessa questão quando caminho pelo bairro onde moro, “invadido” por bares e locais de lazer a espalhar mesas e cadeiras nas calçadas, fazendo com que se tenha de passar pela via de tráfego se quisermos continuar o trajeto. Penso no quanto esses espaços desrespeitam cadeirantes, cegos, mães com carrinhos de bebe e idosos que passam por ali. A especificidade da cegueira, manifesta em formas de locomoção e na utilização de sistema tátil de leitura e escrita, ainda apresenta um considerável distanciamento em relação ao modo como pessoas comuns interagem cotidianamente nos espaços. Tal distanciamento se manifesta no descaso em relação a atitudes mínimas de acessibilidade arquitetônica e informação.

Atualmente, há algumas iniciativas em proporcionar acessibilidade às pessoas cegas, em parte pelo entendimento de que estes indivíduos são também consumidores. Há empresas que nos procuram para fazer panfletos em Braille e, apesar de explicar a necessidade dessa produção ter um tamanho padrão (cada letra é percebida pela ponta do dedo), ouço ideias mirabolantes sobre cartazes em Braille para “chamar” a atenção de clientes cegos, como se estes fossem adivinhar que lá no alto de uma parede haveria um cartaz para que eles lessem. É possível perceber, em muitas propostas de “inclusão”, uma enorme incapacidade de “colocar-se no lugar do outro”.

Trago esses exemplos para expor as contradições que permeiam os debates sobre a deficiência e todos os outros temas dela decorrentes: acessibilidade, igualdade de direitos, respeito à diversidade. Muitas iniciativas e ações ainda apresentam caráter compensatório<sup>6</sup>, pois não enfrentam os problemas específicos das deficiências diretamente e, ainda, carregam no tom caridoso (como um “favor” e por “pena”) da ação. Grande parte da legislação fica apenas no papel enquanto várias leis esbarram em grandes dificuldades de execução.

As cotas de vagas em empresas e instituições públicas ilustra a questão compensatória. A “lei de cotas” é cumprida, mas a inserção dos indivíduos cegos na atividade profissional é processo difícil, muitas vezes marcado por experiências de descaso, despreparo e preconceito. Acompanhei algumas pessoas cegas que passaram em concursos públicos para professores e que, ao ingressarem, causaram grande desconforto às mantenedoras porque elas simplesmente

---

<sup>6</sup> O termo aqui refere o limitado fenômeno conhecido nos Anos 1990 e início dos 2000 por “políticas compensatórias”, em geral econômicas e de auxílio material, efetivadas pelos governos, em especial o Federal (Era FHC). Cabe distingui-lo do importante conceito de “compensação” utilizado na Educação Especial, o qual reconhece a pessoa deficiente em sua especificidade como dada ontogênese humana peculiar e passível de superação efetiva, voltada ao desenvolvimento das faculdades psico-sensoriais íntegras e de habilidades físicas e sociais, compensando com sucesso a dificuldade pela humanização.



não sabiam como adequar o ambiente de trabalho aos funcionários cegos. Tal situação denota claramente uma inversão de papéis, fazendo parecer que a incapacidade estava nos indivíduos com deficiência e não no ambiente de trabalho impróprio que, ao oferecer as vagas, deveria prever as adequações necessárias para que estes profissionais desempenhassem sua função.

Neste debate sobre a empregabilidade fica bem marcante a ideia de que os indivíduos com deficiência têm que se adequar às situações já postas e, caso não consigam, o problema estará com eles por serem supostamente “incapazes” de desempenhar determinada função.

O estereótipo se manifesta durante a inserção de indivíduos cegos no trabalho, como maneira de generalizar comportamentos esperados. A falta de informação sobre caminhos de acessibilidade e a concepção de que são necessárias “grandes adaptações” para que a pessoa cega possa desempenhar atividades profissionais, cria falsas expectativas em relação a esta.

Eliza Tanaka e Eduardo Manzini (2005) discutem a questão do trabalho da pessoa com deficiência e evidenciam a dificuldade dos empregadores em se colocarem no lugar dela para entender suas reais limitações e, mais ainda, suas potencialidades humanas e produtivas.

No contexto desses processos, a nomenclatura direcionada às pessoas com deficiência passou por várias mudanças, gerando histórias sociais sobre ela. Diniz (2007) descreve que, após o abandono de expressões como “excepcional, retardado e manco”, veio a de “pessoa especial”, depois “pessoa portadora de necessidades especiais” e, hoje, já é possível identificar “pessoa com deficiência ou deficiente” como a utilização mais corrente dentre os termos. Para a autora, apesar de parecidos, esses termos carregam significados e posturas diferentes. O termo “deficiente” identifica-se com o modelo social de deficiência, de origem britânica e vinculado aos seguidores da UPIAS (Union of the Physically Impaired Against Segregation)<sup>7</sup>, que busca “[...] expressões que denotem a identidade na deficiência [...]” (DINIZ, 2007, p. 20). Por outro lado, o termo “pessoa com deficiência” daria caráter individual à deficiência, sendo mais adotado pela tradição estadunidense, que marca nossa literatura brasileira na área.

A ideia de “deficiência” enquanto “anormalidade” foi construída no século XVIII, a partir do contraste com não-deficiência ou “normalidade”. “A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida” (DINIZ, 2007, p. 8). Robert Hertz (1980), em seu trabalho “A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa”, aborda a forma como as sociedades hierarquizam fenômenos relacionados ao corpo pela redução à sua natureza, encobrando, assim, seus fundamentos morais. Hertz explora a

---

<sup>7</sup> Modelo apresentado pelo grupo londrino denominado *Disability Studies* (composto por Oliver, Barnes, Abberley, Barton, Shakespeare e Finkelstein), todos ativistas da UPIAS.



polaridade “mão direita versus mão esquerda” como expressão de significantes culturais das representações de divisões e hierarquias sociais. A mão esquerda seria dada ao “profano” e a direita ao “divino”. Daí que tudo relativo à esquerda, desde canhotos até movimentos políticos baseados na crítica ao sistema capitalista, é associado à desordem e valores negativos.

Esse dualismo acaba por gerar mutilação social, em que ser canhoto significa ser mal, ilegítimo, enquanto a direita abençoa, consagra. Hertz nos leva à questão religiosa das práticas sociais, gerando o contraste entre direita e esquerda, sagrado e profano, claro e escuro. Nesse sentido, funções atribuídas a cada uma das mãos confirmam a tese do autor, de que o coletivo e espiritual se impõe ao que é orgânico e natural e, ao mesmo tempo, se justifica a partir dele.

Assim, a oposição entre a direita e a esquerda tem o mesmo significado e aplicação que a série de contrastes, muito diferentes mas redutíveis a princípios comuns, apresentadas pelo universo. O poder sagrado, fonte da vida, verdade, beleza, virtude, o sol nascente, o sexo masculino e – posso acrescentar – o lado direito, todos estes termos são intercambiáveis, como o são seus contrários. (HERTZ, 1980, p. 114).

A despeito das controvérsias em torno dos pressupostos teóricos apresentados por Hertz, seu estudo parece oferecer alguns elementos relevantes para se compreender o lugar ocupado pela deficiência em nossa sociedade, particularmente a proposta de um modelo social de interpretação do próprio corpo humano, em oposição ao modelo médico. Diniz explora essa perspectiva, observando que:

Se para o modelo médico o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e social: para o primeiro, a deficiência era resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão (DINIZ, 2007, p. 23).

Marques (2011) destaca que pensar a cegueira a partir do normovisual<sup>8</sup> é fazê-lo de modo parcial, nem sempre sendo possível perceber o impacto que causa na vivência da pessoa cega. “No entanto, ela apenas reflecte, em sentido negativo, a enorme importância que possui o sentido da visão para quem dele pode fazer uso.” (MARQUES, 2011, p. 51). Sendo este

---

<sup>8</sup> O que ou quem tem o sentido da visão sem deficiência. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/normovisual>. Acesso em: 10 jul. 2016.

sentido bastante elaborado e que traz grande parte das informações que recebemos, a nós que enxergamos fica difícil pensar na integridade de um indivíduo que não o utiliza.

Em cursos que ministro sobre o tema, gosto de perguntar que sentimentos ou percepções a cegueira causa nas pessoas, e as respostas refletem bem a forma como a cegueira é concebida: “escuridão; tristeza; medo”.

Esta constatação serve para nos despertar para a nossa limitação em entender o outro, o diferente de nós, aquele que está conectado ao mundo de forma singular. A pessoa cega usa o corpo todo para perceber o seu entorno. A incapacidade sensorio-visual se torna limitante à medida que pensamos a visão como única via de aprendizagem e desenvolvimento. Trata-se de questão bastante significativa, pois representações ou concepções a respeito da pessoa cega são fortemente marcadas pelas limitações decorrentes da falta de um único sentido. Define bem a questão um depoimento colhido no sítio Bengala Legal: “Nosso problema não é tanto entre nós cegos e a cegueira e sim entre ela e a sociedade. Ficamos sempre por detrás de um muro que faz não nos enxergarem como somos em nossas diferenças e em nossas igualdades”.

Quem se utiliza prioritariamente da visão tem dificuldade em pensar nas inúmeras possibilidades de existência sem ela. O mesmo vale para o encaminhamento de propostas de integração, participação e inclusão de quem não vê. Ocorre um distanciamento entre pessoas que enxergam e as que não enxergam por impossibilidade de vencer concepções e construções sociais que fazem do fenômeno uma essencialização da pessoa à cegueira, restringindo toda a riqueza própria de um ser humano a um mero aspecto dela ou sua ausência, à falta de visão.

Assim, a deficiência primária é entendida como a grande limitadora de possibilidades e torna-se a grande marca do indivíduo que a tem, sem falar na universalização do conceito do ser cego, que se constitui no preconceito já tão arraigado em nós. Dito de outra forma, as pessoas enxergam a cegueira antes de enxergar o indivíduo.

De acordo com o exposto, e já com o intuito de anunciar ao leitor o que vem a seguir, este trabalho tem como eixo principal o relato de pessoas cegas sobre suas trajetórias na vida cotidiana. Relatos estes que transitam em vários espaços e vivências, às vezes com um tom de denúncia, em outras com suavidade e humor.

Após esta apresentação inicial da pesquisa, virá pequena seção expondo a maneira como o trabalho de campo se construiu e, principalmente, a forma como serão expostos os relatos no decorrer do texto. Não haverá uma seção específica para a discussão teórica, pois esta irá sendo apresentada ao longo desta dissertação, enquanto uma proposta antropológica de conhecimento do mundo e dos seres que nele habitam através das vivências e fazeres cotidianos, o que Ingold chama de “antropologia para além do humano” (INGOLD, 2012).

As Seções 3, 4, 5 e 6, iniciam com uma pequena introdução que se propõe entrelaçar a teoria antropológica de Ingold com questões relacionadas à cegueira. A seguir, apresenta-se os relatos transcritos. No final de cada uma delas, um texto de fechamento retomará as questões da introdução em uma tentativa de análise das mesmas à luz do material levantado. As quatro são delineadas a partir do projeto teórico de Ingold de restaurar a Antropologia, apresentado na forma de quatro fases: na primeira ele se dedica ao conceito de “produção”; a segunda fase dedica à “história”; a terceira onde destaca o “habitar”; e, por fim, a quarta e última fase em que o autor explora a ideia de que a vida é vivida ao longo de “linhas”.

## 2 CONSTRUINDO CAMINHOS

Anunciei, acima, como foi se construindo a coleta de dados que compõe este trabalho. Gostaria, agora, de detalhar como estas fontes surgiram ao longo da pesquisa e a forma de apresentação daqueles dados no texto desta dissertação.

Comecei as entrevistas por pessoas com deficiência próximas a mim. Adultos cegos ou com graves comprometimentos visuais que são meus alunos, ex-alunos, amigos e amigas. As entrevistas foram gravadas, geralmente em ambientes informais sugeridos por mim ou pelos pesquisados. Inicialmente, lhes sugeri que fosse feita uma breve apresentação e o histórico da deficiência visual, dada a diversidade de formas pelas quais a deficiência se apresenta, se congênita ou em decorrência de doença, seqüela de acidente, etc. Após esta introdução, o entrevistado poderia falar sobre qualquer questão que considerasse relevante. Permiti-me, durante a conversa, fazer perguntas ou considerações, sempre que julgava necessário.

Simultaneamente, enquanto fazia pesquisas na Internet, tive contato com um sítio virtual intitulado “Mundo Cegal”, que me chamou a atenção pelos temas apresentados. Entre os links disponíveis estava o acesso a um grupo no Whatsapp onde se discutiam tópicos sobre a deficiência visual. Participavam desse grupo pessoas de vários estados do Brasil e alguns de Portugal. Entrei em contato com o administrador do grupo nesse aplicativo, um jovem cego, que me respondeu prontamente, adicionando-me àquele.

Desde o início, deixara bem claro qual seria o meu interesse em participar desse grupo. A partir daí comecei uma grande coleta de dados. Todos os dias escutava ou lia atentamente os debates que ali aconteciam, e ia catalogando aqueles relevantes à pesquisa. O grupo é bastante ativo e diariamente são postadas cerca de 50 mensagens. Os assuntos dizem respeito a questões cotidianas: acesso à tecnologia; dúvidas sobre questões legais da deficiência; divulgação de apresentações culturais com audiodescrição; auxílios quanto ao uso de softwares; depoimentos sobre experiências positivas e negativas em relação à acessibilidade.

Sempre que algo me chamava a atenção em algum depoimento, procurei em privado a pessoa que relatara e enviara dada mensagem, me apresentando e falando sobre a pesquisa. Em todos os casos, as mensagens que enviei foram muito bem acolhidas e foi possível colher outros relatos mais aprofundados, os quais compõem parte das histórias contadas aqui.

Tenho que confessar que esse momento do trabalho foi tão empolgante que não queria parar de coletar relatos e acompanhar o “movimento do grupo”. Ficava ansiosa para que

chegasse a hora do dia em que poderia ouvir tudo o que se passou nele. As entrevistas presenciais eram feitas sempre que surgia uma oportunidade.

Paralelamente, a cada encontro de orientação, eu trazia mais elementos para o debate, até que meus orientadores me alertaram para fazer uma pausa e começar a transcrição das gravações. Quando a iniciei, vivenciei outro momento de grande prazer. Fui construindo as narrativas, atribuindo nome às personagens. Algumas entrevistas traziam tantos elementos importantes que optei, em alguns casos, por desmembrar o relato de uma única pessoa em várias personagens. Outros dados apareceram recorrentemente em várias narrativas e foram condensados em apenas uma história, atribuída a uma única personagem.

Após esta etapa de construção das narrativas, me deparei com o impasse relativo às dificuldades de trazê-las para o texto acadêmico. Naquele momento já tínhamos bem claro, eu e meus orientadores, que os depoimentos eram o principal conteúdo da pesquisa e que deles emanavam as questões para debate. Dada a particularidade da forma de como o trabalho vinha sendo construído, esse foi um momento de bastante reflexão e impasse. O conhecimento e a experiência dos orientadores foram cruciais em auxílio à busca de caminhos metodológicos. Assim, a sequência deste trabalho será apresentada sob o formato de narrativas e histórias de vida de vários personagens, representativos duma coletividade, pertencentes a vários espaços.

A ideia de incluir imagens na capa e introdução das seções veio como uma forma de utilizar outra linguagem para discutir a temática em questão. As gravuras não têm – apenas – objetivos estéticos, mas também o de construir outros caminhos de reflexão. Segundo Barroco (2007, p. 31), as produções humanas manifestas através da arte trazem consigo o imaginário cultural de uma época e permitem “[...] situar as diferentes histórias de vida dos sujeitos singulares”. Fica então esse desafio ao leitor.

Imagens foram colocadas na abertura das quatro seções que contém as narrativas. As imagens das Seções 3, 4 e 5 têm como fonte um sítio virtual português sobre deficiência visual, e a da Seção 6 diz respeito às Paralimpíadas.



Descrição da imagem: Ilustração em preto e branco de um homem, sentado, com os olhos fechados. À sua frente, um outro homem está agachado e toca seu olho. Na parte esquerda superior há um grupo de cinco pessoas e na parte superior direita mais duas pessoas, todas aparentando usar túnicas.

Descritora: Analigia Domingues – CAP-Maringá

Legenda da figura: The Man Born Blind (O Homem Cego de Nascimento)

Henri Lindgaard, 2003

### 3 LIVRAR-SE DA CEGUEIRA

*“[...] não somos isso ou aquilo, apenas somos”.*

Quando iniciei a pesquisa, pensava-lhe delimitação humano-geográfica no trabalho de campo – os cegos de Maringá – visando factibilidade no curto espaço de tempo disponível. E tinha ainda alguns focos de pesquisa: escolarização, empregabilidade, acessibilidade e temas afins. Contudo, à medida que esse campo se ampliou pelo contato que estabeleci com cegos brasileiros a partir do uso de redes sociais, as propostas iniciais não mais se justificavam. Sua ampliação trouxe outras demandas, próprias da forma como a cegueira se produz socialmente.

A vida humana é convivência. Indivíduos se constroem nas relações, e estas ocorrem em um mundo real e material. Dada organização social prevê papéis a serem exercidos nas várias instâncias que compõe a sociabilidade e criados a partir de um padrão de normalidade. Mas, o que ocorre quando o indivíduo se afasta muito desse padrão? O que acontece quando ele, nas relações que estabelece com o outro, não é identificado como pertencente àquele contexto coletivo, fenotípico e histórico-cultural? A cegueira, com certeza, causa estranheza. Sugere, em nossa sociedade, relações como menos-valia e incapacidade. Expressa um corpo (e subjetividade) incompleto, faltante, pobre. Difícil de ser visto como produtivo, atuante.

A sociedade, tal como estruturada em termos produtivos, preconiza padrões do que considera indivíduos completos e saudáveis. Eficientes para executar funções, competir. Em tal mundo, cegueira é sinônimo de imperfeição e marcada pelo rótulo. Nesse lugar, a maioria das pessoas convive com esse rótulo, não com a personalidade do indivíduo. Emergem daí os vários exemplos de perguntas recorrentemente feitas aos cegos sobre suas possibilidades ou impossibilidades de promover autocuidado, realizar trabalhos, estabelecer relações afetivas.

Em muitos casos, a própria pessoa com deficiência aceita esse rótulo e passa a considerar-se impossibilitada de agir no mundo de forma autônoma (GOFFMAN, 2012). Constrói pessoalmente para si uma identidade subjugada ao estereótipo socialmente criado a seu respeito. Acaba aceitando atitudes paternalistas e assistencialistas como “naturais” a ela.

Ingold (2015), ao tratar da Antropologia, afirma que ela é um estudo sistematizado da forma como a vida humana acontece e que, no decorrer da história da disciplina, infelizmente, os cientistas têm se esforçado em retirar esta mesma vida “de seus relatos” (INGOLD, 2015, p. 25), esvaziando, assim, tanto estes quanto a própria Antropologia. Esses relatos passaram a

ser sistematizados e organizados de acordo com padrões e códigos dicotomizados – cultural x genético, natural x social – e o que sobra são conteúdos classificados de antemão.

Ao conversar com as pessoas cegas e compor os relatos apresentados neste trabalho, essa preocupação me acompanhou. Como retratar a vida dos indivíduos cegos? Falar de suas potencialidades? Do preconceito contra eles? De sua acessibilidade?

Para Ingold (2015, p. 30), compreender a vida enquanto um “[...] movimento de abertura, não de encerramento [...] deve estar no próprio cerne da preocupação antropológica”. Ingold, na busca de restaurar a vida à Antropologia, propõe quatro fases para esse processo, que não seguem uma linearidade, mas sim um movimento. A primeira se refere ao significado da “produção”. Para o autor, os humanos e também os não-humanos se transformam à medida que agem sobre o mundo. “Crescendo no mundo, o mundo cresce neles”. Os seres humanos, na sua vida em sociedade, produzem a si mesmos e também uns aos outros. As ações dos humanos sobre a natureza, os objetos e na relação com o outro promovem a possibilidade de desenvolverem-se e agirem no mundo.

O conceito de produção é trazido aqui como um passo na discussão da cegueira. Não é o primeiro passo, mas tentativa de mostrar a cegueira, não de explicá-la. Tive tal preocupação desde o início de minha pesquisa. Não pretendia escrever sobre as pessoas cegas, mas sim o que elas pensam, sentem, realizam na sociedade e na cultura em que vivem, encarando-as e tratando-as como indivíduos plenos e não como meros humanos reificados pela cegueira.

Entender a diferença vai além de uma atitude de tolerância, requer mudanças de perspectiva práticas e concretas. Conviver com o diferente é, antes de mais nada, reconhecer a capacidade de atuação deste na sociedade.



### 3.1 SÍTIOS VIRTUAIS DE RELACIONAMENTO



á é madrugada, eles estão conversando, não estão juntos, fisicamente, mas estão próximos em suas questões. Clara está procurando sítios virtuais de relacionamento. Por muito tempo achou isso uma



bobagem. Mas as coisas vão mudando. “Por que não?” – pensa ela. Ela é jovem, gosta de conhecer pessoas. Mas tem um problema – a acessibilidade. Na verdade, há outro problema ainda maior – o preconceito.

O grupo de WhatsApp, de cegos, discute, opina, se apoia. Avalia o papel desse espaço virtual para eles, os cegos. Mas existem mais questões envolvidas. Por exemplo, a dos espaços exclusivos para cegos. Eles discutem o problema. Há posições divergentes. “Estamos nos segregando mais ainda quando criamos espaços só para cegos!” – diz Clara.

Juliana é cega há pouco tempo. Ela usa outra estratégia. Mostra primeiro a Juliana jovem, bonita, inteligente. Um perfil virtual normal, aceitável, esperado. Apesar da foto de perfil com seu cão-guia, ela não é reconhecida em seu “desvio”. Juliana sabe que, se se apresentar primeiro como a “cega”, ninguém vai falar com ela. Vão logo achar que ela “tem problema”. Depois que consegue mostrar-se enquanto mulher e alguém lhe pergunta sobre o cão em seu perfil, aí ela fala com naturalidade – “É meu cão-guia!”. A maioria se afasta, só alguns continuam a conversa. É um mundo hostil.

Pedro tem seu perfil em alguns sítios de relacionamento. Perfil cego. Poucos o procuram para conversar. Na maioria das vezes são pessoas que não leram seu perfil. Quando diz que é cego, se afastam. Ele prefere assim. Quem não o aceita como cego, não serve para ele. O grupo está refletindo sobre isso. São questões que mexem com eles. – “Tão bonito!”; “Tão bonita!”; “Pena que é cego!”; “Pena que é cega!”... Juliana e seus colegas já ouviram muito isso. Eles estão indignados. Melhor ser feio, do que cego? A comodidade de se relacionar apenas em grupos de iguais seria a saída? Eles se sentem acovardados. A sociedade não está mudando. A ideia de “coitadinho” está presente, é cotidiana a todos eles. Machuca...

Eles usam a tecnologia, se apropriam dela. Pena que cada vez mais os espaços virtuais são essencialmente feitos de imagens. Helena nunca se sentiu tão cega. Ela quer gritar – “Eu estou aqui!!!”. Não quer “cantinhos” adaptados para ela, não quer migalhas. Está cansada de pessoas lamentando a condição dos cegos na sociedade, cansada de exemplos de superação. Ela quer gritar – “A cegueira não causa isso! É a invisibilidade, o isolamento!”.

Helena sabe que pode, que é capaz, mas tem consciência de que os cegos que se destacaram são os que venceram esse isolamento. Aqueles que tiveram a chance de estudar, oportunidades de acesso ao conhecimento. Ela não quer tecnologia para cego. Tecnologia caríssima. Só quer ter acessibilidade a tudo que já existe. Ela tem certeza disto – “Não é a cegueira que os limita, são as atitudes alheias!”. Lembra de uma novela, com um personagem cego. Era supostamente para conscientizar as outras pessoas sobre os cegos. Mas a maioria dos capítulos dela não era acessível ao cego sem a ajuda de alguém “normal”. Atitudes de

favor. Helena está indignada. Para ela, a sociedade está acostumada a pensar nos cegos como incapazes ou nos cegos maravilhosos, que “veem com o coração”, mas que não têm nada a ver com as pessoas normais. Não passam de objetos de admiração ou exclusão, raramente de respeito e identificação como um ser humano real, com direito às mesmas oportunidades.

### 3.2 ÁUREA



omeça mais um dia. Corriqueiro para Áurea, que já se acostumou a tatear os cômodos de sua casa e fazer as tarefas domésticas, assim como os outros de sua família. A cegueira, neste espaço, não a incomoda, pois transita nele, sem dificuldade e participa das decisões da família. Hoje com 49 anos, é independente, dentro das paredes de sua casa. Toca o telefone e Áurea é a mais disponível para atender. Depois das devidas identificações, a parente, que fala com Áurea, tem interesse em visitar a família. Áurea percebe as intenções, mas a parente pede para chamar outra pessoa da casa. Então, ao tratar com esta outra pessoa, supostamente mais capacitada em tomar decisões, combina uma visita.

Um sentimento ruim se apodera de Áurea. Pensa como pode parecer incapaz de tomar uma decisão tão simples como agendar uma visita. Ela sabe melhor do que ninguém a rotina da família, pois faz parte dela. Áurea continua suas atividades. Lava louça, lê seus *e-mails*. Sim, lê! Por que tanto pudor em usar esta palavra com os cegos? Pode ler ouvindo, pode ler tateando. Não importa. Resolve agendar consulta com o nutricionista, pois como a grande maioria das pessoas deste século, luta contra os “quilinhos a mais” que insistem em se alojar em seu corpo. Pega seu celular, *iPhone* de última geração, tateia a tela lisa *touch screen* e acha o número do nutricionista. Acessibilidade *voiceOver*. A maioria das pessoas ainda acha isso quase uma mágica, um superpoder. Áurea pensa sobre a discrepância disso – “Ora não sou capaz de agendar um horário para visita – uma criança de 10 anos sabe dizer a hora que a família está em casa – ora sou a heroína com superpoderes porque consigo usar um celular!”.

Áurea insiste em refletir sobre essas discrepâncias. A dificuldade de ser compreendida enquanto pessoa capaz de realizar atividades simples, como agendar um horário de visita. Não porque, contraditoriamente, tenha super capacidades, mas por simplesmente ser uma pessoa como qualquer outra, que apenas não enxerga.

Áurea está atenta ao tapete de crochê que faz com bastante habilidade, quando chega, então, a visita. Novamente seus superpoderes são exaltados – “Nossa, mas você faz crochê?”. Ela percebe que esse espanto mostra o quanto se espera dela um comportamento inferior, menos ativo. Estar sentadinha ouvindo rádio seria o mais esperado. Aí ela resolve provocar – “Faço sim, e escolho as cores que vou usar nas flores, no fundo!”. Diante de uma “tamanho” incompatibilidade entre o comportamento esperado e o encontrado, surge uma “explicação” por parte da parente – “Você tem o dom prá fazer crochê!”. Áurea fica perplexa. Ela não se sente assim, incapaz, inútil. Ser cega, lhe imputa uma série de outros atributos indesejados.

Áurea ouve falar muito sobre inclusão, direitos iguais, capacidade das pessoas com deficiência. Na igreja, ouve que “todos são iguais perante Deus”, mas ainda assim sente um desconforto perante seus “iguais”. Como quando recebe outro telefonema de uma amiga da família, com quem eles não tinham contato há muito tempo. A “amiga” pergunta de todos e, em dado momento, inquire – “Mas não tinha uma cega aí?”. Áurea perde o chão. Por segundos pensa em várias possíveis respostas a dar, mas antes disso vem-lhe um pensamento – “Será que o fato de ser cega a exclui ou separa da categoria de pessoa?”. Ela quer gritar.

Áurea respira fundo e conclui que o mais adequado é resolver esta equação: pessoa x cega. Ela diz – “Sim, sou eu!”. Fica curiosa para saber qual será a reação de sua interlocutora ante o impasse. O que se segue supera o que ela poderia esperar de alguém que é indiferente à possibilidade de que a vida continue a partir do desenvolvimento da cegueira. A interlocutora fica encantada com a possibilidade de Áurea falar tão bem ao telefone. Áurea está confusa – “Mas por que eu não conseguiria falar?”. Ela está frente a frente com a impossibilidade de as pessoas manterem alguma relação de igualdade com o indivíduo estigmatizado. A cegueira a torna surda e muda, manual, social e intelectualmente inábil, quase inexistente.

Áurea acompanha a família em todos os eventos sociais e, com bastante frequência, sente a indiferença das pessoas. Não a cumprimentam e nem falam diretamente com ela. Este fato apresenta um aspecto crucial em relação à pessoa cega, a perspectiva de que seria incapaz de interagir socialmente, não corresponde aos padrões culturais vigentes e é anormal. Partindo desse pressuposto, o normal recusa, de antemão, estabelecer relações sociais com o cego.

Áurea sente-se como se as pessoas lhe agregassem alguma limitação intelectual grave e é obrigada a conviver com perguntas indecorosas sobre sua possibilidade, por exemplo, de tomar um banho sozinha. Por mais que se sinta capaz, ao escolher suas próprias roupas, fazer uma maquiagem no rosto, acompanhar as tendências da moda, uma sombra parece encobrir-lhe tudo isso – “Sou apenas uma cega!”.

Apesar disso tudo, ela tem sonhos... Quer andar sozinha na rua. Relembra a sensação maravilhosa de, pela primeira vez, utilizar o transporte coletivo sozinha. Áurea e sua bengala vão desbravando as quadras, as ruas. O vento soprando em seu rosto a lembra de que é gente como os outros. Nesses momentos ela não se sente sozinha, mas está feliz, completa.

### 3.3 “VOU TE TRATAR COMO OS OUTROS!”



armen foi participar de um curso. Nada complicado, a princípio. Logo de início, a professora se aproxima e diz que a irá tratar como todos os outros – “O alarme para discriminação já ficou esperto! Vai rolar preconceito em 3, 2, 1... Piiiiiii! Piiiiiii! Não disse???”.

Carmen bem sabe que se fosse vista como pessoa normal e tratada como todo o resto do mundo, não seria preciso dizer aquilo. A outra pessoa simplesmente nem se lembraria de dizer algo assim. Quando estudava e o professor dizia que a trataria como aos alunos normais, Carmen sabia – “Ele está passando recibo de que me vê como anormal!”.

Quando alguém diz a ela que lhe dará uma “atenção especial”, já se sabe que não vai dar certo. Carmen não é revoltada, apenas “escolada”. Faz 33 anos que encara esse métier. Conquanto possa ser ela a primeira cega com quem tal pessoa interaja, ainda assim Carmen, por sua vez, já conviveu com mais “enxergantes” do que cegos. E, na maioria dos casos, ou a coisa flui como água no rio, ou é infinitamente desgastante insistir.

Carmen percebe que a maioria das pessoas só está preparada para encontrar um cego passivo, submisso, sem autonomia, e simplesmente não aceitam quando os cegos excedem as suas expectativas. Ou isso, ou então ficam com aquilo de – “Oh! Uau! Puxa!” – “Contando vantagem da gente pros amigos, nos fazendo sentir como numa vitrina de seres exóticos, o que simplesmente impossibilita uma convivência humana e realista!”.

Carmen detesta quando alguém diz – “Você tem que... Eu não tenho coisa nenhuma! Ninguém tem coisa nenhuma!”. Ela se sente imperfeita. Não por ser cega, mas simplesmente humana. Assim como o são gays, lésbicas, ateus, negros, semianalfabetos, nordestinos. Sabe que não há, dentre todos, alguém tão puro e correto que esteja em posição de definir quem entra e quem sai, seja da Internet, escola ou vida social. Sente que todos estamos interligados uns aos outros, por emaranhamentos indistinguíveis até, mas, no mais das vezes, tão nítidos, que os queremos negar. Para ela não existe esse “outros”. Somos todos “nós”. Sabe e acredita

que, no “conjunto da vida”, todos pertencemos. Todo mundo está contido. Às vezes ela escuta – “[...] prefiro a deficiência em mim do que nos meus filhos!”. Carmen enlouquece – “Ei! O problema não está na deficiência, mas nas barreiras atitudinais que a envolvem!”.

### 3.4 “CHEGA DE MULETA, PEGUE A BENGALA!”



Mariana é cega. Mas Mariana é também jovem, bonita, capaz. A “Lei das Cotas” lhe permite ter um emprego. Ela agora é funcionária de uma empresa. Alguém “produtivo” em termos econômicos. Ela se arruma, está feliz. No ambiente de trabalho, quer mostrar o que sabe.

Os outros, ao contrário, querem fazer tudo por ela. Os colegas de trabalho não conversam com ela. Mariana não se importa. Puxa conversa. Aos poucos, mais pelo esforço dela do que do da empresa ou colegas, ela consegue fazer seu trabalho. Os colegas, com o passar do tempo, vão para outro setor da empresa. Trabalho melhor, ganho melhor. Ela espera sua vez chegar. Mas não chega. Mariana é cega, ela vai ficar ali mesmo.

Jairo passou em um concurso. Ele se preparou, estudou. Isso não basta. Jairo ainda tem que mostrar que é capaz. A sociedade não consegue perceber que ele é capaz. As cotas ainda parecem “um favor”. Jairo não quer brigar, ele quer ter a oportunidade de mostrar que consegue. Se ele brigar sabe que ficará cada vez mais excluído. Ele só quer fazer parte.

Alcides quer falar. Ele e o irmão enxergam pouco. As pessoas da família e os amigos os guiam para onde eles querem ir. Na conversa com outros, iguais a ele, Alcides desabafa. Quer ter independência. Ir e vir. Os amigos orientam – “Chega de muleta! Pegue a bengala!”. São incisivos em lhe dizer que fique sempre com a “bengala armada” mesmo quando está sendo guiado. Ela é que dá autonomia, confiança. Ela também ajuda os outros a identificar a deficiência. É uma maneira de orientar as pessoas na forma de agir. Sair da frente, por exemplo. Ah, as pessoas... Pessoas que ajudam. Pessoas que, ao verem o cego se aproximar, dizem – “Não tenho nada hoje não!”. – “Como assim? Só queria saber o número do ônibus!”.

### 3.5 LEVANDO O PAI PARA O TRABALHO



Tereza ouviu os comentários sobre o vídeo da menininha de cinco anos que leva o pai cego ao trabalho. Sim, muita gente acha que pessoas cegas têm que ser tuteladas. O cego deve passar de tutela em tutela! Afinal, alguém tem que cuidar deles! Primeiro, os pais; depois, marido ou esposa; e então, os filhos, é claro...

Tereza sabe que romper com tal paradigma não é questão de palavras, mas de atitudes. Sua mãe achava que cuidaria dela. Que Tereza ficaria com ela até ela própria morrer e que, depois, sua filha passaria para a guarda de seus irmãos ou dos descendentes deles.

Tereza entende como é difícil ver o outro além do próprio reflexo. Então, como quem enxerga acha que ver é tudo e também pela grande importância das aparências, se imagina que o cego é, obrigatoriamente, um ser menor, menos capaz de cuidar de si mesmo, que precisa sempre de ajuda. Afinal, tem um sentido a menos. “É a realidade que muitos cegos combatem todos os dias, na qual muita gente ainda acredita. Muita, mesmo!” – pensa Tereza.

Mas, e a história da menininha que leva o pai cego ao trabalho? Tereza deu voltas para chegar à questão. Muita gente pensa, sim, que os filhos existem para cuidar dos pais cegos. Aliás, muita gente pensa que os filhos devam compensar os pais por tudo que fazem pelos filhos, independente de deficiência. Nada mais natural que pensem assim se há uma limitação física no pacote. A ideia do estabelecimento de relacionamentos horizontais e colaborativos entre cegos e normovisuais ainda é novidade para a maioria das pessoas. A maior parte delas vive no esquema de todo empenho merecer uma compensação, e, como para cegos, em tese, cuidar de crianças pequenas é mais difícil que para pessoas sem deficiência, o raciocínio de que filhos devam compensar os pais é lógico. Esta ideia preocupa Tereza.

Tereza já viu muitas mães cegas pedirem para seus filhos terem cuidado com elas, senão poderiam cair. Nesses lares, os brinquedos não devem ser guardados para a casa ficar organizada, mas porque seus pais podem cair. A maioria não vê nada demais nisso. Tereza não pensa assim. Mas deve isso à boa reabilitação que fez em programas especializados, onde pôde aprender a exercer atividades cotidianas sem depender de outras pessoas para tudo. Teve oportunidade de encontrar pessoas que a auxiliaram a vencer barreiras e ter autoconfiança. Ela conviveu e convive com muitos outros cegos. Pessoas que vivenciam a cegueira por uma perspectiva distinta da dominante e a ajudaram em sua emancipação

Ela sabe que seus pais não foram impecáveis, mas eles nunca a esconderam, nunca se envergonharam dela. E, infelizmente, pode parecer o óbvio, mas isso é um privilégio.

Essa questão passa também pelo uso da bengala. Muitos cegos têm uma resistência patológica à bengala e acham-na um demérito, ou a ser usada apenas e tão somente quando não houver um enxergante perto para conduzi-los. Se uma pessoa cega com essa mentalidade tiver um filho, vai achar natural que ele a leve aos lugares. E a maioria das pessoas normais achará certo. Tereza sabe que o assunto é complexo. Ela pensa na questão da heterogeneidade que há entre as pessoas com deficiência. A emancipação vai depender da história de cada um, das oportunidades que ele tiver. Não dá para exigir que todos tenham a mesma condição.

Tereza sabe que em muitas situações a decisão depende de quem está próximo dela. Às vezes, essa pessoa é seu filho. Mas ela não consegue aceitar a ideia de que seu filho tenha a obrigação de guiá-la. E ela, embora saiba ir ao supermercado, não consegue se locomover sozinha dentro dele. Seu filho a ajuda a comprar as coisas de que precisa e é evidente que, se não fosse cega, seu filho não teria que fazer isso.

Sempre que Tereza está em um ambiente estranho, outros a guiam. Ela sabe que precisa de ajuda, especialmente se o local estiver lotado e barulhento. Quando sai com seu filho na rua, eles têm um combinado: ele pode ir na frente, mas não longe do seu alcance auditivo; ele não precisa guiá-la, mas avisar das lixeiras ou se houver entulhos no caminho. Tereza pensa que é uma forma mais autônoma de fazer isso, mas está disposta a aprender.

Ainda pensa na história da menininha que leva o pai cego. Se Tereza tivesse que ir ao trabalho a pé todos os dias, não pediria ao seu filho. Afinal, se ela ficasse no trabalho, ele teria que voltar sozinho para casa, e ela jamais o permitiria. Se ela o tivesse de fazer todos os dias, aprenderia o caminho e iria sozinha. Acha ser parte do seu dever como pessoa que busca viver com autonomia e empoderamento. Mas, com certeza, o filho a ajudaria a aprender o caminho.

Tereza acha curioso que muita gente se pronunciou contra o cego guiado pela filha de cinco anos. Algumas críticas eram, principalmente, pelo pai colocar tanta responsabilidade sobre uma criança tão pequena; outras iam mais longe – “Cegos não deveriam ter filhos, pois não podem cuidar deles!”. Mas ninguém falou dela ter que voltar sozinha para casa – podia não ser seguro, não sabemos. E o fato de um cego ser filmado à sua revelia e ser exposto para o mundo inteiro? Tereza responde – “Acho isso, de filmar cegos sem avisar, uma bruta sacanagem, porque, obviamente, não podemos saber quando isso acontece e não temos a menor chance de dizer se queremos ou não ser expostos!”.



Para Tereza há uma análise a ser feita – “A menininha que leva o pai cego pro trabalho pode ser discutível, mas a invasão da privacidade dele feita pela moradora local é ridícula, especialmente se esta não tiver pedido a permissão dele, o que é probabilíssimo.”

Novamente Tereza pensa na questão de orientação e mobilidade. Para ela isso não é opção, pois não tem como viver dependendo de outros para tudo, pais, filhos ou quem quer que seja, sem realmente precisar. É um peso e, cedo ou tarde, vai influenciar na qualidade do relacionamento. Acha necessário refletir, porém, na resistência que tantos cegos e familiares têm em relação à bengala. Ela mesma já foi impedida de usar a bengala por familiares. Muitos cegos têm vergonha da bengala, porque seus familiares se envergonham deles. Sua cegueira deve ser disfarçada tanto quanto possível. Não deve aparecer. “Muitos, muitos mesmo, ainda pensam que nosso lugar é dentro de casa, quietinhos, sem dar trabalho!” – diz ela.

Tereza pensa em como é difícil o processo de aceitação do uso da bengala. Ela mesma já viu, na cidade onde mora, uma professora impondo a bengala a uma adolescente cega de um modo que quase a fez desistir da sua. Foi de forma tão grosseira, tão abusiva, tão violenta, em suma, tão imbecil, que não lhe causa espanto o fato da menina não usar bengala até hoje.

Ela sabe que quando um cego não usa bengala, muitos outros cegos o criticam, mas raro se perguntam por que isso ocorre. Ele pode, por exemplo, ter um professor de Orientação e Mobilidade abusivo e despreparado, mas os julgamentos recaem sempre em cima do cego.

Este é um tema caro para Tereza e a maioria das pessoas cegas. Mas de uma coisa ela tem certeza – poucas coisas são mais prejudiciais ao desenvolvimento de uma criança que sentir que é responsável pela sobrevivência ou equilíbrio dos pais. Ela já viu isso acontecer. Mas para ela, o que ficou patente, contudo, foi o desrespeito e a invasão de privacidade de que o pai cego e sua pequena filha foram vítimas, embora ninguém venha publicamente reclamar disso, e que estejam todos julgando o cego, em primeiro lugar.

### 3.6 TRABALHO



árcio está desempregado há seis meses. Hoje ele quer desabafar – “Sou cego! Não quero esmola! Só quero uma oportunidade de trabalho!”. Nesse período fez muitas entrevistas. Seu perfil não é compatível...



Márcio está refletindo sobre o preconceito da sociedade. Ele não hesita em falar – “O cego é o que mais sofre preconceito, principalmente na hora de ingressar no mercado de trabalho!”. Ele sabe que existem empresas sérias, que acreditam no potencial da pessoa com deficiência visual e sua capacidade em desenvolver atividades laborais, ser produtivo. Mas, infelizmente, ainda são poucas as empresas que abrem as portas e principalmente suas mentes para o novo, o possível, e assim deixar de lado o medo de ter um cego no seu time.

Márcio sabe que diante dessas dificuldades que os cegos enfrentam, muitos acabam preferindo ficar com o benefício do governo e não sair de casa, pois sabem do preconceito que irão enfrentar na busca de seu espaço ao sol. Ele sabe que seria muito mais fácil ficar em casa, recebendo uma esmolinha do governo e sobrevivendo de qualquer jeito. Mas para ele isso não funciona, e também não aceita, pois tem um filho pequeno para criar e família para zelar.

Como pai, quer que o filho cresça e veja nele um herói, que acorda cedo para buscar o sustento da casa e assim possa ter orgulho dele. Podia, ainda, ir às ruas movimentadas de São Paulo e ficar lá em pé, pedindo umas moedinhas, e voltar ao final do dia com dinheiro para pão e leite. Só que isso vai na contramão do que Márcio pensa, como pessoa cega, que acredita poder sair de casa cedinho sim, mas para trabalhar, batalhar pelo alimento, seja como telefonista, assistente administrativo, jornalista, programador ou outra profissão qualquer.

Assim, Márcio, 28 anos, formado em Jornalismo com experiência em rádio, assessoria de imprensa e comunicação interna, não quer esmola, somente uma oportunidade de trabalho

### 3.7 A SEGUIREM OS OUTROS



ram idos de 2007. Naquela época, Clarice e o marido discutiam muito sobre a vida. Ela era combativa até a medula – ele, mais cauteloso. Ele diz para ela não se irritar tanto com as coisas. Clarice rebate – “Porque eles partem do pressuposto de que cego é burro, idiota e preguiçoso! Todos nós!!!”. Ele brinca – “Somos as três coisas juntas?”.

O marido argumenta que é bobagem se preocupar. Bobagem buscar reconhecimento. Clarice não se conforma e assume – “Eu sou orgulhosa! Não nego! Se não fosse, não estaria vivendo neste tempo, neste planeta. Mas, no momento, não estou sendo orgulhosa!”. Clarice pensa – “Porque se a maioria te acha burro, idiota, preguiçoso ou os três, não vão te dar oportunidades. As pessoas não dão oportunidade ao que parece ruim de saída, né?”.

Nove anos se passaram, quase dez. Hoje, agora, o que Clarice mais queria era assumir esse recorte e dizer – “Amigos, colegas e vizinhos, eu estava errada! Não é assim que vocês nos veem!”.

Clarice começa a materializar sua teoria – “O cego está diante da cadeira, prestes a fazer a tarefa inimaginável de a puxar e se sentar. Uma mão se estende e, sem aviso, puxa a cadeira para ele sentar. É uma cena tão bizarra, que chega a ser constrangedora! Eu sempre fico muda, sem saber o que dizer! Aí, o cego vai sentar e a pessoa insiste em tentar ajustar a cadeira exatamente atrás do traseiro dele. Do que ela tem medo? Assim, a tarefa demora alguns segundos a mais... E por que, né? Passa um tempo para essa sincronia funcionar!”.

Clarice continua – “Rola uma vergonha, um incômodo! Eu não vou dizer para aquela pessoa legal, na frente de todo o mundo, que ela não precisa puxar a cadeira para mim, menos ainda ajustar a cadeira no meu traseiro, pelo amor de Deus!”.

Clarice sabe bem qual atitude tomar. Diz à pessoa que ela só precisa pôr a sua mão na cadeira. E é claro que a pessoa põe sua mão na cadeira e a puxa para ela se sentar. “E ela até tenta ajustar no meu traseiro igual! Não é a única! Em vários lugares isso acontece!” – diz ela.

A reflexão de Clarice não é sobre cadeiras. A questão parece ser outra. Será que uma pessoa que faz uma coisa dessas com ela lhe daria qualquer tarefa de confiança? A resposta provavelmente é não. Ao mesmo tempo, para Clarice, tais acontecimentos não são eventuais.

O marido continua argumentando – “Mas isso não é coitadismo?”. Clarice responde rapidamente – “Não é. Sabe por quê? Sou aquela que se capacita. Corre atrás. Que luta. Que ultrapassa barreiras. Que anda sozinha. Denuncia. Escreve texto informativo. Que é impedida de se sentar sozinha numa cadeira o tempo todo, e nem por isso pára de tentar exercer essa simples tarefa com independência. Que nem por isso se tranca em casa e choraminga na *Internet* sobre o quanto as pessoas são difíceis, enquanto passa o dia inteiro apenas em volta do computador pensando. Esse sim, é que compreende as suas necessidades!”.

Clarice já foi rotulada muitas vezes. Revoltada, criadora de caso e afins. Mas não aceita ser coitadinha. Isso ela não aceita. Não porque se considere melhor que ninguém, mas porque aceitar a “gentileza” normovisual seria permitir que sua deficiência fosse maior que ela mesma, e isso não é verdade; porque aceitar significaria não fazer nada por ninguém, nem por ela mesma; porque aceitar significaria mentir, explorar as pessoas, permitindo que elas lhe fizessem mais do que o necessário.

Clarice é cega, mas não invisível. As pessoas não entendem que, se ela estuda, anda sozinha e cuida de sua casa, então pode puxar e sentar numa cadeira cujo encosto esteja sob a sua mão. “Não entendem que não sou o milagre da superação, que na minha história existem

milhares de homens e mulheres, mais que cegos, asfixiados pela ignorância e menos-valia, as quais, em muitos casos, geram abandono intelectual, atrofia muscular e depressão!” – diz ela.

Clarice sabe que ser cega lhe dá a condição de fazer essas reflexões, sem a audácia de serem tidas como verdades absolutas. Tudo que conquistou em sua vida foi sem deixar de ser cega. Ela precisa sim de leitores de tela para usar o computador e bengala para se locomover. Cegueira de verdade, na prática. Nada de *dinamicazinha* de graduação. Clarice não precisou vencer a cegueira. Ela é o que é enquanto pessoa, que apesar dos olhos físicos incapacitados, sente-se muito capaz de enxergar (“Mas não digam que vejo com os olhos do coração, que é brega pra dedel!”).

Os olhos de Clarice não estão no coração. Estão nas mãos, na boca, nos pés, nos cotovelos, no rosto inteiro, porque uma pessoa não é só sua cor de pele, sua vivência sexual, seus quilogramas na balança, sua conta bancária, seus diplomas. Uma pessoa é uma pessoa, e isso não se define de forma substantiva.

Clarice sabe que muitas pessoas são solidárias. Mas pensa no quanto sua cegueira lhes incomoda. E é tanto, que querem se livrar dela, eliminá-la, curá-la. Não lhe permitindo vivê-la, nem ver através dela. Pois é exatamente isso: Clarice vê o mundo através de sua cegueira.

É sempre difícil entender o outro e Clarice sabe disso, ainda mais quando não somos capazes de mensurar aquilo que nos é estranho, difícil e até impossível nas limitações que nós mesmos nos impomos e, eventualmente, impomos ao outro.

Talvez a nossa incapacidade nos condene a não conseguir enxergar no outro todas as suas capacidades. Clarice conclui – “Não somos isso ou aquilo, apenas somos!”.



Os relatos das pessoas cegas apresentam, de forma geral, aquelas questões cotidianas presentes na vida da maioria das pessoas: alegrias, frustrações, realizações e incertezas. Goffman (2012, p. 23), falando sobre a relação das pessoas estigmatizadas com os outros, o que ele chama de “contatos mistos”, ressalta que, nesses momentos de interação elas “[...] enfrentarão as causas e os efeitos do estigma”. As pessoas que não apresentam um estigma, dificilmente conseguem tratar com naturalidade aquelas que possuem alguma limitação física, intelectual ou sensorial. Surgem assim os comportamentos preconceituosos, discriminatórios, manifestos em atitudes de superproteção, depreciação, menos-valia. As limitações decorrentes

da cegueira são reais e afetam diretamente a execução de várias atividades cotidianas, mas grande parte daquelas são impostas pelo meio social. Outro aspecto, vivido pela pessoa cega ao se relacionar com a normovisual, destacado pelo autor, é a sensação de estar “em exibição” (GOFFMAN, 2012, p. 24). Todas as suas atitudes são avaliadas – se consegue usar um celular, é um super-herói; se não consegue localizar uma cadeira para se sentar, é um coitado.

Goffman (2012), ainda tratando do “contato misto”, descreve a sensação de exposição vivida por aqueles que possuem uma deficiência aparente, como a visual. As perguntas relacionadas à sua capacidade para vestir-se, banhar-se ou alimentar-se, denotam um grande descrédito nas potencialidades de uma pessoa cega.

As histórias aqui relatadas demonstram as várias maneiras de ser e sentir a cegueira. Evidenciam a dificuldade do normovisual em “enxergar” o fenômeno físico e sua repercussão na construção do que se espera socialmente de alguém que possua ou não esse sentido.

A busca de alteridade parece ser o grande mote das narrativas. Um convite à reflexão. O confronto entre o fato biológico – a cegueira – e o universo de características construídas e atribuídas socialmente aos indivíduos cegos. Como afirma Skliar (1999, p. 18), é necessária uma inversão na concepção de deficiência. Mais do que isso, a revisão de comportamentos esperados, normas colocadas e estereótipos construídos. Reconfigurar “[...] os processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam o modo como são pensados e inventados os corpos e as mentes dos outros.”.

A invisibilidade social vivida pela pessoa cega, tem forte componente de segregação, preconceito e negação social, com reflexos na formação da identidade desses indivíduos. Essa identidade vai se construindo através das relações que eles têm ou deixam de ter em seu meio social (HALL, 2011). A maneira como a cegueira já induz certa forma de representação e interpretação por parte da sociedade é uma construção histórica e social, não diretamente ligada ao fator biológico. Dessa forma, a pessoa que vive a experiência sensorial da cegueira, já não é, interiormente, a mesma quando personificada socialmente. Há um conflito entre a identidade real, intrínseca, e a identidade construída. (HALL, 2011, p. 13)

A produção social da cegueira se faz, então, na interação entre indivíduos cegos e normovisuais, além dos elementos não-humanos que interseccionam esta relação e têm, neste contexto, papel importante na construção do que se espera do indivíduo cego. Ou seja, a falta de acessibilidade material ou atitudinal, manifesta na cotidianidade deles, encaminha para o conceito de improdutividade.

Quando uma pessoa cega não consegue andar sozinha no espaço físico de sua cidade, por exemplo, este fracasso é atribuído à sua deficiência, assim como o fracasso da criança cega que tem que enfrentar uma Escola toda pensada para a criança que vê.

Nesse caminho, as histórias nos convidam a produzir uma nova ideia de cegueira, partindo de quem a vive, porque não existe uma ideia prévia de cegueira sem o “ser cego”.



Descrição da figura: Foto, em preto e branco, que mostra uma mulher usando um lenço que cobre sua cabeça e pescoço. Um de seus olhos está parcialmente fechado e o outro está aberto e desviado para a direita. Pendurado em seu pescoço há uma placa escrita “BLIND”.

Legenda da figura: Mendiga Cega em New York – Paul Strand, 1916.

Descritora: Analigia Domingues – CAP-Maringá

## 4 AGINDO NO MUNDO

*“A cegueira é minha!”*

Assumir um olhar antropológico a respeito de pessoas com deficiência visual e suas trajetórias pode contribuir para construir pontos de vista que digam respeito a suas vivências e percepções sobre a própria deficiência e a maneira como estes indivíduos agem no mundo, sendo cegos. Penso que ainda conhecemos pouco sobre o modo como a pessoa cega se relaciona no mundo, com humanos e não-humanos. Por isso mesmo, através dos relatos de experiência, creio ser possível ultrapassar a visão de cegueira enquanto defeito e caminhar em busca do reconhecimento desta enquanto uma forma própria de estar no mundo.

Ingold (2015, p. 32), apresenta a “história” enquanto uma segunda fase do seu projeto intelectual de trazer a Antropologia à vida. Partindo da ideia de que o Homem se desenvolve à medida que age no mundo e este sobre ele, a história se construiria nessa mutualidade. Para o autor “[...] a vida social humana não é dividida em um plano separado do resto da natureza, mas faz parte do que está acontecendo em todo mundo orgânico”. Desse modo, a história do Homem acontece em interação com a do ambiente e dos não-humanos, onde os caminhos destes vários personagens “[...] se entrelaçam para formar uma imensa e contínua tapeçaria em evolução”. Assim a Antropologia, nos termos de Ingold, ser capaz de estudar o humano em meio a seu entrelaçamento com o mundo.

Ingold (2015) destaca que, ao agir no mundo, pessoas o modificam e também a si mesmas. As mudanças acontecem nos planos material e também subjetivo à medida que são ambos transmitidos pela história que os entrelaça. Enquanto transcrevia o relato de várias pessoas cegas sobre a necessidade que sentem de ser “protagonistas” de suas histórias, entendi que muito da construção teórica sobre suas vidas não dizia respeito às suas próprias vivências.

A passagem da visão de cegueira enquanto doença a ser curada, infortúnio, para a de deficiência como questão social a ser resolvida não contempla o principal que envolve o forte estigma da cegueira. É necessário entender esta pelo olhar do cego, por mais que tal diferença possa sugerir um paradoxo a quem se acostumou com o projeto normovisual de humanidade.

Ingold (2015), falando sobre a Antropologia, sinaliza justamente para o estudo das transformações do humano e da natureza à medida que se entrelaçam nas relações cotidianas.

A cegueira, enquanto impossibilidade de agir no mundo, não pela limitação física em si, mas pelas várias barreiras externas, físicas e principalmente atitudinais da sociedade, encaminha a construção de uma história “sobre” os cegos e não a história dos cegos.

A construção simbólica e social em relação ao fenômeno físico da falta de visão cria uma série de atributos, muitas vezes naturalizados e tidos como inerentes a ele. Aquilo que se espera do corpo cego ajuda a construir valores culturais atribuídos ao indivíduo que o possui, bem como se projetam sobre a história deste.

A cegueira, em termos práticos, cria uma relação diferenciada com o mundo. Formas alternativas de locomover-se – uso de bengala, cão-guia ou acessório tecnológico; leitura pelo Sistema Braille ou *software* de voz. No entanto, esses modos diferenciados de estar e agir no mundo não são necessariamente menos produtivas ou inferiores.

A construção histórica da cegueira enquanto infortúnio e doença leva a compreender o forte estereótipo ainda existente sobre o cego. É imprescindível desvincular-se da cegueira como fator incapacitante por natureza para entendê-la na relação entre cegos e normovisuais.

As limitações decorrentes da cegueira se manifestam na falta de acessibilidade em vários níveis. A arquitetura urbana é dos aspectos que mais priva o cego das possibilidades de interação. Ações corriqueiras e cotidianas, como utilizar o transporte público ou localizar um endereço, podem transformar-se em barreiras para ele. Utilizar caixa eletrônico ou adentrar órgãos públicos são, geralmente, dificuldades devido à falta de acessibilidade e adaptações mínimas. Sítios virtuais repletos de imagens e desconhecimento da legislação que regula o uso de cão-guia nos espaços são experiências vividas cotidianamente por quem não tem visão.

Ao pensar possibilidades de superação dessas dificuldades apontadas na vivência dos indivíduos cegos, entendo que o caminho seja justamente vencer o juízo de que a sociedade só tem de se adaptar para que eles se incluam. Vai muito além disso. Passa primeiramente por reconhecê-los como completos e produtivos, apesar de cegos. Que sua limitação decorre da construção de espaços adaptados ao padrão de normalidade. Assim, não caberia adaptar para incluir, mas reconhecer a premissa da construção social privilegiar o padrão de normalidade e excluir todo aquele não visto como normal. Os espaços devem agregar e reconhecer a todos.

A forma como os indivíduos agem no mundo ou como “levam suas vidas” diz respeito às suas experiências, vivências, e histórias de vida.

Ingold (2015, p. 44), ao analisar o papel do trabalho de campo na construção do conhecimento antropológico afirma que “[...] tudo o que fazem no campo é coletar dados etnográficos – sobre o que essas pessoas dizem e fazem – para posterior análise”. Assim, o caráter do que é individual e do que é social se mistura e só pode ser entendido nessa trama ou



campo relacional, propondo então a sociabilidade como forma de entender os relacionamentos construídos na vida cotidiana dos indivíduos. No caso das pessoas cegas, a premissa de que sejam menos capazes já lhes reduz, em parte, as chances de sociabilidade. Ao trazer no corpo a marca de cegueira, imperfeição, incompletude, lhes é remetida a posição de inferioridade. Lutar diariamente contra tão forte estereótipo, provar-se completo, traz forte ônus emocional. Na grande maioria das vezes, elas são identificadas por seu rótulo, sua falta. Na relação com o mundo, tenderão a incorporar o estigma, identificar-se com representações a elas atribuídas.

Goffman (2012), sob a perspectiva analítica do estigma, destaca a maneira como acrescentamos incapacidades e atributos aos indivíduos, a partir de sua diferença original. Assim a cegueira se constrói.



#### 4.1 “NÃO VÁ! NÃO PODE! VOCÊ NÃO TEM CONDIÇÕES DE FAZER ISSO!”



Carol estuda, trabalha, é independente. Em seu dia a dia ela convive com uma rotina de admirações. O senso comum acredita que cegos são inválidos, fisicamente incapazes de encher um copo d'água sem derramar, de usar o banheiro, vestir-se sozinho. Incapazes de andar e muitas vezes de ouvir e de falar. Quando sai com uma amiga que não é cega, sempre se irrita. As pessoas insistem em perguntar as coisas através de intermediários (“É prá matar!”).

Ela é vista, ainda, como incapaz de comer, usar o computador – “Você tem *e-mail*!!! Como cego usa o *Facebook*???”. Celular então – “Existe celular em Braille???”. Carol fica pensando até quando vão perguntar aos cegos se sabem Braille, perguntando com aquele tom de quem espera ouvir um não, quase torcendo por isso. Seríamos, ainda, incapazes de arrumar uma casa. Cozinhar, então? Suicídio!!!

Carol não se importa com o desconhecimento das pessoas, mas com a agressão que vem disso. Quando dizem que o lugar dela não é fazendo compras sozinha, caminhando nas ruas. Ela até entende o espanto das pessoas ao verem um cego usar celular. Mas há formas

elegantes de externar isso. O que a magoa é o tom de “você não pode fazer isso porque não enxerga”. Isso não ajuda, não agrega, não constrói autonomia.

Sente que, muitas vezes, barreiras atitudinais são piores que as da própria deficiência. Minam a autoestima, destroem a força de vontade de um indivíduo e o fazem ter vergonha de ser quem é. Mil vezes pior que o fardo de qualquer deficiência, é a falta de empoderamento que dela advém. O desempoderamento é repetido todos os dias, mil vezes por dia. Enquanto há os que, por muito amarem ou serem apoiados, ou serem insistentes mesmo, não se deixam vencer, há centenas trancados dentro de casa, aniquilados, esvaziados pelo coro imparável de “Não vai!”, “Não pode!”, “Você não tem condições de fazer isso!”. Por isso Carol fica triste.

#### 4.2 “NÃO IMAGINO VOCÊ FAZENDO UMA COISA DESSAS!”



Um dia normal para Antônia. Vai caminhando pelas ruas de sua cidade. Precisa comprar remédio. Caminha pensando na dificuldade em passar por gôndolas que criam verdadeiro labirinto para entrar nas farmácias. Mas vamos lá. Chegando à farmácia, para sua surpresa, a atendente se aproxima dela e gentilmente oferece o braço para conduzi-la. O que deveria ser corriqueiro é uma exceção. Antônia se alegra. Mas é por pouco tempo.

Em seguida, a atendente se dirige a ela com aquela voz de “tia do maternal” – “Aqui é uma farmácia!”. Antônia diz que sabe e quer comprar um medicamento. Após pegá-lo, a atendente lhe acompanha até o caixa. Antônia, então, resolve provocar – “Por favor, gostaria de levar também algumas “camisinhas!””. A atendente, perceptivelmente constrangida, pergunta – “Seu irmão pediu que comprasse?”. Antônia responde prontamente que é para ela mesmo. A atendente insiste – “Tem certeza? Não imagino vocês fazendo uma coisa dessas!”. Antônia se cala. Às vezes não vale a pena argumentar.

### 4.3 “MÃE, EU ESTOU AQUI!”



ãe e filho entram. O ambiente é estranho a ela. O menino descreve, de forma precisa e direta, os principais pontos do ambiente e corre para brincar. Ela segue as orientações do filho e sua bengala a ajuda. Ele não a empurrou até um sofá. Disse apenas – “Tem dois sofás em tal lugar, se quiser se sentar!”.

Ele não a superprotegeu. Apenas emprestou seus olhos. Naturalmente. Ela vai, graças às informações que ele lhe deu, conhecendo o lugar com total independência. Juntando as partes. Ouvindo, sentindo e percebendo o ambiente. Ela vai se apoderando do todo.

Que relação interessante. Filhos normovisuais de mães cegas. Filhos de mulheres cegas conscientes têm visão realista e completa da deficiência dos pais que muito especialista jamais sonhou e muitos familiares, que viveram com eles a vida inteira, nunca adquiriram.

O filho tem sete anos. Alguém que observa os dois chegando diz à criança – “Nossa, como você ajuda sua mãe direitinho! Foi ela quem ensinou?”. Ele responde – “Não! Eu só via a cara dela quando os outros cometiam seus erros!”.

A mãe sabe como essa relação se constrói. Não é sobrecarregando os filhos com o fardo de ter que cuidar de mãe ou pai que não enxerga. Mas saber que eles não enxergam. Não deixar portas entreabertas. Não sair sem avisar. Saber também que, quando a mãe está de bengala, não precisa avisar dos degraus. Ela sabe que é possível que essas crianças sejam calmas e seguras de seus pais e do seu papel perante eles. Estes respeitam o espaço pessoal das crianças e sabem poder contar com seus filhos.

Seus filhos não acham que eles, por serem cegos, são de porcelana. Estão prontos a andar com os pais sem mudar o caminho até que aprendam, e do mesmo modo que se sentem seguros o bastante para largar da mão deles e deixá-los conquistar o mundo.

Essas crianças sabem dizer um “Mãe! Estou aqui!”. Quando passam pela mãe que não os enxerga com os olhos, assim, só passando entre uma farra e outra. Como as mães não os podem olhar, a voz deles confirma a elas o que os instintos sussurram: está tudo bem.

A mãe reflete sobre essa relação. Não, eles não são seus olhos. Seus filhos têm olhos próprios. Vida própria. Livre-arbítrio. Mas eles são a delicadeza e leveza que ela gostaria que fosse a tônica do mundo. Ela tem uma teoria: “Quando quiser entender pessoas com

deficiência, não pergunte a especialistas, mas a seus filhos. Eles sabem o que sentimos. Eles conhecem nossos medos e nossas incertezas”.

#### 4.4 “COMO OS CADEIRANTES FAZEM SEXO?”



Sabrina acordou pensando: Eu não tenho muita ideia de como os cadeirantes fazem sexo, especialmente os tetraplégicos. Tipo, não sacho a dinâmica básica do ato, nem sei quantos por cento têm orgasmo, ereção, etc, etc...”.

Ela não sabe, mas se algum dia essa informação lhe for importante, vai sentar no computador e gastar dez minutos de sua vida - ou dez horas - pesquisando no *Google*. Mas nunca, nunca mesmo, viraria para um cadeirante em qualquer lugar público e diria – “Oi, você transa? Nossa, teve filhos? Mas como fez para transar? Na sua casa é tudo no baixo ou você amarra cordinhas? Você é virgem? Casou? Ficar nessa cadeira não dá espinha no traseiro?”.

Jamais faria isso. Sabe que não é razoável perguntar isso a ninguém. Outro dia, uma mulher foi ajuda-la a atravessar a rua e bem direta perguntou – “Oi, como que você transa?”. Sabrina ficou atônita. Não podia sair de perto, pois a mulher a estava realmente atravessando numa rua. A mulher e seus dois filhos! Sabrina não respondeu. Chegando do outro lado da rua, a mulher continua segurando seu braço e insiste – “Oi, eu te fiz uma pergunta, você não escutou?” Sabrina tenta desconversar, na esperança de ter ouvido errado a pergunta. A mulher repete – “É que ele te chamou de mãe... E eu queria saber como que cego faz para transar!”.

Sabrina se faz de surda e não responde. Agradece a ajuda. A mulher não gosta. Sai resmungando. Esse tipo de curiosidade, explicitamente especulativa, não a agrada. Não há um interesse real na vida do outro. Ela já passou por muitas situações dessas – “Você é casada? Teu marido é normal? Você ficou cega como?”. Gosta de procurar entender o outro. Mas não compreende como alguém que nem sabe o nome do outro faz perguntas tão pessoais.

#### 4.5 AMORES MISTOS



laudinha é jovem. Na escola tem muitos amigos. Gosta de namorar. Alguém está mexendo com seu coraçãozinho. Diferente dos outros namoros ela não falou para ninguém. Mas ela sabe muito bem o que está sentindo. Ela vai se aproximando dele e puxa conversa. Não tem dúvida, está apaixonada. A diferença agora é que Raul é cego. Ela pediu ajuda às amigas e começaram a conversar diariamente. Raul, cuidadoso; Claudinha decidida. Ele tinha medo; ela, confiante. Os colegas da escola entenderam, apoiaram. Os anos passaram, o amor não. Hoje, já casados, os dois vivem seu amor. Simples assim. No começo a família dela não apoiou, tiveram preconceito. Ela resistiu. As pessoas vão acostumando. Ela sofreu; ele às vezes fica inseguro. Ela só sente falta de olhar nos olhos dele.

Rodrigo e Larissa já estão juntos há nove anos, casados há seis, e tem uma filhinha de três. Quando se conheceram, em uma festa, ela enxergava bem. Já estava doente, mas ainda não sabia. Começam a namorar. Ela começa a perder a visão. Para ele nada mudou. Ela ficou insegura. Não queria ser um peso para ele. Ela vai ficar cega. Ele não entende. Os amigos dele acham que ela tem razão. Eles chamam Larissa de “A ceguinha do Rodrigo”. Rodrigo sabe o que quer: ficar com Larissa. Para ele, ela é completa. Vem a gravidez e mais preconceito – “Sua filha vai nascer cega!” – Eis a preocupação dos outros. A cegueira sempre parece ser o grande infortúnio. Eles permanecem juntos, unidos. Agora são três. A filha não nasce cega. Mas isso não é o que importa. Larissa agora está mais segura, já se passaram nove anos.

João e Sara se conheceram através da música. João ministrava aula de violão e Sara queria aprender a tocar. As aulas começam e uma amizade também. Ela não aprendeu a tocar violão, mas descobriu que poderia cantar muito bem. Começa uma parceria. Ela acompanha ele num evento, sendo sua guia. João não tem dúvida, quer dar um beijo em Sara. Ela gosta e começa o relacionamento. Para Sara ele é o João. Não o cego ou o deficiente visual, é apenas alguém que irá se tornar o amor de sua vida. Ela enfrenta as pessoas que não entendem quando ela se arruma toda para sair – “Que chato, ele não pode ver como você está bonita!”. Ela, toda vez que se arruma, descreve a ele o que está vestindo, cabelo, batom. João diz a ela – “Nossa, como você está bonita!”. Ela se arruma para ele. Gosta de descrever tudo para ele.

#### 4.6 MILITÂNCIA



les estão num grupo de cegos, conversando. Alguém fala sobre emancipação. O papo se estende pela madrugada, quando ele diz – “Mas será que o cego tem de lutar por sua emancipação, doa a quem doer?”. O colega pensa e responde – “Acho... Desde que ele queira isso!”.

Ele pensa e começa a se recordar de sua própria história. Acho que sabe que realmente não existe uma escolha sem ônus, nesse caso. Trata-se aqui de escolher o que se está disposto a pagar. Recorda-se da primeira vez em que esteve em contexto de superproteção, quando criança. Os superprotetores, em tese, eram sua família. As pessoas de fora criticavam, mas ele não se sentia superprotegido.

A família dele nunca o escondeu. Nunca teve vergonha dele. Nunca trancou-o dentro de casa. Cego, ele ia aonde iam. Na verdade, quem recusava passeios, festas, exposições, era muitas vezes ele. Ele sempre foi mais reservado, ressabiado, caseiro.

Mas chegou o dia em que quis mudar. Foi morar sozinho aos dezoito anos. Aprendeu muito e percebeu o que tinha deixado de aprender quando as pessoas faziam coisas por ele. A família o apoiou e sempre lhe deu o direito de escolha.

Ele sabe que nem sempre as coisas vão bem. Houveram contextos em que as pessoas sentiram vergonha dele. Quando entrou num ambiente e quem estava com ele não descreveu-lhe absolutamente nada. Quando sentiu ser sua bengala motivo de vergonha. Quando sentiu-se motivo de vergonha. Momentos em que seus erros só faziam sentido por ser cego e, outros em que foi marionete, sem direito a decidir nada. Foi encolhido, encolhido, até quase sumir.

Após passar esses momentos, nasceu seu novo “eu”, ativo, às vezes reativo, que não curte mais ser puxado e preza sua liberdade, preferindo autonomia a conforto. Alguém que exige ser tratado como ser humano antes de qualquer coisa. E luta por seu direito de dizer não, se posicionar perante a vida, errando ou acertando, mas com autenticidade e por si mesmo.

#### 4.7 “A CEGUEIRA É MINHA”



im de semana. Priscila liga num lugar para pedir comida. Solicita informações sobre as opções. Após ela apresentar-se, a atendente pergunta:

– Você não tem o cardápio?

– Não.

– Mando um para você, então!

– Sou deficiente visual, não vai adiantar muito. Mas você sabe de algum lugar em que ele esteja *online*?

– Ah, você é cega? Mas não tem ninguém que enxerga aí?

– Sim, tem.

– Por que não pede para eles lerem o cardápio para você? Não se ofenda, por favor! É uma curiosidade mesmo!

Priscila para e pensa. Lembra de sua luta por acessibilidade na *web*. Claro que poderia pedir para alguém de sua casa ler. Lembra-se dela mesma fazendo anotações em Braille, em lugar de pedir para outros lhe anotarem. Naquele momento, *Flashes* de toda a sua vida passam em alguns segundos. Priscila volta à conversa com a atendente, e diz em tom confidente:

– Sabe o que que é? (pausa) A cegueira é minha. Eu sou responsável por ela. E quando eu não transfiro para outros, quando eu falo de nós, cegos, eu contribuo com a inclusão real. Agora, você vai lembrar de mim, quando vier outro cego no seu estabelecimento, ou deficiente em geral. Se eu pedisse para outro ler, se eu não estivesse tendo esta conversa com você, se um dia alguém em casa não pudesse ler, eu não poderia escolher minha comida livremente. E isso seria triste. E você continuaria sem ter tido essa conversa sobre inclusão, entende?

– Entendi! Nossa! Muito interessante isso que você falou!

– Você acha? Que bom! (pausa)

– E o cardápio?

– Tá no *Facebook*, mas é uma foto! Eu vi a campanha sobre descrever as imagens!

– Me manda pelo *Whatsapp*, que eu vejo o que faço aqui!

– Ah, é! E eu li uma reportagem sobre celulares. Antes, nem imaginava que cego podia usar celular!

– Ei, legal!

A atendente mandou via celular e Priscila escaneou com o *KNFB Reader*. Enquanto isso, terminavam de falar, porém, sua irmã a cutucava, dizendo:

– Pede para ela mandar o cardápio mesmo assim! Eu também tenho direito de escolher sem ter que pedir para você ler para mim!

E assim, agora Priscila tem uma cópia do cardápio numa pasta do *Voice Dream* e outra na geladeira. Porque inclusão é assim.

#### 4.8 LUTA



Paulo pensa sobre a sua luta. A luta das pessoas cegas. Acredita ser necessário buscar outras vias, além das jurídicas e institucionais. Que é preciso dialogar com outros segmentos da sociedade que estão indo para as ruas. Para ele, é fundamental que os deficientes se constituam enquanto verdadeira força política. Os avanços ainda são lentos.

Paulo se recorda das muitas legislações de apoio à pessoa com deficiência. Mas ainda pouca coisa mudou. A acessibilidade continua um problema. Quando ele precisa de qualquer ajuda, como uma audiodescrição ou auxílio no supermercado, segue precisando pedir ajuda e, na maioria das vezes, essa ajuda ainda é complicada.

No grupo de cegos circula vídeo sobre uma criança que está ficando cega, em que é veiculada campanha de ajuda financeira para sua cirurgia. Paulo queria ajudar. No entanto, quem fez o vídeo, pensou apenas em quem enxerga. O próprio vídeo não é acessível. A conta de depósito só aparece na forma de imagem. Talvez, quem organizou a campanha não pensou que pessoas cegas gostariam de ajudar ou, ainda, que os cegos não teriam como ajudar.



#### 4.9 ELES QUEREM SE DIVERTIR



Renato mora em São Paulo. Ele gosta de ir ao cinema, a parques de diversão. Mas muitas vezes não consegue. Assim como pais de crianças com deficiência são barrados em grande parte dos brinquedos, por julgar-se que elas representam algum risco, as pessoas cegas também são vistas por esse viés.

Renato conhece grande parte da legislação. Acompanhou as discussões sobre a LBI<sup>9</sup>. Todavia, na prática, percebe que a sociedade está permeada de preconceito e ideias distorcidas sobre o potencial das pessoas com deficiência.

Como outras pessoas cegas, Renato vai em busca de espaços acessíveis. Ainda meras migalhas, mas é importante que participem, mostrem suas potencialidades. Ele entende que é necessário que a luta da pessoa com deficiência se vincule a outros segmentos da sociedade, se posicione enquanto reivindicação política. Para ele, a luta pela acessibilidade está apenas começando. Acompanhou, recentemente na mídia, o ocorrido com um indivíduo cego que estava de férias na praia, acompanhado de seu cão-guia, usufruindo de seu momento de lazer, como qualquer outra pessoa. A presença do cão-guia causou incômodo. A polícia foi chamada. Os policiais desconheciam a legislação que regulamenta a presença de cão-guia nos espaços. Resumindo, um dia que seria de lazer, transformou-se em dia de luta.

Renato não vai se render. Cotidianamente procura espaços acessíveis. Ele sonha com um futuro melhor para as pessoas cegas.



Os relatos acima mostram um pouco da forma como os indivíduos cegos vivem sua cegueira. Não a vivem de modo igual. Olivia von der Weid (2016) aponta que as expectativas sociais em relação aos comportamentos da pessoa cega produzem um tipo de agrupamento. Apesar de cegas e vivenciarem o mesmo fenômeno da falta de um sentido e as consequências desse déficit em termos de vida prática, são pessoas diferentes com histórias diferentes.

---

<sup>9</sup> Lei Brasileira de Inclusão, que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2016.

Ingold (2015), ao refletir sobre os sentidos de visão e audição, e o papel que ambos desempenham na relação com o mundo, explica que a audição parece uma janela aberta por onde entram todos os sons do ambiente, enquanto a visão não seria interpretada desse mesmo modo, apesar de, em termos funcionais, também o ser. Suas colocações nos levam a pensar na grande valorização dada ao sentido da visão, o que pode ser verificado em vários textos sobre deficiência visual, a enfatizarem seu papel como prioritário na captação e interpretação das informações do mundo. Incorporar tal afirmação ajuda a justificar a difícil trajetória da pessoa cega, pois estariam em grande desvantagem em relação aos normovisuais.

Seguindo com Ingold (2015, p. 198), ele analisa a relação da pessoa com a paisagem e afirma que são “mutualmente constituídas”. Paisagens vão sendo significadas de acordo com vivências e, de igual forma, pessoas vão habilitando-se através da interação com a paisagem. Nesse processo, pessoas assumem identidades e aprimoram seu conhecimento. Alguns irão interagir melhor com a paisagem, dada sua constituição física, psicológica, econômica, bem como possibilidades de acesso a instrumentos que auxiliem na interação. Significa que, deslocando a atenção ao nosso objeto, cegos desenvolvem um tipo de relação com a paisagem a partir de sua experiência, ao contrário do que os normovisuais costumam pensar. Ou seja, ao invés de tratar o cego como alguém que se desloca num ambiente sem luz e asséptico, Ingold nos proporciona a possibilidade de pensar que a vivência do cego em relação à paisagem é potencialmente rica e plural, pois não depende exclusivamente da visão para se estabelecer.

Assim, ao pensar que o espaço físico geral se constrói pela via da normalidade, e tomar nosso tema mais particular de que isso se dá pela importância dada à visão na relação com esse mundo “normal”, seria necessário um deslocamento, a mudança de lentes, para que se consiga entender que o indivíduo cego pode agir e estar no mundo de forma íntegra.

E Ingold (2015, p. 202- 203) enuncia uma análise interessante entre o sistema háptico e o sistema óptico, a saber, que enquanto o primeiro é próximo, ligado às texturas, o segundo é distante, sem aproximação. E é no entrelaçamento dos sentidos para perceber-se o mundo que ambos os sistemas se misturam, podendo haver o “toque óptico e a visão háptica”. Trata-se aqui de pessoas com seus sentidos preservados. Contudo, essa trajetória se faz importante também para chegarmos à constituição da história daqueles que possuem déficit ou mesmo perda total de algum dos sentidos.

Muitas vezes ouço as expressões “conversa de surdos” ou “como cego em tiroteio” em referência, respectivamente, a situações onde “não há boa comunicação” ou “há sentimento ou sensação de estar-se perdido”. Os jargões populares costumam apontar para a forma de

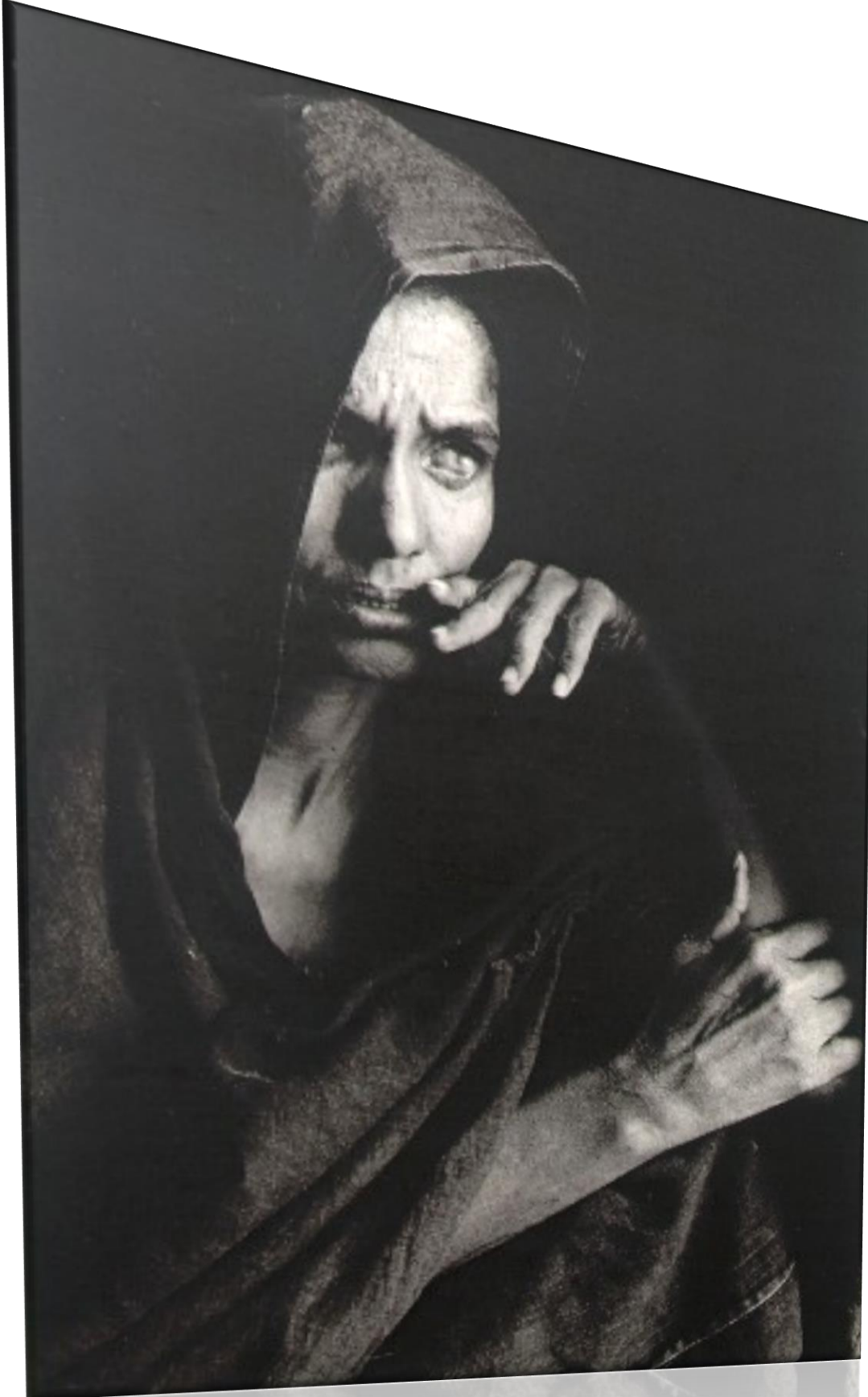
concebermos o papel dos sentidos na interação das pessoas com o meio ambiente físico e social. Concepção que traz em si uma visão compartimentada da função de cada sentido.

Em contrapartida, a convivência com pessoas cegas traz elementos muito diversos de análise. A possibilidade delas perceberem obstáculos do ambiente, sem tocá-los, demonstra a rica gama de relações possíveis entre os sentidos. Ao caminhar, muitos cegos totais percebem carros estacionados antes mesmo de sua bengala ou seu corpo tocarem neles. A explicação é a presença de uma espécie de “sombra” do objeto, a qual não é visual. Como afirma Ingold, “a paisagem é, obviamente *visível*, mas só se torna *visual* quando é apresentada por alguma técnica, como a pintura ou a fotografia [...]” (INGOLD, 2015, p. 206-207, grifo do autor). Se pode inferir de Ingold que cegos podem ver a paisagem, o entorno. Não andam errantes, mas unem seus sentidos todos, de modo mais intencional e organizado do que nós, na sua visão do mundo.

A forma do indivíduo cego estar no mundo relaciona-se à sua história de vida, suas possibilidades de interação com outras pessoas, objetos e conhecimentos. Nesse aspecto, a Antropologia tem muito a contribuir, pois como aponta von der Weid (2016), estudar as vivências é inteirar-se da vida de pessoas que estão no mesmo espaço que nós, mas vivem uma série de limitações impostas por agentes materiais e sociais pertencentes a ele. Estão no mesmo mundo que nós, normovisuais, mas o percebem, sofrem e reagem de forma diferente.

A esse respeito, Vigotski (1989), falando sobre a formação da personalidade da criança cega e de seu desenvolvimento, argumenta que, na interação com a sociedade, essencialmente pensada para quem enxerga, aquela estará sempre em desvantagem. Sentimentos de inferioridade e insegurança vão surgindo e a necessidade constante de vencer tal condição.

Como pedagoga, sempre observei a forma peculiar de cada família tratar a cegueira. E o quanto suas várias posturas diante do evento direcionavam, de modo distinto, os primeiros anos de vida das crianças cegas. Na malha (Ingold, 2015), as relações vão se construindo, e alguns conseguem direcionar sua vida de forma mais eficiente, ao passo que outros continuam presos. Os gritos de luta dos relatos mostram variadas barreiras a transpor.



Descrição da figura: Foto em preto e branco de uma mulher magra, com expressão de sofrimento. Ela tem a cabeça coberta por um pano preto, como se fosse um capuz. Parte de seu rosto também está encoberto. Está visível um olho, com coloração branca. A mão direita está apoiada na face, próximo à boca, e a outra mão está segurando o braço.

Legenda da figura: Blind Woman Mourning (Mulher Cega de Luto)

Descritora: Analigia Domingues – CAP-Maringá

## 5 O CORPO CEGO

*“E não dá para sermos todos iguais se não formos diferentes”.*

Não podemos falar da vivência de pessoas cegas sem nos remetermos ao fenômeno físico que a provoca – a falta da visão. Por mais óbvio que possa parecer, há na corporeidade da cegueira uma implicação social marcante.

Mauss (2003), ao falar sobre técnicas do corpo, discorre sobre como o Homem, “serve-se de seu corpo” e vai construindo suas relações sociais e, mais ainda, hábitos próprios. O Homem elabora suas ideias e demonstra várias maneiras de executar atividades cotidianas, como andar ou correr, além de utilizar-se de instrumentos próprios da sociedade em que vive.

Mauss (2003) aborda também a importância da imitação. Os jovens vão observando os adultos e assim assimilam os comportamentos valorizados em seu meio. Essa construção articula componentes fisiológicos, psicológicos e sociais. O corpo vai assimilando posturas e comportamentos necessários para sua convivência social.

Pensando através dessa ideia de Mauss, a cegueira em si, enquanto fenômeno físico, na maioria das vezes não é causa de sofrimento ou impossibilidade de usar o corpo para sobrevivência e desenvolvimento. No entanto, quando o corpo cego age no mundo, assume forma diferenciada desse constituir-se. Ou seja, a pessoa sem visão apreende o mundo através de outros sentidos, caminha utilizando diferenciação instrumental, desenvolve percepção auditiva mais refinada para poder localizar-se; sua atenção e concentração são direcionadas para evitar acidentes, como derrubar um copo que está na mesa, por exemplo.

O corpo diferenciado da pessoa cega vai gerando uma série de impressões sociais, em parte, pela dificuldade de imitação causada pela falta da visão. Dependência, incapacidade, inferioridade, são algumas possibilidades assumidas por essas impressões. Na verdade, trata-se apenas de um corpo diferente a princípio, mas em dado meio social essa diferença vai gerando, muitas vezes, a menos-valia. A dificuldade de desenvolver-se de forma plena é uma consequência da desvantagem social manifesta na falta de acessibilidade em suas mais variadas questões: mobilidade, educação, empregabilidade, etc.

Ingold (2015) propõe, como sua terceira fase para a Antropologia voltar à vida, a “habitação”, aqui entendida como a forma dos seres estarem no mundo. Não habitação física, mas algo muito além disso. O conjunto de relações dos indivíduos no mundo antecederia a habitação enquanto construção. Ao habitar o mundo, os indivíduos são entrelaçados aos

vários aspectos culturais e históricos que dele fazem parte. Essas circunscrições, porém, não são um privilégio humano, mas de todo ser e objeto que habita o mundo. “Trata-se, literalmente, de iniciar um movimento ao longo de um caminho de vida” (INGOLD, 2015, p. 38). O autor propõe uma Antropologia que contemple as potencialidades e possibilidades do ser humano.

A investigação sobre as pessoas cegas, proposta neste trabalho, tem justamente o objetivo de trazer à tona as suas vivências e potenciais. Como foi construída a partir de alguém que enxerga, a distância entre “culturas” exige esforço no sentido de tentarmos viver a vida do outro, e dada a impossibilidade de fazermos isso, restou-nos ouvir o que essas pessoas dizem sobre si mesmas, configurando aquele esforço de construção de uma alteridade.

Roy Wagner (2010, p. 28), ao falar sobre o uso da palavra “cultura” enquanto modo de referir-se às especificidades dos grupos humanos, destaca que o antropólogo não conseguirá desvincular-se de sua própria cultura para analisar outra, mas se utilizará dela nesse estudo. O fato de ter vivenciado, durante mais de trinta anos, e até hoje, a deficiência visual em minha prática pedagógica, por certo influencia esta pesquisa. Para o autor, não é possível uma “objetividade absoluta” por parte do antropólogo. Ao observar os fatos, o pesquisador irá dando significado a eles a partir de sua própria vivência, sua própria cultura (WAGNER, 2010, p. 29).

Os relatos das pessoas que vivem a experiência corporal e social de falta da visão são marcados por denúncia em relação à maneira como a sociedade priva-lhes de uma vida participativa. E essa privação aparece de formas diversas, incorporadas à individualidade e à experiência social de cada um. Ao contrário do que a maioria possa pensar, a experiência da cegueira pouco apresenta de dramático, mesmo para aqueles que a adquirem ao longo da vida.

Quando pensamos na cegueira para além do viés de falta e incompletude, podemos vislumbrar uma nova forma de conceber a vida dos indivíduos cegos. Pessoas diferentes, que diligenciam suas vidas distintamente dos normovisuais, ou pelo menos tentam fazê-lo.

A forma como o corpo cego habita no mundo nos convida a elaborar uma análise sobre como tal mundo, formado por humanos e não-humanos, se relaciona com o corpo cego. Como ruas e avenidas da cidade, calçadas quebradas, elevador que não fala o andar, livros em tinta, o comerciante, o empregador, o professor – interação com o indivíduo cego? Ao habitar no mundo, o corpo cego enfrenta uma série de impedimentos na arquitetura urbana e também morais, nas atitudes excludentes. Só eventualmente se refugia em algum ambiente adaptado.

Também os papéis sociais esperados para quem não tem a visão certamente não são uniformes nas várias sociedades. Muitos estudos etnográficos, sobre outros meios sociais,



mostram distintas formas de conceber o fenômeno da cegueira. Bruno Sena Martins, em seu livro *E Se Eu Fosse Cego?*, relata o trabalho etnográfico de Nayinda Sentumbwe em Uganda, entre 1987 e 1989, sobre a cegueira. A pesquisadora constatou que a cegueira era considerada a mais grave deficiência física por decorrerem dela incapacidades nas atividades cotidianas, principalmente agricultura, para os homens, e manutenção da casa e cuidado com os filhos, quanto às mulheres. A cegueira, no contexto pesquisado, era vista como doença e apresentava variações segundo o sexo. O homem cego poderia casar-se com mulher normovisual, já o contrário não se considerava aceitável. Daí se pode perceber que a construção da incapacidade imposta aos cegos caminha de acordo com as expectativas sociais para com cada indivíduo.

Martins (2006) relata outro trabalho etnográfico realizado na África pela antropóloga Aud Talles, entre 1979 e 1981, com os Maasai, grupo que habita o sul do Quênia e o norte da Tanzânia, a respeito de suas percepções sobre pessoas com deficiência. A deficiência como a concebemos, para eles é entendida a partir das dificuldades dos indivíduos em se locomover, a limitação corporal. Não há o aspecto da inferioridade já que ali a pessoa com deficiência não é culpada por sua condição. Assim, desde criança, são incorporados ao grupo e aos matrimônios de forma igual, sendo que a restrição se aplica apenas aos casos de grave comprometimento intelectual. Nesse contexto, as pessoas com deficiência podem assumir importantes postos ou cargos, independente de sua deficiência, desde que tenham a condição para tal.

Refletir a respeito de outras possibilidades de conceber a deficiência, especificamente a cegueira, nas relações sociais produzidas em outras culturas, tem o intuito de desnaturalizar a forma com que usualmente percebemos o papel da pessoa com deficiência. Goffman (2012), ao explicar o significado do “estigma”, mostra bem como se dá essa construção de papéis esperados. Pessoas com as quais convivemos usualmente apresentam, no aspecto físico, cultural e profissional, diferenças. Estas são percebidas e geralmente permitem enquadrá-las em determinada categoria, na qual são esperados determinados comportamentos. Todavia, se o indivíduo apresenta atributos muito diferentes do esperado, será considerado inepto, desacreditado. “Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] é constituída uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (GOFFMAN, 2012, p. 12).

Os relatos a seguir incitam uma reflexão importante sobre a maneira como a cegueira é concebida. Ora unicamente pela via da falta biológica, ora pela da exclusão social vivenciada. Como aponta von der Weid (2014, p. 56 - 57), há a necessidade de articularmos estas duas concepções, entendermos o corpo no meio. Duas origens, causas e meios da exclusão, em cuja interseção situa-se um corpo humano específico, com características próprias. Em outras

palavras, a partir de uma especificidade físico-biológica, um corpo lesionado se estende a suas relações com o meio sócio-cultural, se constitui através destas. Por esse motivo, a cegueira não pode ser entendida enquanto fenômeno físico ou social, separadamente.



## 5.1 COITADISMO



Estela convive muito bem com a cegueira. Mas ela tem uma “birra” séria com aquelas dinâmicas do tipo “saiba como é a vida de um cego fazendo tal coisa de olhos fechados” – explica. Primeiro, porque isso solidifica o coitadismo e o mito do cego herói. Segundo porque não chega nem perto da experiência real. Ou será justamente por não chegar nem perto disso é que é eficiente para solidificar o mito do coitadismo e afins? Nos dois casos é ruim. Ela argumenta – “Imagine-se de olhos vendados, tendo que ir de um ponto a outro. Agora, nesse momento. Você vai se sentir confuso, atordoado, desesperado talvez. E não nos sentimos assim o tempo todo. Não vivemos apalpando no escuro, é preciso dizer!”.

Estela já nasceu cega e, para ela, passar cinco minutos com os olhos vendados, não se compara à experiência de uma pessoa que vive assim por dez, trinta, sessenta anos. O nível de dificuldade que quem venda os olhos enfrenta, é muito maior que o dela, simplesmente porque elas que enxergam ficam obrigadas a não usar um sentido que têm. Estela sente que essa comparação não ajuda – “Não enxergar, não é tão ruim quanto possa parecer e passa uma imagem totalmente equivocada, distorcida e vitimista da realidade efetiva da pessoa cega!”.

Outra coisa que deixa Estela irritada são vídeos de pessoas cegas fazendo coisas cotidianas e aquele tom de heroísmo nas pessoas – “Vejam que coisa fantástica, um cego lavando louça! Um cego lavando louça não tem nada demais, meus amigos! É só um cego lavando louça!”. Estela sabe que enquanto todas essas mensagens forem passadas com o tom de *show* pessoal, milagre sobrenatural, vamos perpetuar a ideia de que o normal, o esperado, é que cegos não façam nada disso – “O mito do coitadinho é inimigo da inclusão!”.



Estela sente que na maioria das vezes que é ajudada, fica na posição de “assistida”, posição passiva, dependente da caridade alheia. Quer ser protagonista. Sem protagonismo, para ela não existe inclusão de verdade. E o mito do cego herói também é inimigo da inclusão. Sabe que o problema é que, quanto mais se levanta a bandeira do “Uau, como a Estela é mega, ultra, *master*, super, hiper especial porque usa computador! E, oh, trabalha! E, céus, escreve, toma banho sozinha, se maquia e anda na rua!”, mais estamos dizendo que o esperado era que ela não fizesse nada disso.

Para Estela nada disso conscientiza. Essas ações não colocam as pessoas cegas numa posição de troca perante a sociedade, capazes de contribuir com o meio em que estejam. Tampouco em pé de igualdade de direitos e deveres como cidadãos normais, embora não comuns. Sabe que tudo que faz, tudo, há dezenas de cegos que fazem igual ou muitíssimo melhor. Então, não, ela não quer vestir a camisa da super-cega. Sabe que praticamente tudo que aprendeu, aliás, foi com a participação de outras pessoas, enxergantes ou não. Ela se sente como resultado de tudo o que aprendeu com muita, muita, muita gente. Precisou de mais de trinta anos para ser essa pessoa que é, então, não é colocando uma venda que as pessoas vão poder se sentir como ela e nem entender as dificuldades decorrentes da cegueira.

## 5.2 “OLHA LÁ!”



Liana está cansada ladainha transmitida pelo bordão “Olha lá!” – “Olha lá... Coitadinha, não enxerga, não sabe, não consegue! Olha lá, que fantástico! Ela consegue pentear o cabelo, se vestir, faz faculdade, amamenta!”. Ela escreveu um livro sobre maternidade e cegueira. Quis juntar, agregar. Está cansada de segmentação. Cansada do cego “Olha lá!”. Acha isso “um saco”. Esse “Olha lá!” é a base do preconceito. Ora o cego é fruto de admiração, ora de piedade. Não se admite o cego como parte da sociedade. Ela quer mostrar um cego ser humano, que convive com todo mundo. O cego não é um tipo diferente de pessoa, é como todos. Faz sexo, amamenta, tem TPM, dor de barriga. Ela quer gritar isso.

Ela está escrevendo um romance. A personagem principal é cega. Ela conta a vida dela “por dentro”. Seus anseios, lutas, vitórias. Baseia-se na vida de outras cegas que conhece. Não quer escrever para cegos, mas para todos. Não quer se sentir sensacional. O cego “máximo” é um preconceito, porque tem o contraponto, que é o cego coitadinho. Não quer ser escritora

para cegos. Quer se mostrar produtiva. Quebrar o mito do “cego herói”. Ela se sente normal, completa. Quer construir uma carreira que una a deficiência à sociedade, não como parte que precise ser tolerada, acolhida, mas como um grupo tão importante como qualquer outro.

Diana não quer porta-voz. Cegos não precisam de porta-voz. Eles/elas têm que falar por si mesmos. O cego não é ouvido. É infantilizado, despersonificado, descredibilizado. Ela reflete sobre a lei que obriga restaurantes a ter cardápio em Braille. Ela vai a restaurantes e sempre as pessoas ajudam-na a ler o cardápio. Sempre tem quem lê. Mas quando foi ao motel com seu marido, também cego, não tinha cardápio em Braille. Tamanho constrangimento ligar para a portaria – “O que tem para comer?”. Resposta rápida – “Tem um cardápio aí!”. Mais constrangimento – “Mas eu sou cega, não posso ler o cardápio!”. Aí começam os burburinhos – “Nossa! Dois cegos no quarto!”. Ela não queria passar por isso.

As pessoas não escutam os cegos. Não pensam que o cego vá a motéis. Mas ela se surpreende quando vai subir uma escada e, no corrimão, está escrito em Braille “início” e, depois, “fim”! Inútil – “Será que é para o cego não subir de costas?” – pensa ela. Diana está indignada. Está revoltada. Cego é revoltado.

Diana é casada, tem três filhos, cuida da casa. Isso causa espanto. Se dizem que ela é o máximo, sente-se mal. É o mesmo que dizer que ela não deveria ter capacidade para casar, ter três filhos e cuidar da casa. Desejaria que vissem sua humanidade apenas. Esse tipo de admiração tem um ranço de preconceito. A contemplação de “zoológico” lhe incomoda.

Diana não quer se calar. A sociedade espera um cego quietinho, bonzinho. Pensa na normalidade. É uma mentira. Cansa tentar parecer normal. Mas não dá para ser. Cegos têm a marca que os exclui. Está cansada de tentar mostrar que é um indivíduo. As pessoas não conseguem perceber que todos são parte de um todo. O cego tem de aceitar ajuda sempre, mesmo quando não quer. A sociedade não consegue aceitar a diversidade, credibilizar a todos. Afinal, todos têm um problema que querem esconder. Cansou-se de tentar explicar aos outros que tem vontades, como um indivíduo. Ao pensar em crianças com deficiência fica triste, pois lhes consideram doentes. Mas não são doentes, não precisam de cura, só de aceitação.

Quando perguntam a Diana sobre as dificuldades de criar três filhos, sendo cega, ela sabe dizer qual o seu maior desafio – “O preconceito de outras pessoas, familiares, sociedade em geral!”. Seus filhos já percebem o preconceito e ficam tristes quando a mãe é inferiorizada por ser cega. Eles se desenvolvem, como quaisquer crianças. Ela faz tudo que as outras mães fazem, só que de maneira diferente. Mas nem sempre as pessoas a conseguem reconhecer como mãe – “Onde está a mãe deles? Menininho, cuida direitinho de sua mãe!”. Ela ouve muito dessas coisas, mas diz a outras mães cegas – “Assumam os cuidados com seus filhos!

Não aceitem a mentira de que não são capazes! É difícil até para quem enxerga! E usem bengala! Não é justo deixar sobre os ombros das crianças a responsabilidade de impedirem que você caia! E tenha muito bom humor! Vai precisar!”. Ela já esqueceu as inúmeras vezes em que foi questionada sobre seu papel de mãe – “Como uma cega amamenta? Como ela não mata seu filho engasgado com o leite ou o peito? Como pode se responsabilizar por outro ser humano indefeso, que não fala, sendo que não vê????”.

Diana explica que não existem softwares de tecnologia assistiva para isso, porque não cabem. Não existe a presença constante de um normovisual, porque também não cabe. Não só é desnecessária, como até prejudicial à consecução da única ferramenta que permite que uma mulher, que não pode enxergar, cuide com segurança de um ser indefeso que não sabe falar – “É o vínculo! Pele a pele, beijo a beijo! É a intimidade, a cumplicidade!”. Explica que um intermediário não somente sobra, como impede, a exemplo do suposto objeto de tecnologia assistiva. Toda e qualquer orientação à mãe cega que não parta dessa premissa essencial, de que só o vínculo, o contato, pode permitir que o bebê fique seguro sob os cuidados de sua mãe cega ou de baixa visão, é perpetuação do preconceito, a despeito das melhores intenções.

Diana acredita que capacitar uma mulher cega para que possa não só amamentar, mas também cuidar da criança, natural ou adotada, tem de passar necessariamente por ajudá-la a conscientizar-se desse vínculo, construí-lo, usar e abusar dele. Acha que isso é tão simples, evidente. Para ela, realmente dá até vergonha de insistir nisso. Criou o “manual da mãe cega”, desprezioso, sujeito a falhas e críticas – “Partindo do pressuposto de que mulheres cegas fazem sexo e têm direito à vida reprodutiva, que fazer para ajudar?”. A primeira questão que coloca é no sentido de ajudar a mãe cega a ter autoconfiança para cuidar de seu bebe. Inicia pela aceitação da gravidez enquanto um estado natural e não “doença terminal”.

Diana aconselha que alguém, normovisual, auxilie essa mãe a conhecer os acessórios disponíveis para auxiliá-la. Se ela for uma cega congênita, talvez não tenha tido oportunidade de saber das opções disponíveis. É um mundo novo para qualquer mãe, imagine para as sem facilidade de acesso. Por experiência própria, sendo mãe cega, sabe que algumas necessidades são mais específicas. Lembra-se do primeiro carrinho de bebê que ganhou, com laterais muito largas a dificultar a passagem pela porta. Sabe que a cegueira não a impede de transportar o bebe, somente pelo fato de não enxergar, bastando fazer algumas coisas de maneira diferente.

Para Diana, uma atitude simples, como mostrar num boneco grande como se coloca uma fralda, pode ser uma experiência valiosa para a mãe cega, pois se for aprender no próprio bebe, se mexendo e chorando, vai ser bem mais difícil. Pensando na alimentação do bebê, uma mamadeira de boca mais larga pode facilitar o preparo.

Diana, quando foi mãe pela primeira vez, estava insegura e apavorada, como qualquer outra, e ouvir coisas do tipo – “Cuidado para não sentar no bebê! No banho, não vá afogá-lo na banheira!” – não ajudaram em nada. O importante é que a mãe cega seja encorajada a cuidar de seu bebê, ela mesma. Recorda-se também da preocupação que as pessoas tinham em relação à higiene de seu bebê, como se parecesse impossível a ela deixar limpinho o bumbum dele. Sempre explicava que se conseguia fazer sua própria higiene, com certeza faria a dele.

Uma questão Diana entende como prioritária. O respeito que as pessoas têm que ter na relação mãe-filho. Ninguém pode se sentir no direito de tirar o bebê do colo de uma mãe, principalmente se ela for cega. Essa atitude é muito invasiva. A mãe cega precisará de ajuda sim, mas não é uma pessoa incapaz de cuidar de seu filho, nem precisa que alguém esteja mediando sua relação com o bebê, descrevendo cada movimento dele.

Outra questão que preocupa Diana é a violência obstétrica. Sabe que é uma realidade nacional, mas entre mulheres com deficiência, torna-se mais pungente. Salvo exceções, quem trabalha na área da Saúde não está preparado para lidar com a mãe cega de forma respeitosa e realista. Ela gostaria que as mães cegas fossem tratadas como pessoas capazes, que sempre falassem direto com ela e não com a pessoa que a acompanha. Gostaria que elas não fossem infantilizadas, mas sendo afinal mulheres adultas, que as tratassem como tal. Sempre que pode, orienta outras mães cegas a ter toda a autonomia no cuidado de seus filhos.

### 5.3 “VOCÊ SABE HEBRAICO?”



la entra no ônibus. Está mal-humorada. Fone no ouvido, sente as elevações no caminho que a fazem se situar no trajeto, dando-lhe a certeza de que chegará a seu destino. Sente alguém a cutucar. Kátia tira o fone de ouvido, meio a contragosto. Não quer parecer mal-educada. E as perguntas começam. São sobre a cegueira. Ela responde.

Nova cutucada, nova pergunta. Pensa em sua irritação, em quantas vezes já respondeu a essas perguntas, e a quantas ainda terá de responder – “Você nasceu assim? Consegue andar sozinha? Como mexe no celular? Mas você não vê nada mesmo? – nesse momento é quando geralmente passam a mão na frente do nosso rosto. E para finalizar, a bendita pergunta que sempre está errada – “Você sabe hebraico? Sim! Aquele idioma que cegos aprendem?”.

Kátia sente na pele toda a necessidade de se construir para a pessoa cega um lugar de fala, diálogo, compreensão, visibilidade, reconhecimento.

#### 5.4 ESTRANHOS



driana, outro dia, estava à vontade, “muito de boa”, em uma sala de espera, quando uma mulher começou a interrogá-la:

– Quem te maquia?

– Eu.

– Ah... Tem alguém trabalhando na sua casa à noite?

– Não.

– Sua deficiência é total?

– É.

– É de nascença?

– É... – “Perdoe, universo, a mentirinha, mas eu não quis contar os detalhes pra ela!”.

– Você é casada?

– Sim.

– Tem filhos?

– Sim.

– Todos enxergam?

– Sim!

– Você não teve medo de eles nascerem cegos como você?

– Não! Muita mãe sem deficiência tem filho deficiente, né?

– Sua casa tem adaptação?

– Anh-han, isso tá virando entrevista! Daqui em diante, vou cobrar cachê! – Aí ela parou...

Adriana sabe o quanto é difícil lidar com isso. Como ser educada, manter a classe, nesses momentos. Realmente acha que vale considerar que nem todos os cegos curtem contar suas histórias de vida em público, a qualquer um o que peça. Algumas podem ser dolorosas. Não acha legal contar a um desconhecido que sua mãe a abandonou numa enfermaria pública, por exemplo. Também não acha legal contar, só porque alguém ficou curioso, como é sua casa, seu banheiro, ou como ela sabe que está menstruada.

Adriana entende que as dúvidas são legítimas, mas tudo tem hora e lugar. Ainda mais hoje, com o *Google* à disposição de quase todo mundo. Entende que há quem não se importe, ou até curta, tal tipo de abordagem. Ela a dispensa. Se ao menos as pessoas fossem mais sutis. Primeiro perguntassem o nome e só após um tempo de conversa fossem avançando. Mas não, são perfeitos estranhos.

### 5.5 “ELA FALOU COMIGO!”



Valéria volta do supermercado com um sorriso. Está feliz. . Aconteceu algo. Uma daquelas coisas lindas e raras que a gente não espera. Estavam, ela e uma amiga, fazendo compras, quando alguém passa e diz naturalmente, tocando levemente seu ombro – “Nossa, menina, seu cabelo é lindo demais! Deus te abençoe!”. Ganhou o dia!

A pessoa falou com Valéria no meio do supermercado. Valéria sorriu. Agradeceu o elogio. Não porque ela precisasse tão desesperadamente que elogiassem seu cabelo, mas por lhe falarem diretamente. Não com sua acompanhante.

Todos os dias, Valéria vive o descaso das pessoas, que insistem em falar-lhe como se não estivesse ali. Se está acompanhada, dirigem-se ao acompanhante; se não está, o fazem com quem estiver do lado – qualquer um, menos ela. O que ela quer? Ora, simplesmente que falem diretamente com ela, para começar. O que mais ouve é – “Senta ela! Traz ela para cá! Leva ela! Carrega ela para aqui! Levanta ela! – Prazer, amigos! Valéria, a cômoda!”.

É bem comum que precise pedir que lhe falem diretamente. Ao longo de mais de trinta anos de cegueira, ela desenvolveu formas variadas de fazer isso. E o pior de tudo é que muitas vezes não funciona. Quando falam com seu acompanhante, ela responde – falam de novo com ele, ela responde outra vez. Diz que podem falar-lhe diretamente, mas o continuam fazendo com o acompanhante. E, se ela insiste, é a “revoltada”. Assim, a felicidade de Valéria, por lhe falarem diretamente pode ser agora entendida. Por mais piegas que possa parecer, vieram-lhe lágrimas aos olhos quando aquela desconhecida, simplesmente, falou com ela.

Valéria sempre insiste – “Pessoas com deficiência são pessoas!” – antes da deficiência, existe uma pessoa ali, e a primeira atitude de respeito é tentar falar-lhe diretamente. Não só ao corpo com a deficiência, mas ao ser humano integral, pleno, que está diante das pessoas. E a mulher do mercado, não chamou Valéria pelo nome. Provavelmente

não a conhecia. Mas viu que estava com uma acompanhante, fazendo as compras da semana. Viu a bengala vermelha; o cabelão de Valéria; mas, sobretudo, viu o conjunto. Não falou à companhia dela sobre o cabelo nem diminuiu Valéria por conta de sua bengala vermelha, que ela adora.

Valéria sonha com o dia em que conhecidos e desconhecidos falarão diretamente com um cego acompanhado, e isso não será mais motivo de espanto, mas corriqueiro.

## 5.6 “E NÃO DÁ PARA SERMOS TODOS IGUAIS, SE NÃO FORMOS TODOS DIFERENTES!”



daptação. Eis uma palavra curiosa, pensa Juliana, pois constantemente ouvi sobre as adaptações necessárias para um cego viver bem. Em geral, para ela, adaptações imaginárias. “É, minha gente, a cegueira é simples! Complicado é o preconceito!”.

Então Juliana pensa nos normovisuais. Acha que todos têm, de certa forma, uma casa adaptada às suas necessidades. Gostaria que percebessem que cegos podem subir e descer escadas, se não tiverem algum comprometimento motor. Luzes com acendimento automático, para que os não-cegos não fiquem no escuro – “Que luxo!”. Sensores que apitam em cada cômodo, para que pais cegos percebam a movimentação dos filhos. Guizos em seus pescoços. Parafernália mil.

Para Juliana, é tudo mais simples. Bengalas atrás da porta, para ter acesso rápido. Crianças fora da cozinha, pela necessidade dos sentidos para cozinhar. Móveis nos mesmos lugares. E a vida segue. Os filhos se adaptam, naturalmente – “Mãe fiz três cocôs! Um mais mole, que tá lá no cantinho! Outro muito grande, que afundou! E um que sumiu, mas saiu, mamãe!”. Juliana é mãe e sabe como lidar com a maioria dessas situações. Não dá para ter melindres. Tem mesmo que pôr a mão no cocô do bebê, para ver se está mole ou duro. Há que cheirar, para saber se a roupa vomitada limpou. Aprendeu tudo na prática.

Juliana pensa no enorme desconhecimento das pessoas a respeito das potencialidades e limitações da cegueira. A justificativa é sempre a mesma – a falta de experiência com a deficiência. Não entende como o desrespeito à autonomia básica das pessoas cegas possa se justificar pela mera falta de experiência. Pensa que a abordagem deve ser outra. Simplesmente utilizar as mesmas regras que utilizam com todos.



Juliana, às vezes, é convidada para fazer palestras sobre temas como a inclusão. Não gosta de falar sobre sua cegueira. Mas, geralmente, quando vão apresentá-la, dão ênfase na sua “superação da cegueira”. Falam como ela é exemplo e, não raro, contam a vida dela quase inteira para a plateia. Certa vez, foi fazer uma palestra num centro espírita. Ao apresentá-la, sua anfitriã disse – “Vocês podem achar que ela é só uma ceguinha, mas não é só isso... Ela estudou isto e aquilo! Toca violão! Faz tudo sozinha!”. Juliana sentiu-se atração de circo. Um bichinho exótico numa vitrine.

Ao pensar sobre isso, Juliana continua achando que não falta informação de como se deve agir com a pessoa cega, mas sim bom senso, respeito ao próximo. Entende até que existe um emaranhado de violência e desamor de maneira geral e que a empatia não é fácil mesmo. Afinal, há quem ainda ache que o termo “estupro conjugal” é um absurdo e jure ter cura o homossexualismo.

Para ela, as diferenças residem ou não na consciência de desrespeitos e violências. Quando se tem tal consciência, se luta contra. Conquanto conceitos possam ser reconstruídos, sem consciência, o preconceito se perpetua. É assim com o cego, o homossexual, a mulher, o negro – “Porque todos caímos no mesmo caldo de exclusão, desamor e despersonalização... Apenas nossas cicatrizes são outras! Porque tudo pertence, está contido! E não dá para sermos todos iguais, se não formos todos diferentes!”.



Entender a forma como a pessoa cega vive sua cegueira nesta sociedade que, se não é exclusiva dos “normais”, contudo é pensada para os que ouvem, veem, andam – exige que olhemos para as barreiras físicas, sociais e psicológicas que emergem desse desacordo entre o corpo que não vê e o meio social. Pois é nesse confronto que surge a ideia de deficiência.

Como destaca Olivia von der Weid (2015), o entendimento de que a deficiência não é por si mesma sinônimo de incapacidade ou inferioridade emerge a partir do momento que percebemos a existência do corpo cego. “É claro que a desigualdade e a exclusão são fundamentalmente discursivas e sociais, mas a questão é que, na deficiência, o corpo não pode ser esquecido” (VON DER WEID, 2015, p. 112).

Os relatos das pessoas cegas mostram a dificuldade de entendimento da maioria das pessoas em relação às reais consequências ou diferenças causadas pela falta da visão. Discutir



diversidade sem conhecer as verdadeiras necessidades que essa diversidade corporal gera é pouco produtivo e não encaminha mudanças significativas. Como bem sintetiza von der Weid, trata-se de “[...] trazer o corpo de volta sem transformá-lo na evidência autoexplicativa da exclusão e da desigualdade” (VON DER WEID, 2015, p. 113).

Pensar no conceito de “desenho universal”<sup>10</sup> exige entender que corpos diferentes demandam espaço físico diferente, onde todos possam estar contidos e ser contemplados. Em uma visão simétrica a essa, a falta de ambiente físico e social universal constrói a ideia de que corpos diferentes geram pessoas com deficiência, inadequação, inadaptação, que passam a precisar de cuidado, amparo, inclusão. Um espaço deficiente desumaniza.

O corpo possui uma complexidade. A ação do corpo no mundo resulta em emaranhado de linhas que se interligam com humanos e não-humanos. Nos termos de Ingold (2012, p. 27), estas “coisas” que fazem parte da relação do corpo com seu entorno, formando o emaranhado de linhas que constitui a vida, têm significado a partir do modelo do corpo que vê. Quando a situação é diferente, como no caso da cegueira, estas “coisas” não interagem com o humano. Por exemplo, o semáforo não consegue interagir com o cego; o elevador que não fala em qual andar está, também não se torna “coisa” para o corpo cego, apenas objeto; a informação à tinta escrita num papel é uma coisa para o normovisual, mas somente objeto para a pessoa cega. Ingold explica que “a coisa, por sua vez, é um acontecer”, ou melhor, “lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” (INGOLD, 2012, p. 29).

As histórias de vida apontam para uma reflexão acerca da diferença entre ser ouvido, visto, respeitado, e o simplesmente ser. Ingold (2012, p. 33) exemplifica esta ideia quando ilustra que uma pipa, quando em ambiente fechado, sobre um móvel, é apenas objeto, sem vida, levado de um lugar para outro por outros. Mas quando levada para fora, solta, sob a ação do vento, a pipa “torna-se um movimento que se resolve na forma de uma coisa”.

A tão debatida acessibilidade diz respeito à necessidade das pessoas agirem sobre seu meio e poderem receber a ação dos objetos sobre elas. Essa possibilidade de acesso faz com que pessoas alcancem seus objetivos, vivam. Nas palavras de Ingold (2012, p. 31), “Habitar o mundo [...] é se juntar ao processo de formação”.

---

<sup>10</sup> O conceito diz respeito a uma concepção de sociedade acessível a todos, onde não haja barreiras físicas, comunicacionais ou estruturais. Não prevê adaptações e nem visa as pessoas com deficiência exclusivamente. Parte da ideia de um espaço sem restrições em relação às possíveis restrições das próprias pessoas. <http://www.inr.pt/content/1/5/desenho-universal>

**SAEM DE CENA  
OS ATLETAS**



**CHEGAM OS  
SUPER-HERÓIS**



**SEJAM  
BEM-VINDOS!**

Descrição da figura: Ilustração mostra um homem em cadeira de rodas, usando capacete e com braços musculosos. Seu corpo está levemente inclinado para a frente e os braços virados para trás. A cadeira de rodas se movimentava em alta velocidade. Na sequência, outro homem em cadeira de rodas está jogando basquete e apenas uma roda de sua cadeira está apoiada no chão, a outra está no ar. Em seguida, outro homem corre em alta velocidade. Seu corpo apresenta, do joelho para baixo, uma prótese. Interligando as três imagens há a seguinte frase: “Saem de cena os atletas. Chegam os super-heróis”. Sejam bem-vindos!

Descritora: Analgia Domingues – CAP-Maringá

## 6 FORA DA LINHA

*“Menos confete e mais respeito, é o que precisamos!”*

A vida representada em linhas (INGOLD, 2015) pressupõe que fazemos parte dela. As linhas produzem interseções, entre pessoas e coisas, em vários momentos. A partir dessa ideia, gostaria de trazer a reflexão sobre o integrar ou incluir.

De início, já podemos pressupor a exclusão dos que serão incluídos. E o entendimento da forma como esta exclusão ocorre é crucial para chegarmos ao conceito da inclusão.

Como já foi tratado anteriormente, o movimento histórico de inclusão das pessoas com deficiência se inicia no mote de uma proposta humanista, de diminuir a segregação de grupos minoritários. Mas a sociedade continua se organizando pelo padrão de normalidade. As ações inclusivas aparecem como apêndices e, em geral, movidas por pressão social.

As vagas de estacionamento exclusivas em espaços públicos para as pessoas com deficiência, por exemplo, ainda são interpretadas, pela grande maioria das pessoas, como um incômodo, usurpação do espaço daqueles que realmente compõem a sociedade: os normais. A investigação a respeito da cegueira tem que acompanhar o curso das múltiplas conexões que cotidianamente acontecem entre o corpo sem visão, o espaço social e as coisas.

A deficiência apresenta várias implicações. O aspecto físico, político e social. Definir a cegueira em termos médicos é bem fácil – ausência biológica ou fisiológica de visão. Já entender as implicações da perda da visão na maneira como o corpo se articula ou se conecta ao mundo é um processo bem mais abrangente.

Costuma-se entender e explicar esta conexão do corpo cego com o mundo pela falta. Essa não-visão implica socialmente em não-ação, não-possibilidade e, muitas vezes, não-vida. No entanto, como discute Fremlin (2011), é necessário entendê-lo nas conexões sociais que acontecem entre ele, os normovisuais e os objetos, numa perspectiva relacional e contextual.

É possível começar pela já citada relação do corpo cego com o espaço físico. Este, contruído e pensado para quem enxerga, torna-se bastante desafiador para quem desenvolve a relação não-visual com ele. Espaço físico é adaptado sim, para o normovisual. Adaptação que exclui pela ausência de mecanismos de acessibilidade: semáforos sonoros, elevadores que anunciam o andar, pisos táteis eficientes, transportes coletivos que anunciam a linha ao parar nos pontos, etc.

Há, também, limitações atitudinais: total desconhecimento da forma como o indivíduo cego age no mundo, dificuldade de perceber seu potencial, preconceito generalizado.

Martins (2011), ao discutir a centralidade do sentido da visão em nossa sociedade, sinaliza várias questões relacionadas à inclusão da pessoa cega. A vida, ou a malha (INGOLD, 2015), é construída em referencial cultural predominantemente visualista. Nosso vocabulário cotidiano é permeado de termos relacionados à visão e a falta de conhecimento é comparada à cegueira. Mas a exclusão vivida pelos indivíduos cegos vai muito além do uso de uma linguagem centrada no uso da visão. Apenas reflete, de forma simbólica e cultural, o forte alijamento social vivido por estes indivíduos (MARTINS, 2011, p. 77).

Nessa perspectiva, deparamos com a grande dificuldade de adaptar os livros didáticos utilizados pelos alunos cegos na Educação Básica. Desde o ano de 2000, tenho trabalhado no CAP-Maringá<sup>11</sup>, na transcrição do livro didático “em tinta” para outro em Braille, buscando possibilidades de transformar linguagem visual em tátil. Tarefa quase sempre bastante difícil, pois toda a lógica do material é construída para o aluno que enxerga e temos que torná-lo acessível aquele que vê com os dedos.

Segundo Marcel Mauss (2003, p. 400), “[...] o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem [...] o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico [...]”. É interessante observar essa questão em crianças com cegueira congênita. Elas só se darão conta das diferenças em seus corpos à medida que as pessoas que interagem com elas, promoverem sua percepção da própria cegueira. Nesse contexto, salta aos olhos a consciência de que o “ser cego” é construído e só surge em termos sociais, por meio de sua relação com o “mundo dos normovisuais”. Segundo Martins (2011), os obstáculos que surgem no desenvolvimento dos cegos estão diretamente ligados à construção neles de um mundo centrado na visão.

Entendo que a discussão a respeito da deficiência enquanto um fenômeno social importante é ainda um grande desafio para a academia, e mais ainda o confronto com a invisibilidade das pessoas cegas em termos sociais. Essa questão diz respeito à desconstrução de paradigmas e produção de conhecimentos que fomentem alguma forma de mudança social ou ao menos o reconhecimento de que a deficiência é, sim, assunto para as Ciências Sociais.

Quando nos propomos a escrever sobre algo, utilizando para isso a Antropologia, o resultado deve aparecer como escrito científico, mas também como texto com “alma”. Não

---

<sup>11</sup> O CAP-Maringá (Centro de Apoio Pedagógico Para Atendimento às Pessoas Com Deficiência Visual), projeto federal em parceria com os estados, realiza, junto a outros CAPs, adaptação de livros didáticos dos alunos matriculados em escolas de Educação Básica do Paraná.

parece possível escrever sobre minorias, aqueles considerados “os outros”, “os diferentes”, sem sentir parte do que eles sentem. Sobre isso, Marcio Goldman escreveu: “Entre um saber científico sobre os outros e um diálogo com os saberes desses mesmos outros, entre as teorias científicas e as representações ou teorias nativas, nesse espaço se desenrola a história da Antropologia” (GOLDMAN, 2006, p. 163). Ainda de acordo com ele, e indo de encontro à proposta deste trabalho, a Antropologia assume o papel de discutir a diferença.

A construção da cegueira na lógica ocidental, apresenta forte caráter de exclusão pela via da perda de um sentido específico. Como alguém pode atuar no mundo sendo privado da visão? – este não é um questionamento ou sentimento advindo da própria pessoa, quer seja ela cega ou não, mas de valores imputados culturalmente a ela. Uma leitura de quem vê a respeito das limitações decorrentes de não ver. Dessa forma, refletir sobre a noção de cegueira que é predominante em nossa sociedade, e os vários significantes decorrentes dela, é discutir o tema de forma parcial, se não conhecermos as perspectivas próprias às experiências de estar no mundo na condição de privação da visão. E certamente isso não quer dizer que devemos fazer vivências, colocando vendas nos olhos, e daí tirarmos as conclusões do que é ser cego, pois não é suficiente para o compreender.



## 6.1 PARALIMPÍADA



assunto gerou muitas controvérsias. Eles conversam pelo “face”. Francisco considera a Paraolimpíada um evento errado, mas hesitou antes de postar sobre isso. A forma como os atletas são apresentados lhe incomoda muito: “Heróis!”.

Ele considera que é esse o problema do paradesporte – a ideia de que exista um evento só para pessoas com deficiência. No caso da Paraolimpíada, acha que cria-se uma competição de segunda classe, com ingressos a preços ridículos, pois ninguém pagaria caro para assistir a um evento inferior. Para ele a mensagem é uma só: são atletas de segunda classe. Enquanto

isso, pessoas sem deficiência sentam-se em seus sofás e permitem que os olhos encham-se d'água com histórias de superação assistidas no Jornal Nacional. Francisco não gosta disso.

Francisco segue colocando seus argumentos. Mascara-se o fato de que pessoas com e sem deficiência podem perfeitamente concorrer em pé de igualdade em vários esportes. Não entende porque uma pessoa cega bem treinada ficaria prejudicada em natação ou judô.

Acha que esporte é, por definição, um estímulo às diferenças biológicas entre pessoas. Michael Phelps só é “Michael Phelps” por ter pulmões anormalmente grandes. Os maiores maratonistas do mundo têm, invariavelmente, proporção maior de hemácias no sangue. Por que não se pode também celebrar diferenças mais visíveis em olimpíadas? – argumenta ele.

Francisco sabe que vários esportes exigem adaptações para que neles a pessoa com deficiência possa competir, como vôlei ou basquete em cadeira-de-rodas. Para ele, no entanto, a solução é óbvia: esses esportes devem ser incluídos nos jogos olímpicos como disciplinas específicas, em que pessoas com ou sem deficiência possam competir juntas.

Para Francisco – continua seus argumentos – Paraolimpíada é um evento segregado. Trata pessoas com deficiência como merecedoras de admiração, primariamente por conta da deficiência. Ali não importa quem são esses atletas, somente suas deficiências, a ponto de seus corpos poderem ser anexados aos rostos de celebridades.

Luiz rebate-lhe os argumentos, discorda totalmente. Acha Francisco preconceituoso e sem conhecimento sobre o assunto. Para Luiz, as ideias dele são superficiais. O ingresso nem seria tão barato assim. Francisco rebate – “Em que ponto demonstrei desconhecimento? Onde fui preconceituoso?” – a conversa vai ficando acirrada. Luiz acredita que o paradesporto é um espaço importante, não acredita serem jogos que separam, nem de segunda linha. Na verdade, crê serem jogos de exaltação àqueles que sofrem com o preconceito, a quem nasce ou adquire alguma deficiência física, e através do esporte pode dar novo sentido à sua vida, citando-lhe o exemplo de Torben Grael, de perda da perna e conseqüente entrada na Paraolimpíada. Esse assunto ainda vai longe...

## 6.2 “SE VIRANDO...”



Carlos já nos seus primeiros anos de vida, sentia não enxergar como os outros. Ia “se virando” diante das adversidades de infância pobre e família que não lhe dava muita importância. Até então, sua limitação visual não lhe imputara grandes marcas. Foi aprendendo a “disfarçar” a deficiência e, entre outros agravantes, não foi surpresa fracassar na escola. Afinal, logo teve de ir atrás do “pão de cada dia”. À medida que crescia e diminuía sua visão, ficava-lhe mais difícil viver. Arrumava emprego quando não havia “exame de vista”. Negava qualquer dificuldade visual – não por vergonha dela – mas porque não lhe dariam o trabalho se fosse “deficiente”.

Carlos sabia que, com um grande esforço, poderia executar as mesmas atividades que aqueles que enxergam bem. A juventude foi acontecendo – bebida, drogas – era apenas mais um. O trabalho na limpeza das ruas era arriscado, mas garantia salário certo. Procurava fixar o olhar nas roupas coloridas dos colegas e os seguia. Cansativo. A noite era-lhe especialmente desafiadora, para uma deficiência que por si só já deixava tudo mais escuro.

Com o tempo, veio a cegueira – nova identidade. Era testado constantemente. Mãos balançando ante seus olhos. Estava confuso – “O que mudara afinal?” – agora enxergava menos ainda, só isso. Não percebia é que agora começava a carregar as marcas da diferença – bengala, ler com as mãos. Quando pensa nisso, reconhece o quanto foi difícil usar a bengala pela primeira vez – vergonha, medo de pensarem que fingia, pois escondera por tanto tempo sua diferença. Reconhece não ter mais como andar sem esse auxílio. O Carlos agora é cego – inapto à função, não pode mais trabalhar, aposentadoria precoce. Melhor não fazer nada...

O Carlos cego passa a frequentar ambientes de cego. Estuda como um entre os seus. É considerado um coitado cego. Começa a usar o tempo para estudar. Escola precária, educação precária. “Não vamos reprovar o cego!” – mas ele se sente pessoa e prossegue. Para surpresa da maioria, agora ocupa lugar na Academia. Um universitário cego. Sente não ser lugar para ele: o texto não fala, nem pode ser tocado – os caminhos são confusos para sua bengala. Os professores dizem não estar apto – novamente inapto. Não consegue aprender. Pensa desistir. Afinal, já tem 50 anos. Essa sensação de não ser capaz lhe incomoda – “Mas já passei por tanta coisa para chegar até aqui...”. Cinco vestibulares, e não foram vestibulares de cego.

Carlos medita sobre isso e tem procurado explicar que não é incapaz. Não gosta de brigar, mas também vem se deparando com alguns absurdos que o desanimam nessa cruzada.

Como no dia em que esperava um ônibus, pensativo, ele e sua bengala, e certo homem se oferece para pegar-lhe no colo e colocá-lo no ônibus. “Por que isso?” – ele pensa – “Se tenho pernas perfeitas?”. Sua cegueira, aos olhos do homem, o impossibilita também de andar. Não que se importe de ser cego, mas se incomoda muito quando o chamam de coitado. Sua esposa não consegue aceitar a palavra “cego”, que é feia para ela – “Olha o cego!”. Carlos quer ser livre, andar sozinho em todos os lugares. Sonha com a possibilidade de ser independente. Sua esposa não deixa, não acredita nele.

Começa a relembrar sua trajetória acadêmica e consegue vislumbrar as mudanças que ocorreram. Aos poucos, o espaço físico e simbólico da universidade se abriu à possibilidade de um aluno cego fazer parte dele. A acessibilidade começa a acontecer. A ajuda que Carlos recebe ainda parece ter um tom de favor, mesmo quando já institucional, como a possibilidade de monitores. Seu sentimento ainda é de não-pertencimento. “É possível ser um aluno como os outros...” – sonha. Mas não reclama muito, afinal ele precisa de qualquer ajuda.

Carlos pensa em sua vida. Como seria se fosse “normal”. “Engraçado!” – pensa ele – “Acho que seria um criminoso!”. De certa maneira, ficar cego levou-lhe a outras perspectivas – medita. Na verdade, nunca desanimou por ser cego. Hoje, já não tem coragem de voltar ao mercado de trabalho. Após formado poderia dar aula, mas não imagina como seria professor, sendo cego. “Ficaria sozinho na sala de aula? Como administraria a dinâmica de sala?” – isso lhe tira o sono. A Libras também o faz – “Uma disciplina obrigatória do curso, e agora?”. Fica feliz que a coordenadora de seu curso também esteja perdendo o sono – “Como ensinar Libras a um cego?”. Mas ele ainda tem tempo para continuar pensando nisso.

### 6.3 NO CINEMA



Fábio está sentindo um misto de sentimentos. Entrar em um cinema lhe causa alegria, medo, expectativa. O lugar é especial para ele. Sempre amou cinema e ficar cego lhe impossibilitou de ter esse prazer. Apesar de muitos cegos irem, e se contentarem com as migalhas da ajuda de um amigo para descrever a cena, para ele isso não basta. Ele quer mais, quer entender tudo, tirar proveito de cada detalhe.

Fábio assiste a um outro filme. Dentro de sua cabeça, com imagens. A história de sua vida. Pensa no paradoxo dela. Em suas aulas de música, seus alunos sempre falavam de sua



ótima visão ao corrigir a posição dos dedos ao piano, ou no computador, pois ainda ministrava aulas de informática. Música sempre foi sua paixão. A graduação em Processamento de Dados foi apenas para agradar ao pai – “Músico não é profissão!” – lhe dizia. Mas logo foi fazer o que gostava, já desde os quatorze anos, tocar piano, ensinar. O bacharelado em piano veio com suavidade, prazer, era a essência do que ele era realmente. Na poltrona do cinema fica a pensar nisso.

Depois disso, vieram ainda outras duas graduações, especialização, mestrado. Muito trabalho, muita correria. Aí, veio a dor de cabeça. Era uma segunda-feira, ele lembra bem. A dor não passava. Muita dipirona e nada. Foram quinze dias até que seu corpo desfaleceu. Chega o diagnóstico, meningite viral. A vida parou por um ano. Ele agora não era mais o músico, nem o professor. Era o paciente. Convulsão, dor de cabeça, amnésia, surdez, diplopia. Aos poucos, tudo ia se perdendo. Não sabia o seu nome. Sabia o do pai, já falecido, logo ele que sempre fora-lhe tão rígido. Esse fato sempre o incomoda. Não tinha boa relação com o pai. Alguns meses de hospital, a visão foi melhorando. Mas as pernas não funcionavam.

Fábio estava perdido. Em outro mundo. Via na televisão programas que não estavam passando. A mente não respondia. A audição não ouvia. Muito exercício para tudo. Pernas foram funcionando, audição voltando, alucinações diminuindo, a visão não. Ganhou perfume, mas não tinha cheiro. Aí ele descobre que o mundo não tinha mais cheiro. Agora essa história parece longínqua. A dor das picadas no corpo todo já não consegue sentir. Lembra apenas das coletas de sangue do pulso, essa dor ainda latente.

A volta para casa lhe colocou o dilema – “Vou me afundar na autocomiseração? Afinal motivos não faltam para isso... Ou continuo a viver?”. Aprender Braille lhe trouxe motivação. Queria muito voltar a ler. Agora se lembra da bengala. Como foi difícil aceitar. Lembra de sua indignação quando a diretora da Escola de Cegos lhe disse que precisaria da bengala.

Imaginava todos de sua cidade olhando-lhe na rua – “Olha lá o cego!”. Não seria mais o Fábio, músico, professor. Agora só seria o cego, o coitadinho. Mas sua vontade de andar sozinho foi mais forte. Mesmo enxergando um pouquinho, não dava mais para andar sozinho. Foi mais fácil do que imaginara. Ele e sua bengala, unidos, parceiros. Empoderou-se. Agora as pessoas sabem que é cego. Tudo melhorou para ele. Já lê livros em Braille, não com a rapidez que gostaria, mas já está feliz. Pensa em como está feliz. A cegueira lhe não trouxe tristeza. Mesmo que houvesse uma forma de voltar a enxergar, ele não o queria. Conheceu um mundo diferente depois de cego. Tem planos para o futuro.

Sentado, celular a postos. Vai começar a sessão de cinema. O coração bate forte, será que funcionará? Fábio está contando com uma promessa. Ela veio através da audiodescrição, mediada por uma tecnologia nova, o *Movie Reading*. Independência para quem não vê. É só esperar o filme iniciar e um toque fará a mágica acontecer. Ele ficou atento ao sinal para sincronizar a audiodescrição baixada em seu celular. Pronto. Excitado, feliz, sente-se gente! Consegue assistir ao filme, por completo, igual às outras pessoas.

Chora durante o filme – pela emoção do enredo, mas muito mais pelo sentimento de dignidade que se apodera dele. Está emocionado, pelos depoimentos dados ali. Por se sentir valorizado, incluído. Assiste-o por inteiro. Sente-se inteiro. Compreender tudo que se passa no filme é maravilhoso. Sem migalhas, refeição completa. Ri quando todos riem, chora quando todos choram. Pensando bem, chora mais que os outros. Lembra de ler legendas, ver imagens. Não está saudoso, apenas está feliz por voltar a fazer algo que lhe causa muito prazer.

Fábio vai ao segundo filme. Agora menos excitado. Pronto a aproveitar ao máximo. Viaja a outra cidade para poder assistir, mas vale a pena. Deleite total. Até consegue perceber momentos em que a audiodescrição se sobrepõe à fala dos personagens. Ele agora está mais racional, consegue perceber falhas. Mas elas não diminuem seu prazer. Ele medita sobre a audiodescrição. As pessoas que traduzem em palavras, gestos, cenas e emoções têm que também passar emoção. Ele já ouviu falar bastante sobre as técnicas da audiodescrição – a imparcialidade necessária. Mas tem que ter emoção. Nunca será imparcial.

De volta para casa, Fábio está sozinho. Prefere andar sozinho. As pessoas, na maioria das vezes, ajudam muito. Ele já se relaciona bem com a deficiência. Não tem como negar que muita coisa mudou. Quando anda em sua cidade, poucas pessoas falam com ele. Talvez por medo. Mas isso não o incomoda. Ele faz tudo o que gosta.

#### 6.4 “NÃO! EU QUERO A MAMÃE!”



ônica está no parquinho com seu filho. O ambiente é estranho para ela. Isso a preocupa. O filho a chama. Ela segue sua voz. Atenta à direção, ela caminha. Percebe que outra pessoa, uma mulher, chega primeiro perto do filho e escuta-o dizer – “Não, eu quero a mamãe!”. A mulher

responde – “Sua mamãe não pode vir. Eu pego você!”. Ele não se convence – “Não! Eu quero a mamãe!”.

Mônica, com sua bengala, tateia o caminho. Um passo, dois, três. Fala com o filho, tranquilizando-o – “Já estou chegando...” – mas a mulher insiste em ajudá-lo. Mônica, então, intervém – “Pode deixar, eu já estou chegando!” – irritada. A mulher não gosta da reação de Mônica e diz – “Eu só queria ajudar...”.

Mônica tenta explicar que o filho queria a mãe. Mesmo a mãe cega, com dificuldade de chegar até ele. “Ele quer a mãe. A mãe sou eu. Se não puder me ajudar a chegar aí, então simplesmente deixe-o em paz!”. A criança está em um trepa-trepa. Mônica tenta entender a situação e finalmente consegue tirá-lo de lá. Já no colo, o filho abraça a mãe. A mulher está irritada e sai de perto reclamando – “É foda! A gente quer ajudar e ainda tem que ouvir!”.

Mônica sai com o filho. Ele diz – “A mulher queria levar eu embora do parquinho. Eu queria a mamãe!”. Tenta explicar – “Ela não queria levar você embora. Só te ajudar a descer.”.

De noite, o filho demora a dormir. Quer que Mônica garanta que a mulher não sabe onde ele está. Ela pensa sobre o acontecido e gostaria de gritar, bem alto – “É o preconceito que dificulta tudo! Mais amor! Mais calma! Mais observação e mais respeito, por favor!”.

## 6.5 LEMBRANÇAS



Mauro, hoje com quase 40 anos, acorda de manhã com uma sensação boa de realização. Está de férias. Curte esse período. Assiste futebol, bate papo no “*whats*”, no *Facebook*. Sua filha, também de férias, andando de lá para cá e o tempo livre faz com que ele faça uma retrospectiva de sua vida.

Sua mãe sempre conta que só descobriu que ele era cego quando seu avô, com uma lamparina na mão, percebe que ele não acompanhava a luz. Ela então procura um médico e confirma sua cegueira. Ela lembra bem o impacto da notícia. Morando no interior, a única opção que lhe ofereceram foi mandar Mauro para um internato, na capital. Ela não quis.

Ele se recorda da infância. Morando no interior de São Paulo, fazia viagens constantes com a mãe para visitar os parentes no interior do Paraná. Ele se lembra dessas viagens de trem e ônibus. No sítio brincava com os primos. Subir em árvore, tomar banho de rio, andar a

cavalo, pegar galinhas, usar mictório, fazia parte de suas experiências cotidianas. Para sua família a cegueira não era impedimento. As crianças achavam ele diferente, mas era só isso.

Ele se recorda que, na cidade em que morava, ia na “venda” comprar pão. Percebia o mundo à sua maneira. Uma recordação marcante foi o primeiro Velotrol<sup>12</sup>, que o avô comprou para ele. Liberdade total, muitas batidas e acidentes. Coisa de criança.

Mauro e seus pais mudam para o Paraná quando ele tinha quatro anos. Quando fez sete anos, seus primos foram para a escola. Ele também foi. Na escola, lembra que a professora deu-lhe um jogo de encaixe, enquanto os outros aprendiam as letras. O avô deu-lhe um livro. A escola não era para ele, deixou de ir.

A mãe ia para a roça e ele ia junto. Lembra do caminhão de bóia-fria e do cheiro de algodão. Sua infância foi acontecendo, seu pai não se envolvia, considerava-o diferente, incapaz, mas o preconceito não era tão presente. A escola veio mais tarde. Primeiro aprendeu o Sistema Braille e depois fez a Educação de Jovens e Adultos.

Mudou para uma cidade maior e continuou se sentindo normal. Ficava na rua. Tentava participar das brincadeiras. Às vezes provocava, mas não apanhava, porque era cego. Quando adolescente, começa a ouvir falar de namoradas, do corpo das mulheres. Ficava imaginando. Não tinha como ver as revistas proibidas que circulavam. Mauro começa a se sentir diferente. Seus primos vão mais longe. Mauro começa a ouvir conselhos – “Você é diferente, é cego! Você não vai namorar! Não vai casar!”.

Mauro vai percebendo a diferença. Então passa a fazer as coisas que podia. Assistir TV, torcer para um time. Lembra que não foi fácil. Seus avós mudam para um sítio no interior de São Paulo e vai morar com eles. Lá se sentia mais livre. Andava por tudo, caía em buracos. Mas vai percebendo que quer ir mais longe. Mauro começa a se sentir deslocado, incapaz.

Lembra que volta à casa dos pais decidido a mudar as coisas. Já tinha dezesseis anos e não queria ser dependente, mas andar sozinho. Uma época difícil, mas valeu a pena. Começa a praticar esporte, estudar e, mais do que isso, começa a sentir que era possível fazer as coisas.

Lembra também que a igreja foi muito importante para ele. Lá aprendeu a falar em público, precisou estudar. Quanta coisa aconteceu. Depois veio o trabalho, o casamento.

Mauro fica feliz em lembrar sua história. Diferente do que falaram para ele em sua adolescência, ele tem emprego, se casou, é pai e sustenta sua família. Mais do que isso, se sente completo. O esporte tornou-se um dos motivos de se sentir tão realizado. Praticar *Goalball* dá a ele liberdade e uma sensação de pertencimento.

---

<sup>12</sup> Velotrol: brinquedo infantil de três rodas e pedais. <http://www.dicionarioinformal.com.br>.

Mauro ri sozinho. Claro que nem tudo são flores. Já passou por muita situação desagradável. Lembra que quando começou a namorar sempre tinha aquele que dizia – “Como você vai saber se ela é feia ou bonita?”.

O saudosismo está grande. Mauro lembra que o amor pelo futebol tem longa data. Sonhava que iria crescer, enxergar e ser jogador de futebol. Lembra do rádio Philco, com três faixas, que ganhou do pai. Sua infância foi marcada pelos jogos ouvidos nesse rádio. Com o tempo foi se ocupando com outras questões e o futebol passou a ser apenas mais uma paixão, como é para a maioria dos brasileiros.

Hoje, já mais maduro, procura orientar os jovens na questão sexual. Para ele foi tudo bem difícil. Quando adolescente queria muito saber como era uma “transa”. Na primeira vez, não sabia o que fazer. Só foi aprender a colocar “camisinha” muito tempo depois, quando já era casado. Sabe que hoje, com a *Internet*, é possível aprender muita coisa. E, por incrível que pareça, já passou por situações constrangedoras, com mulheres que o procuraram por simples curiosidade de saber como seria “fazer sexo com um cego”. O ser humano é complexo.

Pensando na inclusão, Mauro entende que deve ser um processo construído, via de duas mãos. Tem momentos que acha muito prazeroso estar com seus pares. Jogar dominó – diversão em alta quando pensamos um grupo de cegos. Mas não é necessário construir-lhes espaços exclusivos.

## 6.6 “A CONVERSA É LONGA, NÉ?”



ogério acha que a maioria das pessoas não sabe o que é inclusão. Já se falou até em cemitério exclusivo para pessoas com deficiência “Tô dentro! Inclusão até na morte.” – ele ri sozinho, mas em tempos de campanha eleitoral há até candidatos que prometem Unidade de

Pronto Atendimento exclusiva para pessoas com deficiência.

Para ele, a inclusão tem duas pontas. Na primeira está quem não tem deficiência mas podem contribuir para incluir. Nessa ponta, vale a conscientização. É necessário que possam, além de simpatizar com a causa, saber como ajudar efetivamente, fazer a abordagem correta, sem atitudes paternalistas. Sonha com a possibilidade de haver muitas informações sobre as deficiências, assim como há informação sobre tantas outras coisas – sobre a humanidade das pessoas com deficiência, seus direitos e potenciais, sobre o que é superproteção, exclusão e

afins. Informar sobre deficiência é informar sobre a vida, porque os mesmos conceitos que valem para nós deficientes, valem para todas as demais relações humanas, pensa Rogério.

Noutra ponta, a pessoa com deficiência, que precisa de capacitação, informação, se questionar, extrair o melhor de si e, infelizmente, correr riscos. Ele sabe o que é isso. Como é complicado conceber um indivíduo que não sabe se vestir, mal toma banho sozinho, vive de cabeça baixa e precisa sempre de intermediários. Rogério entende que é preciso pensar nisso.

Ele sabe que a emancipação não é só questão de querer, mas passa pelo querer, sem dúvida. Muita gente pensa que o que distingue o cego emancipado da pessoa totalmente dependente é andar sozinho ou não. Não é, tem muitas outras questões. Rogério as conhece.

Conhece pessoas cegas muito empoderadas, que não andam sozinhas. E conhece cegos que andam sozinhos, mas completamente dependentes, como algumas amigas que conhece, que lavam, cozinham, fazem tudo – mas só no mundinho restrito de sua própria casa.

Ao contrário do que muita gente pensa e diz, Rogério sabe que não existe fórmula mágica. É preciso conversar muito e que, nesse aspecto, a *Internet* tem contribuído bastante.

Acha importante deixar clara a existências das duas pontas. A pessoa com deficiência não se pode isolar na luta contra a exclusão. Todos precisam compreender suas possibilidades de ação e luta no mundo. Seu defeito físico é real e, talvez, bastante limitador pelas próprias atitudes (se isolar/vitimar/auto-apiedar) como pelas das demais, no próprio espaço onde vive.

Teve um exemplo prático. Há poucos meses foi a um congresso. Logo que chegou, um moço se ofereceu para lhe mostrar o prédio. Não mostrou absolutamente tudo, é claro, mas propiciou ideia bastante boa da planta. No mesmo encontro, Rogério dividiu o quarto com um rapaz que nunca vira na vida, um normovisual. De manhã, acordou, se aprontou e foi tomar café, enquanto o rapaz descansava. Se ele não fosse emancipado, teria de esperar seu colega de quarto se levantar e arrumar, para então sair do quarto. Talvez ficasse trancado ali a perder tempo. Rogério teria de fazer tudo no tempo de seu colega normovisual, e isso não é legal.

Se quem lhe mostrou o edifício não tivesse se dado ao trabalho, certamente ele poderia ter se virado, pego a bengala e chegado ao refeitório, mas teria bem mais dificuldade afinal, não sabendo para que lado ir. O que Rogério está analisando é a forma como a relação da pessoa cega com o ambiente pode ser facilitada com atitudes muito simples de quem não tem deficiência. Se a maioria das pessoas soubesse como auxiliar, as barreiras físicas se tornariam muito menores. Não resolve apenas o hotel ter pisos táteis e anotações em Braille, o que ajuda muito. Mas a atitude das pessoas, criando mecanismos de independência e autonomia, têm um efeito muito maior. São as duas pontas da inclusão, conclui Rogério.

## 6.7 SOBRE COMPRAS E ACESSIBILIDADE: “MENOS CONFETE E MAIS RESPEITO, É O DE QUE PRECISAMOS!”



Sandra está navegando no *Facebook*. Muitas promoções e produtos. Gosta de visitar *links*. “Oba, promoções da Natura!!!” – Ela corre e... nada, só imagens. Pronto! Foi excluída! Mas está de bom humor, continua “vendo” as novidades. Outro *link* posta promoções de 50% –

“É, mulher cega também adora promoção, minha gente!” – Ela fica animada e o segue. “Adivinhem só? Imagens, imagens, imagens!”. Sandra foi excluída de novo. Ela pensa que, se quem produz os conteúdos das lojas virtuais sonhasse, só sonhasse, que homens e mulheres cegas também poderiam querer comprar, nada disso aconteceria.

Há quem pense que as maiores barreiras da pessoa cega são causadas pela própria deficiência. Sandra sabe disso. Normalmente, porém, maiores desafios estão em existir numa sociedade que não permite igualdade de oportunidades, porque simplesmente não considera que pessoas com deficiência estejam coexistindo com elas no mesmo planeta. O bom humor de Sandra já não é mais tão presente. Ela sabe que embora pessoas com deficiência constituam porcentagem respeitável da população, praticamente tudo se produz como se não existissem e, muitas vezes, as pessoas como ela são agredidas verbal e psicologicamente por quererem fazer parte, em igualdade de oportunidades e responsabilidades.

A maioria das medidas de inclusão e acessibilidade são no sentido de contornar a exclusão, cotidianamente. Para Sandra é como se fosse uma pirâmide – de cima para baixo, onde os degraus mais baixos tentam minorar a exclusão que veio lá de cima. Ela sabe que essas medidas são válidas, claro, mas como não tocam a causa excludente, apenas mitigam.

Quase não fala disso às pessoas. É difícil. Sandra tem uma boa vida. É independente, mas não gosta de ser vista como heroína. Ou então é considerada exigente por querer as coisas mais fáceis para ela e tantos outros, cegos ainda invisíveis, despersonalizados, desrespeitados, diminuídos e excluídos, por condição que não podem mudar, mas que em nada os diminui como seres humanos, merecedores de dignidade e respeito essenciais como todos os demais. É isso que a incomoda. Porque quando uma empresa que sabidamente tem revendedores e consumidores cegos lança oportunidades disponíveis apenas àqueles que tenham o sentido da visão, está desrespeitando aos que não o possuem – “E sim, exclusão é falta de respeito!”.



## 6.8 CAPACITISMO



Caio está lendo sobre o capacitismo. À medida que navega na *Internet*, sente na pele o significado. Capacitismo é sempre quando: pessoas com deficiência são vistas como menos ou mais, nunca como iguais; se desconsidera o ser humano e se implanta nele o estereótipo da deficiência que possui; sente-se pena, em vez de empatia; acham que ela, por ter uma deficiência, é superior, tem super-capacidades ou super-benevolência.

É sempre capacitismo quando: acham que a pessoa com deficiência deve ser passiva e aceitar o que os outros pensam ser-lhe melhor; esperam que se adapte à falta de acessibilidade e inclusão sem reclamar; acham que ela deveria estar indo até o infinito em busca de sua cura; se surpreendem ao vê-la fazendo o que todo mundo faz, como estudar, trabalhar, namorar, andar na rua, usar computador; chamam a pessoa com deficiência de “exemplo de vida e superação”. “Sério! Só parem, por favor! Nós odiamos isso!”.

Sempre é capacitismo quando: parabenizam o amigo da pessoa com deficiência, como se sua amizade fosse uma caridade; falam para a mãe da pessoa com deficiência sobre como a vida dela deve ser difícil tendo um(a) filho(a) “assim”. Caio poderia colocar mais uma centena de exemplos... “Mas acho que deu para entender, né?”.

Para Caio, a premissa é uma só – “Somos todos humanos!”. Com deficiência ou não, todos estão tentando, fazendo o melhor que conseguem para serem o melhor que puderem.

Ele é só o Caio. Por melhor ou pior que seja, por mais capacidades ou dificuldades que possua, ele não reflete uma pessoa com deficiência visual. Reflete apenas o Caio.

Caio sente com frequência a invisibilidade causada pela deficiência. Não é incomum ele ser desumanizado pela piedade ou pelas super-expectativas das pessoas. Ele não é um coitado. Também não é um herói. “O Demolidor é o máximo, mas só existe na TV!” – diz ele.

Caio tem consciência de suas dificuldades. E ele tem muitas sim. E muitas causadas pela falta de acessibilidade ou mesmo de conscientização das pessoas, outras por suas próprias limitações enquanto ser humano, mas raramente encontra alguém que perceba que muitas delas podem ser superadas e o apoie para conseguir isso. Ele gosta de livros, músicas, séries, praia, sorvete, mas é raro encontrar quem perceba que dá para a gente conversar sobre qualquer assunto e fazer qualquer coisa com ele. Ele comete erros, exagera, se descontrola – mas raramente encontra alguém que não sinta apenas pena, mas tenha coragem de o corrigir.



Caio tem muitos sonhos, vontades, capacidades, mas raramente encontro alguém que acredita e aposte nele. Essas e muitas outras situações ocorrem porque, na maioria das vezes, as pessoas estão olhando para a deficiência, não para a pessoa. “Olhem para nós. Nos vejam como iguais a vocês, porque somos! A deficiência é uma característica nossa, não a negamos, mas ela não nos define! A deficiência não é um ser humano inteiro, é apenas parte dele!”.

Caio sabe que até pouco tempo atrás não havia pessoas com deficiência nas ruas, em escolas, universidades, empresas, locais públicos, em todo lugar – as pessoas cegas eram realmente invisíveis. Mas hoje há. Estão aqui. Não querem mais ser invisíveis. Desafia – “Nos veja! Reconheça em nós um ser humano! Nos ame ou nos odeie, mas tenha a coragem de olhar para nós e ver alguém assim como você e todos os outros são!”.

## 6.9 MESA DE BAR



Luiza conversa em uma roda de amigas. Estão em um bar, tomando cerveja e falando de coisas que são comuns a elas.

Luiza começa a contar sua história – “A senhorinha me aborda, depois de ter notado meu esforço em sobreviver à calçada péssima e, deduzi eu, vendo a aliança em meu dedo, me fala...”:

– Filha, seu marido precisa andar contigo, pra te ajudar! – Disse, enquanto me catava de um jeito que só piorava minha situação. Eu tentei sorrir e corrigir a pegada dela ao mesmo tempo, enquanto me virava com duas bolsas, bengala e sacola. Então respondi-lhe:

– Ele está trabalhando. Além disso, ele também é cego. – Ela se surpreende:

– Nossa, mas você até que é bonitinha! Dava prá um moço normal ficar com você!

As amigas de Luiza dão risada e ela desabafa – “Tá vendo porque tem horas que é difícil tentar conscientizar as pessoas?”.

A colega resolve contar também. Terezinha se separou do marido e ficou com os três filhos. Após um tempo separada, conheceu um moço que ficou interessado nela. Ela não quis saber do relacionamento. Terezinha teve que ouvir de várias pessoas que era orgulhosa, pois cega e com três filhos para criar, qualquer um servia.

Letícia, mais jovem, diz – “Mulher cega tem de casar com cara vidente prá cuidar dela, e ele é que tem que escolher. E se um cara que enxerga quer a gente, tem que aceitar correndo, afinal, está nos fazendo um imenso favor!”.

E Letícia continua – “Mulher cega e grávida? Foi estuprada, obviamente! Já várias me relataram o espanto de enxergantes diante de nossos barrigões – “Ah, meu Deus, quem fez isso com você???” Novas risadas. As pessoas que passam olham com espanto.

Agora é a vez de Glória. Conta que está saindo de sua casa, tranquilamente, com sua bengalinha e um moço vem atrás dela, gritando – “Ei, ceguinha! Você tem que ir a uma igreja evangélica para ser curada!”. As amigas dão muita risada. Glória interrompe e diz que tem mais. Ela está atravessando a avenida e um homem, que vendia água no semáforo, a aborda e diz – “Tome essa garrafinha d’água!”. Glória agradece e diz que já está chegando no trabalho, mas não adianta, ele insiste – “Não, pegue a garrafa! Faço questão! Deus me disse que tinha de lhe dar água!”. Ela pensa – “Não sabia que Deus trabalhava na Indaiá!”. Novas risadas.

É a vez de Fátima. Começa a falar sobre quem acha que toda pessoa com deficiência deve ser aposentada. Conta que, no primeiro dia que eu foi levar a documentação para tomar posse em concurso público, encontrou um senhor que, ao invés de lhe indicar onde ficava seu futuro trabalho, lhe diz para ir à agência do INSS requerer sua aposentadoria. Meses mais tarde, estando num ônibus juntamente com sua mãe, o trocador virou-se para sua mãe e disse – “Se ela fosse minha parente, já estava aposentada!”. Fátima fala ao grupo – “Mal sabe ele que muito provavelmente o meu salário deve ser maior que o dele!”. O grupo ri e Luzia então comenta – “Brincadeiras à parte, o problema das pessoas é achar que precisamos de algo, quando na verdade não precisamos!”.

Luzia toma a palavra para contar outro acontecimento. Sente-se bem desabafando com as amigas. Certa vez, numa fila qualquer aí, aguardando atendimento, uma mulher lhe faz a seguinte abordagem – “Nossa, deve ser difícil para você, né?”. Sem entender do que se trata, responde – “Bom dia! Sim, ficar em filas é bem difícil mesmo, mas não só prá mim, prá todo mundo!”. A mulher sorri e diz – “Não! Você é engraçada! Mas não estou falando da fila e sim de se cuidar sozinha! Estou vendo que seu cabelo é todo cacheado, que está arrumada, limpinha, roupas combinando... Com certeza alguém deve te ajudar a tomar banho, pentear o cabelo, essas coisas!”. Luzia, diz que já meio indignada, replica – “Na verdade, não! Graças à Deus, e à minha mãe que me ensinou certinho, sou bastante independente quanto a higiene e cuidados pessoais!”. O grupo interrompe e diz: “Claro que ela não ficou satisfeita!” – e Luzia o confirma. A mulher continuara – “Mas você sabe, né? Naqueles dias normais de toda mulher alguém te auxilia! Alguém com certeza te ajuda a colocar o absorvente, a se lavar, né?” Luzia conta que no momento a irritação lhe tomou conta e com certeza a mulher percebeu. Tentou se controlar e disse à mulher – “Quando você está nesses dias, alguém te

ajuda?”. Sem graça, a mulher diz – “Não! Mas eu não preciso de ajuda! Já você, não é capaz de fazer isso sozinha, não é uma mulher normal!”.

O grupo ri da situação. A cerveja ajuda a tornar a conversa mais leve. Luzia continua – “Apelei para a ironia... Sério!? Vivi minha vida toda acreditando ser uma mulher normal! Tenho os mesmos órgãos que você, mas se não acha que sou normal, desculpe! Vou contar para minha família quando chegar em casa que você abriu meus olhos para a realidade! E, moça, só para constar, quando estou naqueles dias ninguém troca o absorvente para mim!”. “Ela ficou calada e com certeza não gostou da minha resposta!”.

O grupo está descontraído, mas, na verdade estas coisas são sérias. Elas gostariam que todos soubessem que a cegueira é apenas cegueira; e que, apesar dela, elas são seres humanos normais, mulheres como todas as outras. Que se levantam de manhã, trabalham, pagam suas contas, têm seus passatempos. Tudo que queriam é que entendessem que a deficiência não enclausura, não aprisiona. Queriam explicar que enxergam, não com o coração, como muitos afirmam, mas com seu corpo todo. Explicar que enxergam um sorriso sincero e que o fato de não verem não significa que não estão presentes. Que podem se sentir inteiras sem ver, da mesma forma que as pessoas podem se sentir incompletas mesmo com um corpo perfeito.

Luzia e suas amigas pensam que, não houvessem tantos julgamentos, haveria menos polarizações, mais espaço para entender o outro.

## 6.10 “INCLUSÃO ATITUDINAL É SIMPLES, TÃO SIMPLES!”



Marisa acaba de ler a propaganda de uma fabricante de celular, divulgando a câmera dos seus novos aparelhos. E para sua surpresa, com descrição das imagens.

Surpresa para Marisa. Tal gesto fala muito a ela. Primeiro porque eles pensaram que, talvez, só talvez, uma pessoa cega se interessasse pela qualidade da câmera ao optar pelo celular. Ou talvez que esta pessoa, mesmo cega, teria o direito de saber o que fora capturado na foto. Ou ainda, que alguém que não enxerga merecia ter acesso à propaganda, na sua integralidade, como outro consumidor qualquer. Marisa se emociona.

Para Marisa a questão é visibilidade. Ao ter acesso total a um anúncio, é considerada como uma possível consumidora. Não o entende como privilégio, nem atitude assistencialista.

Apenas faz-lhe sentir-se um ser humano, com mesmos direitos e oportunidades que os outros. Só respeito. “Inclusão atitudinal é simples, tão simples!” – pensa Marisa.

## 6.11 AUTONOMIA



Leandro é cego. Ele sabe que tem certas limitações. Sabe que vai precisar da ajuda das pessoas. Mas sabe também que a maior ajuda que uma pessoa pode nos prestar é ajudando a construir autonomia.

Para ele, a autonomia de uma pessoa sem deficiência faz-se de forma automática. Ela não precisa de reabilitação, adaptação. Nem lutar para ler um livro. Não precisa de uma rampa para garantir que será capaz de chegar em casa.

Pensando em crianças, Leandro sabe que quando a criança sem deficiência entra na escola, ela tem a certeza de que será alfabetizada. Porém, àquela com deficiência, tudo isso é desafio, não apenas porque possui uma diferença qualquer, mas porque a escola por vezes não está preparada. Outras vezes a escola nem está interessada em proporcionar essa inclusão.

Ele tenta explicar às pessoas sem deficiência, as razões pelas quais, muitas vezes, não aceita ajuda, ainda que bem-intencionada. Porque certas formas de ajuda machucam. Porque uma intervenção não solicitada traz a mensagem: “Não acredito que você possa fazer isso, mesmo que seja uma coisa ridiculamente simples como fechar uma porta, por exemplo!”.

Leandro entende que muitas vezes a ajuda não permite que a pessoa aprenda, cresça. Não é orgulho nem ingratidão. Conhece muitos cegos, muitos mesmo, que são dependentes porque não contam com ajuda para se desenvolverem física, motora, ou até emocionalmente.

Leandro sabe que existe a contrapartida da pessoa com deficiência. Ter vontade de emancipar-se, de lutar. Mas ele acredita que se houvesse mais parceria, a caminhada seria mais fácil. Porém, parceiros que não sufoquem, não amarrem.

Leandro se lembra que caminhava, buscando o poste que era seu ponto de referência para atravessar a rua. Alguém grita – “Olha o poste!” – e ele responde que está tudo bem e segue rumo ao poste. A pessoa passa e resmunga – “Que orgulhoso, eu só queria ajudar!”.

Lembra-se que quando fez dezoito anos, um amigo normovisual se interessou em lhe mostrar os ambientes. Recorda-se do quanto aprendeu. Leandro não sabia como era uma farmácia, qual a disposição das prateleiras. Como era um supermercado, a quadra de basquete. Não sabia como funcionava um estacionamento. Nunca tinha tocado a parte interna de um

capô de carro. Não sabia a diferença entre o motor e a bateria. Nem o nome dos diversos tipos de piso, asfaltos, tecidos. Não sabia porque precisaria recolher a mão quando as portas do elevador fechassem. O que acontecia quando a escada rolante começava a girar. Não sabia fazer uma série de gestos óbvios: dar de ombros, jogar o cabelo, fazer “mais ou menos” com a cabeça, dar “ok” com o polegar. Quanta coisa não sabia. Porque ninguém lhe mostrou. Por ser cego, as pessoas de seu convívio não acharam útil ou relevante ensinar o que é visível.

Isolamento. Exclusão. Invisibilidade da pessoa cega. Superproteção. Falta de diálogo. Falta de fé nas pessoas. Falta de empatia. Compaixão. Leandro define assim, mas sem acusar ninguém. Para ele, só é preciso mais respeito com a diferença, entender que acolhimento não é infantilização. Acolhimento não é piedade pura e simples. Acolher é o reconhecimento de que aquela pessoa diante de você possui as mesmas semelhanças elementares, não obstante as diferenças superficiais, e que ela precisa de ajuda, sim – para atingir a plenitude de seus potenciais. Leandro respira fundo: ele sonha com a independência, com a autonomia.



A ideia de estar no mundo, entrelaçado em múltiplas relações, é representada por Ingold enquanto um “feixe de linhas”. Nesse sentido, rastrear as muitas linhas, os vários caminhos a que conduzem, em sua perspectiva, seria uma forma de “trazer a Antropologia de volta à vida” (INGOLD, 2015, p. 41).

No movimento da vida, representado por linhas, o entrelaçamento entre humanos e não-humanos se dá sem delimitar, necessariamente, o que é biológico ou natural e o que é cultural. Ingold propõe a noção de “linhas” como meio de adotar a perspectiva antropológica e de, simultaneamente, ultrapassar limites e dicotomias. Engendrar um novo encaminhamento à compreensão da relação entre a experiência do Homem e sua vida social; entre movimento, conhecimento e descrição dessas experiências. Assim a Antropologia passa a se mover com as coisas e as pessoas e não simplesmente olhar para elas. A alteridade é marca importante desse movimento. As linhas compreendem a nossa cotidianidade. Nossas idas e vindas. Nosso trânsito constante. Movimento dinâmico que poderia envolver a todos, cegos e não-cegos.

Nesse ponto, as ideias de Ingold gritam pela negação da exclusão. Não há, em suas propostas, linhas paralelas onde as pessoas, inclusive as pessoas cegas, constroem sua vida.

Não há uma linha compensatória. Uma linha com piso tátil. Todos somos parte da mesma malha, do mesmo emaranhado de relações, social e cultural.

Os depoimentos colhidos nesta pesquisa mostram que existem muitas iniciativas de solidariedade por parte dos normovisuais. Muitos têm vontade de ajudar. A questão está no significado dessa ajuda para nós, normovisuais. O alcance de nossas ações enquanto um mecanismo que crie autonomia. Se auxiliamos, de algum modo, a pessoa cega, não podemos agir como se fôssemos bondosos ou caridosos, mas porque fazemos parte da mesma malha.

Explicando melhor a ideia anterior, quando auxiliamos uma pessoa cega que tenta se localizar numa agência bancária, por exemplo, tentamos direcioná-la o mais rápido possível ao local que deseja, sem nos preocuparmos em ir mostrando-lhe o caminho a seguir. Em geral é só atitude compensatória, como se o indivíduo estivesse fora de lugar. Parece que a cegueira incomoda, a ponto de ser muito comum a sugestão de médicos e tratamentos para curá-la.

Jan Valle e David Connor (2014) destacam o papel das representações formuladas a respeito da deficiência, sem que haja contato real com ela. Representações presentes em discursos, literatura, salas de aula, filmes. Na grande maioria das vezes muito distantes da realidade, subestimando a capacidade das pessoas com deficiência. E quando estas comportam-se de forma muito semelhante às sem deficiência, são consideradas como uma excessão.

Não creio que o caminho para vencer esse distanciamento entre as pessoas com e sem deficiência seja mais “dias de conscientização” ou mais “vivências” que tratam a deficiência como algo tão simples que se possa vivenciá-la por alguns minutos com uma venda nos olhos. Entendo que precisamos conviver mais com as pessoas cegas, antes de nos considerarmos capacitados a dar conselhos ou tomar decisões que dizem respeito às suas vidas. Falta conhecimento a partir da perspectiva de quem não vê.

Adentrando na dicotomia normal/anormal, Valle e Connor (2014, p. 64) explicam que o termo “normal” aparece no léxico da língua inglesa, na década de 1840, para referir-se à produção industrial, e em seguida é utilizado para avaliar atributos físicos, construindo assim uma referência de “homem ideal”. Daí foram começando a surgir maneiras de aferir a normalidade das pessoas. Historicamente, essa referência foi importante à concretização de medidas eugênicas, como o impedimento de casamentos entre pessoas com deficiência e, de forma mais marcante, atitudes de extermínio como as executadas por Adolf Hitler (VALLE; CONNOR, 2014, p. 65).

Os indivíduos cegos, em sua grande maioria, não demonstram querer a cura. Pelo contrário, querem viver sua cegueira. Ver o mundo através dela.

Os relatos colhidos, apesar de semelhantes entre si por partilhar a mesma questão da cegueira, concomitantemente, apresentam conotações muito diferentes quanto a seus aspectos cotidianos. Também são distintos a partir das posições sociais ocupadas, acesso à escolaridade e vida profissional. Agnes Heller (2002), ao tratar da heterogeneidade da vida cotidiana, discute os diversos modos do indivíduo estar no mundo e utilizar seus sentidos de acordo com suas necessidades e demandas pessoais. A cegueira não se manifesta igualmente para todos.

O cego incapaz ainda é uma representação forte da deficiência visual. Percebemos as várias situações vividas pelos cegos e a necessidade de constantemente esclarecer a sociedade, conscientizá-la sobre a forma de relacionar-se com eles. O fato da grande maioria das pessoas ignorá-los ou não saber como conduzi-los na travessia duma rua, por exemplo, pode parecer banal, mas quando tal situação é vivida dia após dia, com certeza é motivo de aborrecimento. Eles querem ser ouvidos, respeitados em sua individualidade.

A relação das pessoas cegas com o mundo, passa por como se sentem em relação aos outros e como estes em relação a elas. Os dois polos percebem a dificuldade de interação. Em geral, os normovisuais tentarão encaixar este indivíduo nos tipos de pessoas “[...] que nos são naturalmente acessíveis [...] e se nenhuma destas condutas for possível, tentarão, então, agir como se ele fosse uma ‘não-pessoa’ e não existisse [...]” (GOFFMAN, 2012, p. 27).

A pessoa cega, por sua vez, também agirá de forma semelhante. À medida que essas interações acontecem com mais frequência, ela irá tendo mais habilidade para lidar a situação. Não há como negar que julgamentos constantes, causam marcas. No depoimento de pessoas cegas, o modo como são vistas, é ponto recorrente. A percepção dos outros a respeito das limitações decorrentes da cegueira é marcada por falsas concepções, que direcionam a forma deles se relacionarem com pessoas cegas, constituindo o cenário concreto onde estas têm que desempenhar seu papel. O entendimento de que a cegueira causa infelicidade, inutilidade, incapacidade de trabalhar, dependência, é muito presente ainda.

Quando a sociedade generaliza os comportamentos esperados de uma pessoa cega, as situações sociais daí decorrentes afetarão diretamente sua relação no mundo. Principalmente pelas generalizações estarem muito mais relacionadas à formação de concepções que com a realidade das limitações impostas pela cegueira. Como exemplo, recentemente, numa mesa de debates de seminário em que apresentei os dados iniciais deste trabalho, em tom de pergunta a interlocutora da mesa afirmou – “Mas quase todos os cegos são também surdos, né?”.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior preocupação, desde o início deste trabalho, foi discutir a cegueira a partir de quem a vive. Por mais proximidade que tenha com a temática, foi-me necessário um grande esforço no sentido de desvencilhar-me de meu ponto de vista normovisual. Sabia, também, que não teria, ao longo do processo de pesquisa e produção escrita, condições de trazer muitos elementos de transformação ou sugestões de mudanças. Mais do que isso, fui descobrindo que não deveria mesmo apontar caminhos, mas sim mostrar trajetórias, pois elas é que haveriam de indicar caminhos. Nesse sentido, a escolha do aporte teórico de Tim Ingold, veio como bom alento. Ele mesmo coloca que vivemos em um mundo de “[...] incessante movimento e devir, que nunca está completo, mas continuamente em construção [...]” (INGOLD, 2015, p. 211).

A cegueira acontece no mundo. As pessoas cegas não são identificadas simplesmente pela falta da visão, mas reconhecidas por suas trajetórias e histórias. Neste ponto consiste, a meu ver, o caminho em busca de uma tentativa de superação da situação de alijamento social vivida por elas, amplamente exposta em praticamente todas as narrativas que compõe este trabalho. Se partíssemos de outra estratégia para falarmos da cegueira, correríamos o risco de apenas criar manuais, repletos de generalizações e estereótipos, que aqui seriam temerários.

A cegueira, apesar de ser fenômeno biológico, enquanto uma estrutura física que não funciona adequadamente, é também potencialmente social, pois nos moldes de uma sociedade construída sob o padrão de normalidade não se espera a presença de um indivíduo cego. Este foge e frustra a expectativa social. A sociedade atual é hegemonicamente normovisual. Carlos Skliar (2003) é bastante pontual ao falar sobre a negação social da possibilidade do corpo diferente (a completar?)

Apresentar essas histórias e trajetórias pelo olhar daqueles que as vivem é o ponto de partida e de chegada deste trabalho. Como afirma Ingold (2015, p. 224), “[...] cada fio é um modo de vida, e cada nó um lugar”.

Ingold (2015, p. 212), ao falar da trajetória de vida dos indivíduos e suas histórias, destaca que o espaço possibilita que vivam suas histórias de forma diferente, simultaneamente, em uma grande “malha relacional”. Desse modo, cabe aqui uma reflexão – até que ponto vida e história de cegos e não-cegos têm se interseccionado nessa malha? Quantas vivências “mistas” têm acontecido? (GOFFMAN, 2012).



Para Ingold, as pessoas “peregrinam” no mundo. Pessoas cegas e não-cegas. Mas não há como negar que a vida das pessoas cegas tem sido observada, analisada e julgada, a partir da lente cultural das pessoas não-cegas. Aquelas costumam despertar atenção, curiosidade e estranheza, quando fazem coisas cotidianamente consideradas normais – fazer compras, combinar peças do vestuário, lidar com talheres e dinheiro, ou realizar quaisquer tarefas igualmente prosaicas. São concebidas como se não pertencessem ao grupo de seres humanos. A invisibilidade se manifesta em direitos esquecidos ou negligenciados. Assim a cotidianidade torna-se uma constante luta pela visibilidade, por conquista de direitos.

Roy Wagner (2010, p. 35), falando sobre pesquisa etnográfica, aponta a necessidade de o pesquisador “objetivar” a cultura que vai pesquisar, e que é nesse processo que acontece a “invenção da cultura” por parte do pesquisador. Apesar do pesquisador esforçar-se para apreender o máximo da cultura que está pesquisando, jamais será um nativo. Por mais que me aproxime da vivência do indivíduo cego, nunca conseguirei sentir efetivamente a experiência da cegueira (WAGNER, 2010, p. 36). Portanto, não faria sentido propor uma série de atitudes ou mesmo sugestões de mudanças. Por mais proximidade que tenha com o tema, tendo a fazer a minha própria leitura de mundo.

Então, o objetivo de trazer as narrativas é vencer estereótipos, superar generalizações. Como afirma Wagner (2010, p. 38), “[...] é o conjunto de predisposições culturais que um forasteiro traz consigo que faz toda a diferença em sua compreensão daquilo que está ‘lá’”.

A Antropologia, tal como se apresenta hoje, permite a análise do que é próximo e contemporâneo, como afirma Charles Gardou (2006, p. 55), não se preocupando mais em hierarquizar culturas, mas apresentá-las enquanto fenômeno. Assim, aproximar Antropologia e deficiência parece bastante produtivo e potente para mostrar como é a experiência cultural da cegueira através da vivência daqueles que a possuem.

A alteridade necessária na pesquisa antropológica gerou as narrativas construídas neste trabalho. Essa foi uma experiência fascinante. Nada do chavão “ser a voz da pessoa com deficiência”, mas deixar sua condição social exalar toda a gama de expressões e sentimentos gerados pela cotidianidade de quem vivencia a experiência da cegueira, para, somente então, pensar sobre nós mesmos nesse campo relacional dicotomizado: pessoa com/sem deficiência; cega/normovisual; normal/anormal.

Precisamos então prever que os cegos estão no mundo. No mesmo espaço que os normovisuais. Nem mais nem menos. Apenas pessoas cegas. Fagner Carniel (2013, p. 17), em sua tese sobre a surdez, incita seus interlocutores, no início de seu trabalho, a pensarem a forma como o indivíduos surdos têm sido “vistos, concebidos e representados”. E ele destaca,

ainda, que o objetivo de seu trabalho não é “sobrescrever” a experiência daquele que possui uma deficiência, mas sim “reconsiderá-la a partir de suas trajetórias”.

Carniel (2013, p. 18), traz uma reflexão muito importante e que entendo ser prioritário neste trabalho: incomodar a maneira com a qual temos identificado o diferente, colocando “em xeque a própria estrutura binária (e oposicional) que vem conformando as relações constitutivas da identidade e da diferença”.

Este trabalho não tem o objetivo de induzir pessoas normovisuais a se colocarem no lugar da pessoa cega, mas sim, perceberem que a cegueira é apenas mais uma forma de estar no mundo. Busca-se mostrar que é o “visocentrismo” que faz com que imaginemos a cegueira enquanto infortúnio e tragédia. Demonstrar que estar no mundo, sendo cego, é legítimo.

A pesquisa antropológica, localiza-se nesse processo de distanciamento e aproximação onde a alteridade permite mudar a forma como vemos o outro e a nós mesmos. Visa a busca de diálogo, quebra de formas padronizadas de viver no mundo, mudança de perspectiva. Questionar a normalidade, e não apenas ajustar sua concepção à medida que a sociedade se modifica (GARDOU, 2006, p. 55).

O entendimento de que a cegueira só é impeditiva quando os elementos que compõe a vida das pessoas cegas não contemplam sua forma peculiar de estar no mundo, é essencial para uma mudança de perspectiva. Esses impedimentos da cegueira, vividos cotidianamente, foram amplamente apontados nas narrativas que compõe este trabalho. Nestas também foram mostrados caminhos de superação, não na forma de um manual construído a partir de quem vê, mas de experiências reais e profundas que nos afetam de forma muito significativa.

Ser afetado. Entendo que tenha sido esse o maior objetivo deste trabalho. Pessoas normovisuais afetadas pela experiência corporal e social da cegueira. Como destaca von der Weid (2015, p. 171-172), a deficiência é mais comumente identificada pela falta, por uma incapacidade de fazer aquilo que nós, considerados normais, fazemos. As pessoas cegas não conseguem ver, não conseguem andar sozinhas, não podem ler um cardápio, não conseguem cozinhar, não conseguem isto, não conseguem aquilo, não conseguem.

Espero que os leitores e leitoras consigam ser afetados pela leitura das narrativas que foram construídas a partir de histórias, relatos e experiências, marcadas de autenticidade, luta, denúncia, raiva, alegria, gratidão – enfim, sentimentos fortes de pessoas que querem, acima de tudo, viver sua cegueira. E para viver sua cegueira, não querem espaços adaptados, cotas na sociedade. Querem primeiramente ser considerados pertencentes, completos. Querem ainda vislumbrar indícios de que as pessoas, cegas ou não, estejam juntas em uma questão maior: o

respeito às diferenças. Que cada pessoa, nessa “malha” relacional, tenha caminhos a percorrer.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Gloria de Souza. Instituto Benjamin Constant: 160 anos de inclusão. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 20, edição especial, p. 6-10, nov. 2014.

BARROCO, Sonia Mari Shima. **Psicologia educacional e arte: uma leitura histórico-cultural da figura humana**. Maringá: Eduem, 2007.

BRASIL, **Conferência Mundial de Educação para Todos**. Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

CARNIEL, Fagner. **A invenção (pedagógica) da surdez: sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI**. 2013. 273 p. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, n. 324).

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A educação de pessoas cegas no Brasil. **Revista Averso do Averso**, Araçatuba: FAC-FEA. v. 5, n. 5, p. 74-82, ago. 2007.

FREMLIN, Peter Torres. **Corporalidades de Chumbados: uma etnografia de pessoas com deficiências físicas no Rio de Janeiro**, 2011.

GARDOU, Charles. Quais os contributos da Antropologia para a compreensão das situações de deficiência? **Revista Lusófona de Educação**, 2006, 8, 53-61.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, Lisboa, v. 1, p. 161-173, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HELLER, Ágnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 2002.

HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro: Tempo e Presença, n. 6, p. 99-126, 1980.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010: população residente por tipo de deficiência**. 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares\\_amostra/default\\_resultados\\_preliminares\\_amostra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MARQUES, Nuno Filipe da Silva. **A qualidade de vida de adolescentes com cegueira congênita ou precoce em Portugal: implicações na construção da personalidade e da vida adulta**. 2011. Dissertação (Mestrado)– Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação. Lisboa, 2011.

MARTINS, Bruno Sena. **E se eu fosse cego?: narrativas silenciadas da deficiência**. Porto: Afrontamento, 2006.

MARTINS, Bruno Sena. **Lugares da cegueira: Portugal e Moçambique no trânsito de sentidos**. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Cultural)– Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra, 2011.

MARTINS, Bruno Sena. O corpo-sujeito nas representações culturais da cegueira. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 21, p. 5-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922009000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 dez. 2015.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Cosac & Naify, p. 399-408, 2003.

NUERNBERG, A. H. A Psicologia no contexto da educação inclusiva: rompendo barreiras atitudinais no contexto do ensino superior. In: ANACHE, A. A.; SILVA, L. R. (Org.). **Educação inclusiva: experiências profissionais em psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. p. 153-166.

PEIRANO, Mariza G. S. A favor da etnografia. **Série Antropologia**, Brasília: UnB, n. 130, p. 2-21, 1992.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, vol. 34, n. 123. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000200008>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

QUEIROZ, Marco Antonio de. **Cegueira: mito e realidade: como é ser cego?**. 2002. Disponível em: <[www.bengalalegal.com](http://www.bengalalegal.com)>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SANTOS, M. P. Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba: UNIMEP, n. 3, p. 21-29, 1995.

SILVA, Wagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: Esusp, 2006.

SIQUEIRA, Paula. Ser afetado, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo** (São Paulo, 1991), São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, mar. 2005. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade**. Porto Alegre: 24(1): 1532 jul./dez. 1999.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse ali?**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília-SP, v. 11, n. 2, p. 273-294, 2005.

VALLE, Jan W.; CONNOR David J. **Resignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. Porto Alegre: Penso, 2014.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos de Defectologia**. Cidade de La Habana: Editorial Pueblo Educación, 1989. (Obras Completas V).

VON DER WEID, Olivia. Entre as linhas da cegueira. Uma aproximação prático-teórica dos conceitos de natureza e cultura na antropologia contemporânea. **Cadernos do Sociofilo**, IESP/UERJ, 2015.

VON DER WEID, Olivia. Provincializar a visão: esboços para uma abordagem metodológica. **Reunião Brasileira de Antropologia**, João Pessoa: UFPB, 2016. (comunicação Oral).

VON DER WEID, Olivia. **Visual é só um suporte do sonho**. Tese (DOUTORADO)– Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), 2014.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2010.